Foto: Rio Marajó-Açú –Ponta de Pedras – ilha do Marajó

Globalização e Saúde na Amazônia: um estudo de uma pequena cidade - Ponta de Pedra, Ilha do Marajó, Pará

Foto: Rio Fortaleza –Ponta de Pedras – ilha do Marajó

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública
Programa de Pós-Graduação Saúde Global e
Sustentabilidade

Globalização e saúde na Amazônia: um estudo de
uma pequena cidade - Ponta de Pedra Ilha do
Marajó, Pará

Viviana Mendes Lima

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Global e
Sustentabilidade para obtenção do título
de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Saúde Global e
Sustentabilidade

Orientadora: Helena Ribeiro, Profa. Dra.
Coorientadora: Sandra Maria Fonseca da
Costa, Profa. Dra.

Versão corrigida
São Paulo
2018

Globalização e Saúde na Amazônia: um estudo de uma pequena cidade - Ponta de Pedra, Ilha do Marajó, Pará

Viviana Mendes Lima

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Saúde Global e Sustentabilidade

Orientadora: Helena Ribeiro, Profa. Dra.

Coorientadora: Sandra Maria Fonseca da Costa, Profa. Dra.

Versão corrigida
São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Biblioteca/CIR: Centro de Informação e Referência em Saúde Pública
Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lima, Viviana Mendes
- Globalização e saúde na Amazônia : um estudo de uma pequena cidade - Ponta de Pedra, Ilha do Marajó, Pará / Viviana Mendes Lima; orientadora Helena Ribeiro, Profa. Dra.; co-orientadora Sandra Maria Fonseca da Costa, Profa. Dra.. -- São Paulo, 2017.
200 p.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2017.

1. Saúde Global. 2. Pequena Cidade. 3. Ponta de Pedras, Pará. I. Ribeiro, Profa. Dra., Helena, orient. II. Costa, Profa. Dra., Sandra Maria Fonseca da, co orient. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico à minha família por conquistarmos, juntos esta magnífica vitória!

*Ao Professor Dr. Paulo de Carvalho Fortes (in memoriam), obrigada por
acreditar em meu sonho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à DEUS e aos ANJOS DE LUZ pela força, dom da vida e fé que me conduziram até esta etapa vitoriosa da minha vida, um grande sonho realizado e certamente ainda conduzirá a muitas outras jornadas...Gratidão Eterna.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo suporte em forma de bolsa de estudo para o doutorado.

À FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, cujos recursos tornaram possível a elaboração desta pesquisa;

À minha mãe Odete Mendes Lima, por me incentivar a ser uma pessoa melhor em um mundo tão confuso e abstrato de valores que vivemos esta nobre senhora, vencedora diante de tantos desafios colocados pelo destino! Mãe, a senhora é uma rainha negra, igual a muitas outras neste “mundo dos invisíveis”, nesta “sociedade líquida”, sem palavras por tamanho orgulho, gratidão e amor por tê-la em minha vida!

Ao meu esposo, Carlos Augusto, por entender os momentos de ausência e solidão, necessários para a construção deste projeto. As inúmeras vezes que ao ser questionada “Você vai demorar... não, vou só finalizar este parágrafo, muitas vezes intermináveis, madrugada dentro”À minha sogra Madalena Silva, por me incentivar nos momentos de preocupação e cansaço durante este projeto, com seu sorriso acolhedor e meigo e às minhas sobrinhas;

À minha tia Maridete Mendes que, na sua sublime humildade, soube me ensinar os caminhos da vida de forma simples e carinhosa, um grande ensinamento para a vida, máximo respeito, admiração e amor;

Agradeço à minha família, pelo alicerce seguro de sempre, nos momentos mais angustiantes e também alegres, e juntos vibraram por minha vitória sabendo que são delas (es) também, na certeza de que juntos sempre somos mais fortes;

Ao Professor Dr. Paulo Antônio de Carvalho Forte (*in memoriam*), por me inspirar a fazer o melhor nesta etapa tão valiosa da minha vida, aproveitando ao máximo os conhecimentos compartilhados com pessoas especiais, em um lugar especial, como a Universidade de São Paulo. Gratidão eterna Professor, pelo sorriso acolhedor durante a entrevista para o processo seletivo e às aulas. O senhor foi um grande inspirador;

A minha orientadora Profa. Dra. Helena Ribeiro, por aceitar a compartilhar comigo este sonho incrível e desafiador que é realizar uma pós-graduação, conduzindo-me sempre à luz da serenidade, com experiência e saber acadêmico e de vida. Com sua seriedade profissional valiosa, me conduziu no caminho certo, em especial nos momentos difíceis de dúvidas e inquietações; que, por vezes me encontrei;

A minha Coorientadora, Profa. Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa, pela dedicação sem limites na construção deste sonho, com paciência e confiança que depositou em mim quando aparentemente o trabalho tomou um rumo incerto. Na compreensão

de que eu tinha minhas limitações e sempre às respeitou. Pela oportunidade de encaminhar-me à luz da ciência. Com sua experiência, incentivo e clareza que transmitiu a confiança de que um momento certo na vida tem seu tempo exato para acontecer, ao aceitar compartilhar este sonho;

Agradeço ao Professor e Pesquisador Dr. Nathan Vogt, Pesquisador do Laboratório de Estudo das Cidades, por me ajudar, de forma incondicional, com o andamento da pesquisa e me orientar no tratamento dos dados, quando eu não conseguia “ver luz no fim do túnel”, fase esta comum em projetos desafiadores de tamanha importância;

Gostaria de agradecer à família do Laboratório de Estudos das Cidades da UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba pelos incalculáveis “cafés filosóficos”, muito enriquecedores das experiências e descobertas que o mundo acadêmico nos leva. Além dos conselhos e olhares acadêmicos valiosos. Não posso deixar de citar aqui Gustavo Montoia, Jobair Rangel, Monique Bruna, Tatiana Prado, Juliano Vieira, Ed Carlos entre outros que vivenciaram comigo esta experiência;

Agradeço ao Professor Diretor Mestre Sávio Domingos de Amorim do Colégio UNIVAP – Villa Branca, por me possibilitar exercer minha profissão, que procuro desempenhar com amor e profissionalismo, durante o período em que precisei compartilhar saberes. Também agradeço à Robelia, Amanda e demais profissionais do colégio. Assim como, não poderia esquecer-me de meus colegas de docência e meus alunos, inspiração por querer aprender mais e mais, no objetivo de ensinar o melhor. E na convivência da inocência da juventude, muitas vezes me confortaram, sem saber das minhas angústias e, desta forma, revigoravam minhas forças; obrigada à vocês inspiração do amanhã;

Agradeço ao Professor Dr. Mário Valério Filho, do Planejamento Urbano e Regional da UNIVAP, pelas palavras acolhedoras e incentivadoras durante os cafés científicos e filosóficos, com a experiência e sabedoria para me fazer entender que o tempo é o senhor da razão, desde que se trabalhe;

Agradeço à Profa. Dra. Ana Maria do Espírito do Santo, por despertar em mim o caminho acadêmico, por sua amizade, que se tornou uma relação de irmandade, uma grande conquista, uma destas ótimas surpresas que a vida nos revela,

Agradeço à Direção da UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba, por me permitir desenvolver grande parte da Tese nas dependências da instituição, além de toda infraestrutura necessária. Um agradecimento especial à bibliotecária Rubia Gravito, além do seu profissionalismo impecável, também pela sua grande amizade e conselhos valiosíssimos. Agradeço também aos demais profissionais da biblioteca, sempre tão atenciosos;

Agradeço ao povo pontapedrense que nos acolheu de maneira tão calorosa e amiga, contribuindo com as respostas voluntárias aos formulários, junto aos inúmeros cafés, sucos e água, para aliviar o calor paraense. Desta forma nos mostraram o valor de viver em uma pequena cidade ribeirinha marajoara e apreciar o entardecer com o olhar de caboclo, ou seja, um olhar especial;

Agradeço aos nossos apoiadores, parceiros absolutos que sempre nos acolheram e nos mostraram como ocorre o modo de vida do morador ribeirinho. Entre eles Socorro, Pedro, Rosinha, por mostrar a relação da linguagem do rio marajoara com o ribeirinho. Não poderia esquecer a Regiane Furtado, Professor Valois e a equipe da Rádio Itaguary FM, do programa “barquinho da saudade” ... que nos permitiu entrar em muitos lares Pontapedrenses, em especial nas comunidades rurais. Ao Senhor Manoel e Neide, donos do Hotel Reponta, local do nosso “quartel acadêmico marajoara”, onde fazíamos inúmeras noites de debates filosóficos sobre esta espacialidade amazonense. Ao Senhor Tidi com seu açaí maravilhoso, que sempre nos refrescou depois de tantas horas sob o sol paraense da pesquisa em campo;

Agradeço aos colegas de curso pela convivência e troca de experiências enriquecedoras muitas delas aproveitadas na construção deste projeto acadêmico e de vida. Um agradecimento mais que especial à minha amiga de curso Sandra C. de Oliveira, pelo acolhimento em um ambiente novo e cheio de descobertas como a USP. Uma conquista valiosa de amizade, trocas filosóficas, angústias e conquistas fantásticas no decorrer deste sonho. Ao amigo José Ailton pelos almoços filosóficos e debates enriquecedores, extra acadêmico, permitindo a conexão empírica e teórica de diversas ciências do local com o global;

Agradeço aos professores do curso de Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, que durante as aulas e convivência despertaram em mim inúmeros questionamentos do papel desta pesquisadora nesta globalidade, tão repleta de desafios e descobertas instigantes que movem a pesquisadora, em querer saber sempre mais. Carregarei pelo resto da vida este despertar;

Aos meus colegas Sofia, Tiago, Rafael, Nancy, Adriana, entre outros do LabGeo (Laboratório de Geografia da USP – Faculdade Saúde Pública), pelo acolhimento e valiosas dicas ao longo desta jornada, com a troca de experiências e saberes que enriqueceram o projeto;

Também agradeço à Vânia Santos e Aparecida da Secretaria da Pós-graduação pela atenção, profissionalismo e sorriso incondicional nas inúmeras dúvidas de uma principiante, em um universo novo e instigante que é o Doutorado em uma instituição tão renomada;

Um agradecimento aos bibliotecários e funcionários da Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública – USP, pelos inúmeros sorrisos e orientações técnicas valiosas recebidas ao chegar ao local e durante a construção deste sonho. Estendo este agradecimento a cada funcionário que conheci neste ambiente de saber.

Epigrafe

A vida nas (das) pequenas cidades está ligada ao rio e à floresta. Vendo-se uma vez, nunca mais serão esquecidas. Não porque deixem, como outras cidades memoráveis, uma imagem extraordinária nas recordações, mas porque têm a propriedade de permanecerem na memória rua por rua, casa por casa, apesar de não possuírem particular beleza {...}. A interpretação que podemos dar às pequenas cidades muitas vezes nos foge, pois buscamos parâmetros lógicos que nem sempre são capazes de explicá-las. “A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira”. José Aldemir de Oliveira

LIMA, V. M. Globalização e Saúde na Amazônia: um estudo de uma pequena cidade - Ponta de Pedra, Ilha do Marajó, Pará. 2017. Tese (Doutorado Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2018.

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi analisar os efeitos da globalização na cidade e na vida dos moradores no município de Ponta de Pedras, localizado no Delta do rio Amazonas, estado do Pará – Ilha do Marajó e suas repercussões na saúde, sob a ótica da Saúde Global e da Sustentabilidade. Métodos: Para a realização deste estudo foram levantados dados secundários (DATASUS, IBGE censitários) e realizada pesquisa de campo com aplicação de formulários à população residente e entrevistas com gestores públicos, além de observação de campo e registros fotográficos, no objetivo de conhecer o perfil da população. Resultados: A pesquisa de campo permitiu conhecer o perfil do morador de Ponta de Pedras, suas fontes de renda, seus hábitos de consumo e perfil de saúde. O município, apesar de ser inserido no circuito da globalização, com a produção do açaí, e por meio da tecnologia informacional, entre elas o acesso a internet, mídias sociais e outras, não apresenta boas condições de vida e de infraestrutura para a população, em especial na área da saúde. Outra constatação foi o acesso a uma variedade de produtos alimentícios industrializados e ultraprocessados, com alteração no padrão alimentar, sobretudo de jovens urbanos, mas relativa manutenção de padrões de consumo alimentar baseado em alimentos locais pela população mais idosa e, principalmente, entre os residentes da zona rural. Há consumo de alimentos industrializados enlatados e ultraprocessados, entretanto, o açaí, a farinha de tapioca e o peixe continuam sendo a base alimentar dessa população cabocla. Doenças que antes eram predominantes em médias e grandes cidades são encontradas também na pequena cidade ribeirinha. O processo produtivo de coleta do açaí, no presente, atende a uma demanda de comercialização e consumo internacionais, como resultado de uma globalização que altera não apenas o espaço urbano, mas o modo de vida ribeirinho. Como consequência, vimos que a globalização traz diferentes desafios que nem sempre estão alinhados à uma urbanização sustentável

Palavras-chave: Saúde Global, Globalização, Pequena Cidade, Açaí, Ponta de Pedras, Brasil.

LIMA, V. M. Globalization and Health in the Amazon: a study on a small town - Ponta de Pedra, Ilha do Marajó, Pará. 2017. Tese (Doutorado Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2018).

Abstract:

The aim of this research was to analyze the effects of globalization on a small town and on the life of the inhabitants of the municipality of Ponta de Pedras, located in the estuary of the Amazon, state of Pará – Ilha do Marajó, and its repercussions on health, using the framework of Global health and Sustainability. Methods: Use of secondary data (DATASUS, IBGE, and census) and field study with use of questionnaires applied to local residents and interviews with public officers, besides field observations and photos. Results: The study revealed the profile of residents, their income sources and consumer habits in Ponta de Pedras. The municipality, in spite of its insertion in the globalization circuit, by the production of açaí and use of informational technology, as internet and social media access, doesn't present good life conditions and infrastructure for its population. Another finding was the access to a great variety of industrialized processed food, with alterations in the food pattern, mainly among young people in urban area, but maintenance of traditional food in the diet among older people and those living in the urban area. Açaí, tapioca flour, and fish continue to be the preference and the basis of eating habits of this population. Diseases that were predominant in middle size and large cities are also found as important in this riverine town. The productive process of açaí tends to respond to an international demand, as result of globalization, that changes urban space and way of life. As consequence, we highlight that globalization reflects on cities not necessarily in hands with sustainability.

Keywords: Global Health; Small Cities; Açaí; Ponta de Pedras, Pará, Brazil.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	22
INTRODUÇÃO	24
OBJETIVOS	28
JUSTIFICATIVA	28
ORGANIZAÇÃO DA TESE	33
CAPÍTULO I - A AMAZÔNIA E A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	35
1.2 AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA.....	44
1.3 AMAZÔNIA LEGAL E A INSERÇÃO NOS CIRCUITOS DA GLOBALIZAÇÃO	49
CAPÍTULO II - GLOBALIZAÇÃO E SAÚDE	54
2.1 GLOBALIZAÇÃO.....	54
2.2 COMO A GLOBALIZAÇÃO SE INSERE NO PADRÃO DE SAÚDE EM PONTA DE PEDRAS	61
CAPÍTULO III - MATERIAIS E MÉTODOS.....	70
3.1 DEFINIÇÃO DO TEMA	75
3.2 ETAPA I - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	75
3.3 ETAPA II – ESPAÇO DA ÁREA DE ESTUDO	75
3.3.1 Características socioeconômicas e espaciais de Ponta de Pedras – Ilha do Marajó	80
3.4 ETAPA III - APLICAÇÃO DOS FORMULÁRIOS	82
3.5 ETAPA IV - TRATAMENTO DOS DADOS	88
CAPÍTULO IV - O MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS, SEU MORADOR E A INFRAESTRUTURA ANÁLISES E RESULTADOS	89
4.1 O MUNICÍPIO.....	89
4.1.1 A Infraestrutura Urbana e Rural	91
4.1.1.1 Saneamento básico e abastecimento de água no município de Ponta de Pedras e sua interface com a saúde.....	99
4.1.1.2 Esgoto como um fator condicionante da saúde.....	108
4.1.1.3 Eletricidade e o acesso à informação.....	112
4.2 o Urbano e o Rural Pontapedrense.....	113
4.2.1 RENDA	117
4.2.1.1 BENEFÍCIOS SOCIAIS	122
4.2.1.2 Bolsa Família.....	122
4.2.1.2.1 Seguro Defeso: a interface entre a preservação da natureza e a necessidade do pescador e das famílias ribeirinhas	125
CAPÍTULO V - O AÇAÍ	130
5.1 AÇAÍ: DO PALADAR E COMERCIALIZAÇÃO LOCAL PARA O NACIONAL E O GLOBAL.....	130

5.2 AÇAÍ EM PONTA DE PEDRAS	139
CAPÍTULO VI - REDES MÓVEIS	148
6.1 INFORMATIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO.....	148
CAPÍTULO VII - GLOBALIZAÇÃO, SAÚDE e ALIMENTAÇÃO EM UMA PEQUENA CIDADE DA AMAZÔNIA	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS	182
ANEXO 1: RESOLUÇÃO Nº 38, DE 13 DE MARÇO DE 2015	201
ANEXO 2: PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	202
APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	203
APÊNDICE 2: FORMULÁRIO DE QUESTÕES.....	206
APÊNDICE 3: TRECHO DA ENTREVISTA DE CAMPO COM MORADORES DA COMUNIDADE FORTALEZA (ÁREA RURAL) EM PONTA DE PEDRAS.	211
APÊNDICE 4: PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA PESQUISA	212
APÊNDICE 5: ARTIGO APROVADO UMA CONTRIBUIÇÃO DA METODOLOGIA PEIR PARA O ESTUDO DE UMA PEQUENA CIDADE NA AMAZÔNIA: PONTA DE PEDRAS – PARÁ.....	215.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Indicadores de desenvolvimento humano no Brasil e na Amazônia Legal de 2000 a 2010.	45
Tabela 2: Amostra por Setores Censitários Urbanos de Ponta de Pedras de 2010.	85
Tabela 3: Nível de Escolaridade do chefe de família entrevistado.	119
Tabela 4: Outras fontes de renda, declarada pelos chefes de família.	123
Tabela 5: Destino da exportação de polpa do açaí no Estado do Pará, porcentagem, valor e preço.	133
Tabela 6: Sites de mídia sociais e busca por informações rápidas.	155
Tabela 7: Alimentos processados e industrializados adquiridos pelos entrevistados	174
Tabela 8: Frequência de alimentos consumidos pelos moradores no município de Ponta de Pedras.....	175

Lista de Quadros

Quadro 1: Períodos e característica dos planos de desenvolvimento no Brasil e Região Norte.....	41
Quadro 2: Doenças agrupadas, relacionadas com a qualidade da água.	106
Quadro 3: Condicionantes para O ingresso no Bolsa Família, segundo Ministério do Desenvolvimento Social, 2017.....	124

Listas de Figuras

Figura 1: Amazônia Legal.....	45
Figura 2: Elementos do Estudo de Caso.....	72
Figura 3: Fluxograma de Atividades desenvolvidas.	74
Figura 4: Caracterização cartográfica do Delta da Amazônia.....	76
Figura 5: Mapa de Localização do Território do Marajó.....	78
Figura 6: Localização do Município de Ponta de Pedras.....	80
Figura 7: Crescimento Urbano de Ponta de Pedras, Ilha do Marajó.	81
Figura 8: Organograma do Plano de amostragem dos formulários.	84
Figura 9: Comunidades Ribeirinhas estudadas.....	87

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Taxas de Urbanização do Brasil (% a.a) por domicílios em 1940/2010.	35
Gráfico 2: Urbanização da Região Norte do Brasil de 1940 a 2010.....	36
Gráfico 3: Taxa de Desmatamento Anual na Amazônia Legal de 1988 – 2015.....	50
Gráfico 4: Acesso à água, segundo relato dos sujeitos do estudo em Ponta de Pedras – 2016.	100
Gráfico 5: Qualidade e Tratamento da água Urbano e Rural e percepção da população sobre a água.	104
Gráfico 6: Como você trata a água para consumo?	105
Gráfico 7: Descarte do esgoto.	108
Gráfico 8: Descarte de lixo.	109
Gráfico 9: Residências com eletricidade.	112
Gráfico 10: Renda Média Salarial Familiar.	117
Gráfico 11: Perfil etário dos entrevistados.....	118
Gráfico 12: Benefícios sociais recebido por chefes de família.	122
Gráfico 13: Produção de açaí no Brasil de 1990 – 2015.	136
Gráfico 14: Produção de açaí em Ponta de Pedras.	139
Gráfico 15: Atividade das famílias com a produção de açaí em Ponta de Pedras.....	143
Gráfico 16: Bens de consumo adquiridos pela população.	147
Gráfico 17: Celular na residência.	149
Gráfico 18: Quantidade de celulares no domicílio.	151
Gráfico 19: Marca dos celulares adquiridas pelos entrevistados.	152
Gráfico 20: Como acessam a <i>internet</i>	153
Gráfico 21: Local de acesso à <i>internet</i>	154
Gráfico 22: Função da <i>internet</i>	154
Gráfico 23: Acesso de serviço da banda larga em Ponta de Pedras 2007 - 2017.....	158
Gráfico 24: Doenças e Sintomas relatados pelos moradores.	163
Gráfico 25: Percepção da doença.	166

Lista de Fotografias

Fotografia 1: Área urbana que representa uma vulnerabilidade ambiental e de saúde aos moradores.....	66
Fotografia 2: Coletor de urina do hospital público exposto ao sol para secagem.....	68
Fotografia 3: Instalações do hospital municipal, equipamentos, lavanderia e depósito de materiais e medicamentos.	69
Fotografia 4: Depósito de materiais e medicamentos hospitalares, lavanderia e local para secar as roupas utilizadas no hospital.	69
Fotografia 5: Área urbana sobre palafitas em Ponta de Pedras. Vias de acesso dos moradores às suas residências.....	93
Fotografia 6: Ponte de madeira em situação precária de conservação na área urbana para acesso às moradias.....	94
Fotografia 7: Palafitas precárias para acesso ao bairro.....	94
Fotografia 8: Palafitas precárias para acesso as moradias.....	95
Fotografia 9: Fotos de cenas urbanas e diversas construções de Ponta de Pedras.	96
Fotografia 10: Cano improvisado para abastecimento de água na área urbana	98
Fotografia 11: Moradias precárias e a exposição ao risco da população.	98
Fotografia 12: Escritório da Cosanpa em Ponta de Pedras.	100
Fotografia 13: Área urbana de Ponta de Pedras e o armazenamento de água próximo ao banheiro.	102
Fotografia 14: Área urbana de Ponta de Pedras e a degradação do ambiente.....	102
Fotografia 15: Área urbana de Ponta de Pedras e a degradação do ambiente.....	103
Fotografia 16: Ambiente vulnerável à saúde.....	107
Fotografia 17: Descarte de lixo em terreno de preservação ambiental em Ponta de Pedras.	110
Fotografia 18: A formação de um lixão em terreno de preservação ambiental com presença	110
Fotografia 19: Entrada de sinalização do Município de Ponta de Pedras.....	114
Fotografia 20: Inúmeras formas de ocupação do espaço urbano.	115
Fotografia 21: Área do Píer de Ponta de Pedras.	116
Fotografia 23: Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zona Rural.....	120
Fotografia 24: Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental.....	120
Fotografia 25: Construção da primeira creche infantil em Ponta de Pedras.	121
Fotografia 26: Barco de açaí e mercadorias em geral como frutas típicas da região	128
Fotografia 27: Fotografia da Rabeta ou Casco (pequeno barco) no rio Marajó Açú.....	128
Fotografia 28: Açaizal em Ponta de Pedras, típica vegetação deste ambiente fitográfico...	131
Fotografia 29: Produção de açaí no município de Ponta de Pedras, venda de açaí em canoa na Comunidade de Fortaleza, Feira do açaí.	141

Fotografia 30: Atividades profissionais relacionadas ao açaí.	144
Fotografia 31: Barco de Açaí com acesso à <i>Internet</i> via satélite – Comunidade Fortaleza.	156
Fotografia 32: Produtos industrializados, entre eles, refrigerantes, para abastecer o comércio local.....	172
Fotografia 33: Produtos industrializados para abastecer os comércios locais.....	172
Fotografia 34: Produtos embutidos para abastecer os comércios locais.....	173
Fotografia 35: Produtos industrializados ultraprocessados vendidos em Ponta de Pedras.	176

Lista de abreviaturas, siglas

ABRELPE - Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ACS – Agentes Comunitários de Saúde
ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AMAM - Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CELPA - Companhia de Energia Elétrica do Pará
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento
COSANPA – Companhia de Saneamento Básico do Pará
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COMUS – Conselho Municipal da Saúde
CRPM - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
CT-PIM - Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus
DCNTs - Doenças Crônicas Não Transmissíveis
ESF - Estratégia Saúde da Família
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IEC - Instituto Evandro Chagas
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU - Organização das Nações Unidas
Prodepa - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado
Paratur (Companhia Paraense de Turismo)
PBF - Programa Bolsa Família
eSFR - Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas
eSFF -: Equipes de Saúde da Família Fluviais
PDTSAM - Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó
PEA – População Economicamente Ativa
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Programa Saúde da Família – PSF
PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde
Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS
SDAPEP - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Estado do Pará
SEPOF- Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

ZFM - Zona Franca de Manaus

APRESENTAÇÃO

Minha carreira acadêmica iniciou-se no curso de Geografia, na Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, em São José dos Campos, no ano de 2004. O aprendizado do mundo acadêmico e os conceitos teóricos começaram a fazer parte da minha vida profissional e intelectual. Desta forma a transformação foi inevitável e a pesquisa acadêmica inseriu-me em atmosfera de inquietações filosóficas, no sentido de querer apreender sempre mais.

Os pensamentos geográficos ultrapassaram as folhas dos livros e a necessidade de expandir o conhecimento sobre o espaço e território, sociedade e ambiente, planejamento urbano e regional, ambiente e saúde global foram temas que abriram questões que aos poucos foram sendo respondidas com o saber que este mundo propicia, ou mesmo abrindo novas questões. Em um primeiro momento, me encantei com a Geografia Econômica e Social, Geografia da População e outras ciências que dialogam com esta linha de análise; por fim a Geografia da Saúde me despertou a necessidade de realizar estudo mais aprofundado.

Para a apresentação final do curso de graduação, desenvolvi o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Clima e Saúde em São José dos Campos, sobre a orientação dos professores da universidade. O desafio era compreender a espacialidade geográfica e as dinâmicas que interferiam no clima e saúde da população, e as condições socioeconômicas como condicionantes para a propagação das doenças. Para o desenvolvimento deste trabalho precisei mergulhar na ampla literatura científica, imprescindível para a pesquisa acadêmica, bem como a riqueza nas saídas de campo, durante o curso. Esta primeira experiência me proporcionou maturidade, comprometimento e disciplina, quesitos importantes para um profissional. Após a conclusão do curso participei de uma chamada pública para ir ao Projeto Rondon – Operação Grão-Pará, em janeiro de 2008, e após longas etapas no processo preparatório, embarquei na missão rumo ao Piauí – Município de Madeiro. Essa experiência foi incrível, durante a qual pude descobrir um pequeno território geográfico com suas belezas e contradições.

Este rico conhecimento me despertou, ainda mais, o desejo de querer continuar neste ambiente de descobertas acadêmicas. Iniciei minha experiência prática, como docente, na escola pública do estado e descobri que era exatamente isso que quero fazer, como profissional pesquisadora e docente.

No mesmo ano, ingressei no Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IP& D na Univap, e comecei um novo ciclo de descobertas. Fui bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, após inúmeras conversas e incentivos do meu

orientador, Prof. Dr. Mário Valério Filho, submetemos um projeto para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), tendo sido contemplada com uma bolsa de mestrado, que me permitiu dar continuidade à pesquisa. O meu interesse em Planejamento Urbano e Regional foi despertado durante a Graduação, quando tive contato mais aprofundado com a pesquisa acadêmica, por meio de contato com os excelentes professores que tive. Desenvolvi o tema sobre ambiente e saúde, intitulado “Doenças respiratórias em São José dos Campos: Análise e Fatores condicionantes”, uma das linhas de pesquisa do Planejamento Urbano e Regional.

Após finalizar, com êxito, meu trabalho de Mestrado, a Profa. Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa, geógrafa de formação da UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba me convidou, em 2010, para participar do Projeto de Pesquisa, financiado pela FAPESP e CNPq, em seu Laboratório “Estudos das Cidades”. A pesquisa intitulava-se “A importância das pequenas cidades na rede urbana da Amazônia, crescimento urbano, relações sociais e políticas públicas”, uma grande oportunidade para o meu aprimoramento como pesquisadora. No mesmo ano, recebi uma bolsa FAPESP, modalidade TT3 para atuar no projeto e pude participar de trabalho de campo no estado do Pará, Ilha do Marajó. Foi meu primeiro contato com uma realidade nunca vista, anteriormente, a cidade de Ponta de Pedras, classificada como uma pequena cidade da Amazônia, localizada no estuário do Delta do Rio Amazonas, uma fonte quase inesgotável de pesquisa. Aprendi uma nova forma de fazer pesquisa acadêmica e a seriedade de ser uma pesquisadora em campo, o contato com o objeto empírico me transformou, fiquei encantada com as inúmeras possibilidades que surgiram. No trabalho de campo percebi que poderia me aprofundar na temática da Geografia da Saúde, ciente da riqueza do estudo elaborei o projeto de Doutorado.

Após muitos diálogos com a Profa. Dra. Sandra Costa, me propus a escrever um projeto nessa vertente. Em julho de 2013, participei do processo seletivo da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, para o programa de Saúde Global e Sustentabilidade. Realizei um sonho, junto com minha família, ao saber do resultado positivo do meu ingresso nesta conceituada universidade. A Profa. Dra. Helena Ribeiro aceitou ser minha orientadora, em conjunto com a Profa. Dra. Sandra Costa - Coorientadora nesta nova e prazerosa desafiante jornada acadêmica. Desenvolveu-se o projeto de pesquisa “Globalização e saúde na Amazônia: uma pequena cidade Ponta de Pedra – Ilha do Marajó, Pará”. Como resultado, apresento essa Tese de Doutorado e minha eterna gratidão às minhas orientadoras, por me ensinar o verdadeiro mérito de ser uma pesquisadora. Sonho se tornando realidade!

INTRODUÇÃO

A Amazônia, como bioma, apresenta uma vasta e grande floresta tropical, um ecossistema diverso e cobiçado por muitas nações, importante para o mundo, na perspectiva ambiental, social e econômica. Dessa forma, atrai diversos olhares e interesses de exploração, na justificativa de suprir as demandas do capital. Neste sentido, os recursos naturais tornam-se cada vez mais escassos e tem se intensificado, de forma predatória, a sua utilização.

A ocupação da região Amazônica brasileira ocorreu em razão da ampliação do território nas expedições por europeus em terras conquistadas, em meados do século XVI. Com a navegação em curso, no processo de ocupação e conhecimento do rio Amazonas, inúmeras expedições de naturalistas europeus e americanos, a partir de 1808, se dirigiram para essa Região. Viajantes, exploradores muitos vindos da Europa, se aventuraram nessas expedições, entre séculos XV e XIX. Conforme descreve STEINBRENNER (2009, p.21-22), houve uma grande influência dos relatos expedicionários nas obras de autores brasileiros, no início do século XX (Euclides da Cunha e Afonso Rangel), e no discurso atual da mídia (filmes comerciais, documentários, reportagens especiais de televisão, jornais e revistas). Os relatos reforçam o processo exploratório logo que os europeus perceberam a potencialidade da região, a partir dos recursos naturais existentes, entre eles, os recursos hídricos e a diversidade da vegetação.

Há controvérsias, entre diversos autores, quando se fala no uso destes recursos para suprir as necessidades da população ou atender aos interesses do mercado global. Para LIMA (2013, p. 147) a Amazônia é mais que uma floresta: têm cidades, plantas, animais e tem população. O processo de urbanização na Amazônia, em grande parte, guarda profunda relação com os investimentos estatais, em especial nos anos de 1960. Os autores BROWDER e GODFREY (2006) veem a Amazônia como um espaço de transformações constantes e, entre 1960 e 1990, as cidades cresceram rapidamente e trouxeram alterações importantes para a Região. As alterações observadas pelos autores ocorreram com intensidade nas pequenas e médias cidades, que não conseguiram se estruturar adequadamente a tantas mudanças, em particular ao fluxo de migração do rural para o urbano. Demandas

foram surgindo à medida que as cidades foram sendo construídas. BECKER (2005) analisa que:

processou-se na região uma penosa mobilidade espacial, com forte migração e contínua expropriação da terra e, assim, ligada a um processo de urbanização. Em vista disso, a Amazônia teve a maior taxa de crescimento urbano no país nas últimas décadas. Mas esse é o modelo de urbanização no Brasil e, ademais, a urbanização não se mede só pelo crescimento e surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores da urbanização para sociedade. Por essa razão, desde a década de 1980, chamo a Amazônia de uma "floresta urbanizada" (BECKER, 2005, p.73).

A antropização no território e as transformações na paisagem natural são reflexos do intenso processo migratório que se consolidou com o adensamento da população nesta região. Um conjunto de programas de desenvolvimento foram estabelecidos de acordo com a Superintendência Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) (SUFRAMA, 2014), para esta região do País teve a participação do Estado e iniciativa privada.

Nota-se que, desde os tempos da exploração, a Amazônia vivenciou ciclos econômicos com predomínio de determinado produto voltado para a exportação, servindo ao capital externo. A Amazônia é um território geográfico mundialmente conhecido pela sua importância ambiental e recursos naturais. Contudo, a partir de uma política desenvolvimentista, que teve como objetivo superar o vazio demográfico na região e estabelecer uma política de integração nacional, ela foi sendo explorada e desmatada. Diversas notícias vincularam, na mídia nacional e internacional, a Amazônia como sendo o pulmão do mundo e os interesses preservacionistas se voltou para a floresta amazônica, a ser preservada como uma imagem da "última floresta", conforme definição de CASTRO (2008a). Esta região passou por grandes projetos políticos de desenvolvimento, com o objetivo de contribuir com a expansão do povoamento. AQUINO (2011, p.6) comenta que evolui a cronologia histórica, a contextualização político-econômico nacional e mundial, mas o discurso simbólico sobre a Amazônia continua recorrente, como terra a ser explorada. O autor reforça a preocupação destes discursos na atual fase do capitalismo global.

As mudanças espaciais que ocorreram na Região da Amazônia Legal, ao longo dos últimos 60 anos, colocaram as cidades como importantes elementos, dentro do espaço regional, principalmente as cidades pequenas. Para COSTA e BRONDIZIO (2009, p.1), essas cidades, “possuem fraca ou nenhuma infraestrutura, e têm como base econômica o repasse de recursos públicos e, embora apresentem a estrutura de cidade, carecem de atividades caracterizadas como urbanas”. As pequenas cidades exercem um papel fundamental na rede urbana regional, em razão dos serviços que oferecem e das relações sociais e culturais que propiciam. BACELAR (2012, p.81) considera que os problemas existentes nas pequenas cidades “são os mesmos que se verificam em cidades de porte médio e grande, diferindo apenas na escala”. O autor menciona problemáticas urbanas encontradas em diferentes lugares, como os conflitos habitacionais, invasões, ocupações de áreas de risco e preservação ambiental, além dos problemas de saneamento básico e atendimento à saúde, entre outros.

Para Giatti e Cutollo (2012b, p.105), é fundamental adequar às soluções sanitárias às particularidades locais, sobretudo no sentido de promover a adesão da população. O que notamos é uma iniquidade em saúde é decorrente muitas vezes de gestão pública frágil na distribuição e fiscalização do uso de recursos. Ainda que esforços sejam estabelecidos na esfera federal, as escalas locais de administração pública apresentam dificuldades em descentralizar estas políticas e, por sua vez, os recursos econômicos, por inúmeras razões, entre elas administrativos, e as distâncias geográficas dos centros regionais de decisão, questões políticas partidárias. PERZ (2000, p.12) afirma que “a natureza súbita e acidental do crescimento urbano na Amazônia, tem implicações importantes para a qualidade dos ambientes urbanos nessa região”. Desta forma, “a globalização interage com as realidades nacionais e locais, alterando a sua forma de relacionamento com o mundo externo, mas sem eliminar as suas características peculiares locais” (BARBOSA, 2013, p.7).

Estudar uma pequena cidade da Amazônia propicia-nos mergulhar nesse universo, no sentido de tentar compreender os reflexos da globalização no local, e os problemas advindos desse processo, entre eles a situação de saúde.

OBJETIVOS

Objetivos

Este trabalho se propôs a compreender o processo de globalização e suas repercussões numa pequena cidade no Delta do rio Amazonas, Pará. Dessa forma, seu **objetivo geral** foi:

- Analisar os efeitos da Globalização, na organização da cidade e no município de Ponta de Pedras, localizado no delta do rio Amazonas, estado do Pará - Ilha do Marajó e seu reflexo na saúde.

Os **objetivos específicos** dessa pesquisa foram:

- a). Analisar o perfil socioeconômico e cultural da população rural e urbana no município de Ponta de Pedras;
- b). Compreender as condições de habitabilidade e a infraestrutura da zona urbana e rural;
- c). Verificar como o município se insere no processo de globalização, por meio da exportação do açaí;
- d). Conhecer o acesso da população aos bens e serviços de comunicação e a produtos alimentares industrializados, em decorrência do processo de globalização;
- e). Verificar possíveis repercussões na saúde da população.

JUSTIFICATIVA

Deltas são o lar de mais de meio bilhão de pessoas no mundo e abrigam ecossistemas biodiversos e ricos (Projeto DELTAS, 2014). Eles são *hot spots* econômicos, apoiando grande parte da pesca do mundo, extração de produtos florestais e agricultura extensiva, garantindo a sobrevivência de muitas pessoas. Segundo o Projeto DELTAS (2014), apesar dessas características, e compreendendo apenas 1% das terras do mundo, os Deltas estão se deteriorando em um ritmo alarmante. As cidades localizadas nesses ambientes, assim como as práticas extrativas e agrícolas, como a do açaí, existentes em função de suas

características, contribuem com sua degradação. Os Deltas apresentam uma dinâmica particular e são ambientes frágeis suscetíveis às mudanças ambientais globais.

Dentre os vários tipos de problemas existentes nas áreas rurais e urbanas dos Deltas, destacam-se as doenças transmissíveis, por deficiência de infraestrutura sanitária. No caso do Delta do Rio Amazonas, localizado na Região Norte do Brasil, segundo o Projeto DELTAS (2014)¹, essa área é muitas vezes, classificada como possuindo "baixo risco" ambiental, por causa de seu represamento limitado e baixa extração de água/óleo. No entanto, o desmatamento na região prossegue em ritmo acelerado, assim como o aumento populacional, sobretudo urbano.

Considerando os 50 municípios que se incluem na área do Projeto DELTAS da Amazônia, segundo o IBGE (2010), predominam cidades com menos de 20 mil habitantes (68%), sendo que 86% das cidades dessa área possuem menos de 50 mil habitantes. Ou seja, são pequenos núcleos urbanos, com fortes carências de investimento em infraestrutura e com grandes disparidades socioeconômicas.

É nesse contexto que se justifica essa pesquisa: compreender como os efeitos da Globalização na Região Amazônica, em especial em pequena cidade no Delta do rio Amazonas, se reflete na saúde da população. As populações das pequenas e médias cidades cresceram nas últimas décadas, e elas detêm, segundo dados do Censo 2010, 78% da população regional (CARDOSO, 2006, p.26). Considerando estes aspectos, esta pesquisa se justifica para entender se o processo da globalização teve influência no crescimento urbano e na dinâmica espacial do município e no perfil de consumo dos moradores, considerando as

¹O projeto DELTAS reúne especialistas do mundo das ciências físicas e sociais e outras ciências e as partes interessadas locais de governo e organizações sem fins lucrativos para melhorar a compreensão científica dos deltas como sistemas sócio-ecológicos acoplados para avaliar a vulnerabilidade do delta. Os Deltas são o lar de mais de meio bilhão de pessoas no mundo, são ambientes que abrigam ecossistemas ricos em biodiversidade. Eles são hot spots econômicos, apoiando grande parte da pesca do mundo, produtos florestais e agricultura extensiva. Eles são portos de entrada que jogam um papel importante na cadeia de recursos locais, regionais, nacionais e globais. Sobre a sustentabilidade há necessidade da compreensão fundamentada de como os padrões de uso da terra e dinâmica da paisagem terão impacto sobre o delta-estuário amazônico no contexto de vários, cenários de subida do nível do mar e o aumento dos centros urbanos, limpeza dos manguezais, e piscicultura na região. Na região também está previsto estudos sobre cenários climáticos para experimentar chuvas, diminuindo na Amazônia Oriental, e não se sabe como isso vai impactar na dinâmica sazonal durante os próximos 50 anos. Outra questão emergente são as mudanças climáticas que afetarão a dinâmica de bancos de lama da Amazônia derivados que desempenham um papel importante na estabilidade geomorfológica. A economia e a ecologia da região são questões abordadas por meio da estrutura multidimensional do projeto deltas e através do desenvolvimento dos índices de modelagem de cenários de vulnerabilidade (PROJETO DELTA, 2014).

transformações políticas e econômicas, bem como os determinantes sociais de qualidade de vida. Simultaneamente ao agravamento das desigualdades urbanas, as pequenas cidades apresentam dificuldades em desenvolver políticas públicas no mundo globalizado. Assim, selecionou-se o estudo de caso sobre Ponta de Pedras, considerando o que anteriormente foi explicitado.

A globalização hierarquiza as cidades de forma funcional, no contexto da economia capitalista mundial e lhes reconhece novas funções, evidenciou-se uma nova organização urbana, por meio de uma transformação espacial impulsionada pelo capital. Para tanto, é necessário entender alguns conceitos importantes para o presente projeto, com o suporte de alguns autores. No conceito de cidade global, apresentado por BENKO, (2002, p.71), “a hierarquização do sistema urbano internacional se explica, pela distribuição desigual das funções supralocais de comando em relação aos processos de produção e valorização do capital”. Neste contexto, a compreensão de pequenas cidades e sua função na rede urbana nacional e global é tema que merece ser estudado, devido à complexa função da realidade socioespacial apresentada por estas cidades.

Procurando entender melhor este conceito, para SILVA (2007, p.4) “as pequenas cidades, de uma forma geral, ora são consideradas pivô da má distribuição dos recursos orçamentários no país, ora se encontram abandonadas pelo Estado”. Tal afirmação corroborada por, Soares que:

As pequenas cidades brasileiras e as redes formadas por essas se constituem em importantes elementos para a investigação científica contemporânea, tanto pela carência de estudos, quanto pelos conteúdos sociais, político, econômico e histórico que essas cidades comportam. Ademais outros critérios são considerados nesta definição de cidades pequenas na função das especificidades dos processos espaciais, dada a dimensão e complexidade do território brasileiro, critério entre o rural e urbano a partir do Censo do IBGE (SOARES, 2009, p. 117).

As realidades das pequenas cidades da Amazônia Legal revelam a especificidade de cada lugar. Segundo OLIVEIRA (2006, p. 27-28), “a vida nas cidades amazônicas está ligada ao rio e à floresta. Transpondo-os, surgem os aglomerados de casas simples que, vista uma vez, nunca mais será esquecido”. As cidades da Amazônia recebem um expressivo fluxo populacional que se direciona cada vez mais da área rural para os núcleos urbanos, em busca de melhores condições socioeconômicas. “A realidade urbana incorpora a análise dos sujeitos que fazem a cidade, que lutam em posições de classe diferentes no seu cotidiano e

que são os artífices de apropriação e de produção do espaço, levando a população a ter um padrão de especialidade menos concentrado (CASTRO, 2008b p.16) ”. BACELAR (2012 p. 83) corrobora com a discussão, ao afirmar que a grande questão é se esse local é ou não urbano; se está ou não inserido em uma rede urbana; ou mesmo se está inserido nos padrões da globalização mundial e do modo de vida urbano, que se apresenta no planeta Terra, a partir da década de 1950 e, mais fortemente, a partir da década final do século XX.

A definição de pequenas cidades baseia-se mais em termos de grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico. Becker define ainda que:

A Amazônia no início do século XXI apresenta padrões e arranjos espaciais de uma Amazônia diferente, em meio à floresta tropical um tecido urbano complexo se estruturou, levando a criação e o uso do termo "floresta urbanizada" por estudiosos que acompanham o processo de ocupação da região (BECKER, 1995, p. 55).

Para termos uma ideia desse processo, 84% dos 760 municípios da Amazônia Legal no Brasil² possuíam, em 2000, menos de 20 mil moradores urbanos. Em 2010, esse número diminuiu para 81%, significando, ainda um número expressivo de pequenas cidades. De acordo com dados do IBGE (2000), mais de 50% da população da Amazônia Legal situa-se em núcleos urbanos. A população economicamente ativa era de 8,5 milhões, o que corresponde a 42% da população total. Segundo CASTRO (2008a, p.11) “a interação entre os processos locais e os globais na Amazônia Legal busca conexões lógicas que permitem entender os efeitos da globalização, cuja dinâmica principal se dá em um complexo mercado transnacional”.

Assim, apesar dos municípios terem infraestrutura e serviços urbanos deficientes, baixa capacidade de geração de recursos, forte dependência de repasse dos recursos da União, essas cidades continuam a atrair a população.

Entende-se, portanto, a urbanização como formação de novas cidades, a alteração no tamanho das já existentes e a inserção da população rural nos valores da vida urbana. Há emergência de cidades médias e a multiplicação das pequenas cidades, as quais em conjunto “constituem a maioria das cidades regionais que correspondem a um padrão móvel e instável de urbanização, (BECKER, 2005b, p. 47) ”.

²A Amazônia Legal é formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, e Tocantins, todos pertencentes à região Norte do Brasil e mais os estados de Mato Grosso, pertencente à região Centro Oeste e o estado pertencente a região Nordeste. No total cobre cerca de 5 milhões de Km² , ou 58% do território brasileiro, (IBGE, 2010).

Desta forma, estas pequenas cidades tornam-se possibilidade de acesso a serviços e oportunidades de emprego, em uma região em que o rural se mostra, cada vez mais, aberto ao mercado global e fechado à mão de obra local, nas escalas da rede de fluxos das relações econômicas e sociais que se estabelecem. Para OLIVEIRA (2006, p.28), as pequenas cidades amazônicas apresentam contradições, são articuladas às relações pretéritas caracterizadas pela inércia e, ao mesmo tempo, às dinamicidades contemporâneas que as ligam ao mundo, especialmente a partir da biodiversidade e da sociodiversidade. Ponta de Pedras tem uma grande extração de açaí comercializado mundialmente. Apesar de não trazer elevados recursos econômicos para o município, por se tratar de uma atividade de extrativismo, insere a cidade no contexto global.

A globalização possibilitou, por meio da expansão dos investimentos capitalistas, a reestruturação das complexas redes urbanas nas quais estão inseridas as pequenas cidades. Para DIAS e SANTOS (2012)³ há “perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada, em muitos casos, pelo desenvolvimento de novas funções não centrais ligadas diretamente ao campo”. Estas centralidades contribuem para o desenvolvimento das pequenas cidades, quando estas são classificadas de acordo com suas atividades econômicas, sociais e culturais. No caso de Ponta de Pedras, a função econômica e cultural tem uma grande relevância neste contexto de avaliação e classificação. COSTA et al. (2012)⁴ confirmam que algumas questões devem ser avaliadas ao estudar as pequenas cidades da Amazônia, dentro do contexto global. Para muitas destas cidades, que constituem a rede urbana da Amazônia Legal Brasileira, os repasses financeiros governamentais

³Essa refuncionalização deriva de uma combinação de manifestações da globalização, em que alterações na circulação, em geral, e no processo produtivo do território da pequena cidade desempenham papéis primordiais (...). A possibilidade diz respeito à transformação do pequeno núcleo em razão do surgimento de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o, diferentemente, na rede urbana e nela introduzindo uma complexa divisão territorial do trabalho. Essas especializações produtivas criadas podem estar associadas às novas demandas da produção agrícola regional, referenciada a novos patamares tecnológicos e de renda, bem como a novos padrões socioculturais (DIAS e SANTOS 2012, p. 38).

⁴ A qualidade da infraestrutura, o acesso limitado a bens de consumo e a carência de oportunidades de trabalho levantam questões importantes quanto aos impactos sociais e ambientais da expansão das pequenas cidades (...). Novas questões, voltadas às dinâmicas sociais que se desenvolvem nas pequenas cidades que medeiam estas transformações na Amazônia, são suscitadas em função dessas mudanças, como: O que são essas cidades pequenas na Amazônia? Que papel cumpre na rede urbana da Região? Como se estabelecem as redes sociais dentro desse contexto urbano e qual a sua importância na vida urbana? Como se dá a geração de recursos nesses municípios e como esses recursos são investidos? Como é o processo de administração pública nessas cidades? (COSTA et al. 2012, p. 58).

ainda são prioritários para o desenvolvimento de políticas públicas e crescimento local. Segundo OLIVEIRA e SCHOR,

Estas cidades se multiplicaram, ainda que sejam pequenos núcleos emancipados e que dependem de repasses de recursos públicos do Governo Federal. Em 1960, na Região Norte, eram 165 cidades, em 2000 passou para 449 cidades, e o tamanho médio destas cidades diminuiu: pois passou de 5,2 mil habitantes em 1991, à média de 2,07 em 2000. São cidades com fraca infraestrutura, ausência de saneamento básico, e de serviços sociais que atendam à população, principalmente a população jovem (OLIVEIRA e SCHOR, 2008, p. 18).

No decorrer dessa pesquisa, questões como: as particularidades do urbano, seu papel no atual contexto econômico da globalização e a reprodução das relações cotidianas e condições de saúde são alguns questionamentos que a investigação irá analisar.

ORGANIZAÇÃO DA TESE

Essa tese se organiza em capítulos, apresentados a seguir.

Capítulo 1: Tratam da estruturação espacial do território amazônico, bem como seu processo de urbanização, ocupação e transformações espaciais. Descreve os planos políticos de desenvolvimento econômico por décadas, e o que é a Amazônia Legal brasileira e sua inserção no circuito da globalização;

Capítulo 2: Discute a globalização e saúde na Amazônia, o conceito de saúde global e as principais características de saúde no mundo, além dos avanços tecnológicos, organizações financeiras internacionais e nacionais que contribuíram para o desenvolvimento econômico, a revolução do meio técnico-científico e como isso reflete na saúde, em especial a relação do global com o local;

Capítulo 3: Apresenta os Materiais e Métodos da pesquisa: um estudo de caso no município de Ponta de Pedras na Ilha do Marajó – Pará;

Capítulo 4: Apresenta os resultados e discussões da pesquisa, elementos como o perfil dos moradores do urbano e do rural e como estes se relacionam com o lugar, considerando os aspectos sociais, políticos e econômicos. Destaca a relação entre os serviços básicos, como saneamento, infraestrutura e o perfil de saúde dos entrevistados, bem como as condições de habitabilidade e os fatores condicionantes para a qualidade de vida da população;

Capítulo 5: Discute a economia do açaí como produto local, sua conexão com o nacional e o global. Produto que, possuindo valor cultural, alimentar e econômico para o paraense, ultrapassou fronteiras sendo o produto disparador da globalização do município;

Capítulo 6: Apresenta o meio técnico-científico e as redes móveis de comunicação no Município, e a importância destas conexões tecnológicas para a população, em especial para os moradores das comunidades ribeirinhas (rural). Também se propõe a entender o papel do uso da *internet* no processo de globalização do local para o global;

Capítulo 7: Discute a inserção do Município no processo de globalização na economia e na cultura; como os circuitos econômicos e sociais estão modificando o padrão de consumo e alimentação da população, e como este processo repercute no padrão de saúde dos moradores.

Considerações Finais:

CAPÍTULO I

A AMAZÔNIA E A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

A Amazônia é a região mais vasta do país, com 4 milhões de km², segundo dados do IBGE (2000, 2010), possui 12.920 milhões de habitantes, o que corresponde a 8,2 % da população total residente no Brasil. O ritmo de crescimento demográfico do país e da Região Norte ilustra o fenômeno de migração do rural para o urbano. Há um padrão de urbanização acelerado, em especial, quando impulsionado pelas políticas de investimentos para a região. Conforme explicam CARDOSO e MULLER (2008, p. 78-79), a distribuição e a diferenciação, entre a população urbana e rural, se expressam na divisão social do trabalho, oriunda da massa de mão-de-obra requerida na dinâmica da organização econômica e política espacial da Região.

Em 2000, a Região Norte apresentava 69,8% da população vivendo nas cidades, enquanto a população urbana do Brasil era de 81,2%. No gráfico 1, observa-se que a população urbana brasileira apresentou um ritmo de crescimento superior à rural, a partir da década de 1940.

Gráfico 1: Taxas de Urbanização do Brasil (% a.a) por domicílios em 1940/2010.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940/2010. Até 1991, tabela extraída de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro, IBGE: 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 56, 1994.

A região rural vivenciou períodos demográficos de declínio (gráfico 2), em especial na década de 1990 com taxa negativa de - 0,5, continuando neste processo, e recuperou o ritmo de crescimento nas décadas seguintes. Essa situação é menos evidente na Região Norte, neste mesmo período.

Esses números estão relacionados às políticas desenvolvimentistas para a Região, principalmente após os anos de 1970. Alguns autores atribuem este processo de migração, entre o rural e o urbano, ao declínio do ciclo da borracha, na década de 1920, ao depauperamento da extração dos recursos naturais, na década de 1970/80, e a busca por novas oportunidades de trabalho, após a década de 1990. No estudo de STEINBRENNER (2009a, p.31) sobre a urbanização, destaca-se uma tendência de crescimento mais acentuado das capitais estaduais da região Norte (gráfico 2). Em (2000) Belém contava com 1.393.399 e em (2010) 1.452.275 habitantes e Manaus em (2000), eram 1.802.014 habitantes e em (2010), 2.130.264 habitantes (IBGE, 2000 e 2010), representando 30% da população urbana total da Região, conforme (gráfico 2). Os dois municípios têm importante papel como metrópoles regionais.

Gráfico 2: Urbanização da Região Norte do Brasil de 1940 a 2010.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940/2010. Até 1991, tabela extraída de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro, IBGE: 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 56, 1994.

Nesta análise do grau de importância da urbanização da região, Santos demonstra que:

As diferenças do grau de urbanização, em todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho tipo de atividade, região em que se inserem são elementos de diferenciação, mas há problemas comuns, vivenciados pelos moradores, como emprego, déficit de habitação, precariedade do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde que são genéricos e revelam carências. Quanto maior as cidades, mais visíveis são estas mazelas. (SANTOS, 2015, p.105-106).

A urbanização da Amazônia Legal não saiu deste padrão, o perfil de urbanização das cidades amazônicas estabeleceu-se com carências sociais marcantes, entre elas de saneamento e saúde.

Para ANDRADE (2014, p.37), falar da relação local-global em Belém pede um retorno aos primórdios de sua história, pois muito cedo o que se passava no restante do mundo influenciava intensamente os rumos da cidade. O processo histórico ao qual se refere a autora resultou na alteração do espaço urbano ao longo dos séculos. “A conexão com as cidades tradicionais, cidades da colonização, cidades espontâneas vinculadas ao garimpo ou a projetos, extrativistas e as *company towns*” (VICENTINI, 2004) são facetas complexas do processo de transformação, que passou o urbano na região. Estudos como os de Saint-Clair TRINDADE JUNIOR e Gilberto Miranda ROCHA (2002), que abordam a relação cidade e capital privado internacional na região são referências, visto que alertam para a influência das *company towns*.

Ao longo das décadas, a urbanização amazônica acompanhou os planos de políticas desenvolvimentistas, como a reforma pombalina que, de 1755 a 1778, por intermédio do mercantilismo da Companhia Grão-Pará e Maranhão, impulsionou a agricultura na região. Entretanto, para PEREIRA (2006, p.28), o projeto criado pelo Marquês de Pombal desenvolveu a agricultura comercial, por meio do trabalho do colono e do escravo, transformou as aldeias em vilas, como Aveiro, Faro, Óbidos e Santarém. O autor ressalta a importância das políticas pombalinas para a região, no contexto da comercialização regional que, por meio da expansão, alcançou o mercado global. Muitos produtos eram, e ainda são comercializados, como gado, café, tabaco, produtos nativos, entre outros, todos em grande quantidade na Região, o que permitiu a valorização de tais produtos locais na economia regional e, posteriormente, global.

As chamadas *commodities*, encontradas facilmente na região, ao serem inseridas no mercado comercial pelos portugueses, despertaram inúmeros interesses econômicos de outros exploradores comerciais.

Este processo de exploração contribuiu para a urbanização da região com a chegada de estrangeiros, que ali se instalaram. Destaca-se o ciclo da borracha, fator pulsante da crescente ocupação urbana no final do século XIX (1850 a 1920), nas importantes cidades da região Amazônica como Manaus, Porto Velho, Santarém, entre outras. CORRÊA (1987) descreve o período do *boom* da borracha⁵ como consolidação da riqueza urbana, e após 1950 houve uma estagnação econômica que interferiu na expansão de Belém e Manaus.

Para OLIVEIRA (2006, p.1-2), este período de crescimento econômico da Amazônia coincide com o período da *Belle Époque* influenciado pela cultura europeia e possibilitou a expansão para o interior da região e a criação de vilas e cidades, em especial na área que corresponde ao Estado do Amazonas. Conhecida como idade de ouro da cultura europeia urbana, influenciava a elite brasileira, não apenas no consumo, mas também na cultura e vida social, descritos por COELHO, como sendo:

Mecanismos e os comportamentos da sociabilidade burguesa que produziram, assim, imagens de uma Idade de Ouro da vida social, cujas vias e veias de circulação orgânica eram os *boulevards* de Paris. Os valores, os códigos e os rituais da cultura da *belle époque*, na condição de teatro da civilização, espalharam-se, em maior ou menos escala, pelas sociedades contemporâneas. A *belle époque*, entendida como manifestação da Idade de Ouro da cultura urbana da burguesia contemporânea, e cujos quadros tradicionais, como visto, remetem para a Paris do final do século XIX e começo do XX, sempre foi um domínio visitado pela narrativa social brasileira. As próprias transformações urbanas de cidades como Belém e Rio de Janeiro no mesmo período foram tratadas como dimensões especulares da *belle époque* matricial, parisiense, nas latitudes sociais e mentais do trópico brasileiro (COELHO, 2011, p.149-150).

Mesmo com as diferenças substanciais no processo de desenvolvimento, Belém, no passar do século XIX para o XX, vivenciou uma importante transformação do espaço urbano. Fruto do ciclo econômico da borracha, associado a uma política desenvolvimentista, BECKER (2005, p.24-25) descreve que em 1966 havia um

⁵ O extrativismo da borracha que vigorou tanto a economia como a rede urbana, a partir de uma demanda externa da borracha pelos norte americanos, teve seu declínio por inúmeros fatores, entre eles o primitivo sistema de transporte e a escassez de mão-de-obra, e a oferta de capitais disponíveis para o financiamento da produção que por fracos resultados acabou ficando cada vez mais reduzidos (CORRÊA, 1987, p. 48-49).

Banco de Crédito da Borracha que posteriormente foi transformado em Banco da Amazônia S/A (Basa), que servia de base para a política de incentivos fiscais de crédito para ocupação regional.

A comercialização da borracha contribuiu para a fundação de pequenas vilas e ocorreu em meio a disputas territoriais que se arrastaram por anos.

A Amazônia insere-se na divisão internacional do trabalho, analisada por meio do processo produtivo da borracha e chegou a contribuir com 90% da produção mundial em 1890. A valorização da borracha foi de tal magnitude que atingiu a ofuscar qualquer outra produção, inclusive a de produtos de subsistência para o mercado regional (CORRÊA, 1987, p.48a).

Mais tarde, estes espaços geográficos tornaram-se cidades pequenas, médias e grandes, e são, atualmente, importantes núcleos urbanos no contexto de ampliação expressiva na rede de cidades, com atuações econômicas no nível local, regional e global. O ciclo econômico da borracha, nos áureos anos de 1910, experimentou uma cadeia produtiva do látex com mecanismos de financiamento, comercialização e circulação do produto.

BITOUN (2006) ressalta a capacidade dos pequenos “centros urbanos comerciais” se destacarem no processo de urbanização dessa região, devido às disputas de terras. Muitos municípios se adaptaram a esta realidade, como Ponta de Pedras, Breves, Cachoeira do Arari, Barcarena e tantos outros. Trabalhos de autores como OLIVEIRA (2006), CASTRO (2006, 2008a), CARDOSO (2005); BECKER (2005), SANTOS (2014, 2015), SHOR e SANTANA (2015), BROWDER e GODFREY (1997) e STEINBRENNER (2009) descrevem a formação e a expansão de pequenas e médias cidades, a partir das políticas econômicas destinadas ao programa de integração nacional da Amazônia, favorecidas pelo governo. Sobre esse tema, SANTOS (2014, p.52) afirma que o território, a cada momento, foi se organizando de maneira diversa. Muitas reorganizações do espaço se deram e continuam acontecendo, aos reclamos da produção da qual é arcabouço.

A expansão urbana na região ocorreu de forma gradativa e diferenciada do restante do país, à medida que as bases da economia colonial foram combinadas e definidas em comparação ao campo/cidade. STEINBRENNER (2009b), em seu trabalho sobre o urbano na região, afirma que surgem, nos vários campos discursivos, a contradição da definição de sentido da Amazônia, que apresenta um modelo conflitante e perverso. Para SANTANA (2015, p.16-17), entender a urbanização na região amazônica implica identificar a origem e a destinação da

receita e as despesas em função da infraestrutura urbana básica, por exemplo, habitação, saneamento, transporte, educação e saúde.

As políticas estabelecidas alteraram o modo de vida rural, a partir de um conjunto de transformações no processo de urbanização. Assim, para CASTRO (2006, p.11) a alteração territorial da Amazônia, que presenciamos hoje, é resultante de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e economia regional nas últimas décadas, entre elas, a diferenciação interna do uso do solo e da estrutura da propriedade.

A fronteira de recursos, aberta nos anos de 1960, possibilitou construir um modelo de urbanização e povoamento da Amazônia, centrado nos fluxos econômicos, com investimentos estatais e privados para atender a uma política migratória (CASTRO, 2008a, p.13).

Ao longo dos anos, os processos locais, regionais e globais sofreram os efeitos da globalização, cuja dinâmica principal se dá em um complexo mercado de mundialização dos produtos nativos, comercializados na Amazônia. São eles: açaí, frutas típicas, palmitos, ervas aromáticas, “drogas do sertão”, madeiras, animais exóticos, entre outros produtos valiosos.

Assim a internacionalização dos recursos da Amazônia, amparada por projetos governamentais militares, reafirma a palavra mágica “Explorar tudo; Exportar tudo”, como um processo de rapina (OLIVEIRA, 1989, p.15). Esta região serviu de território para a extração dos recursos de valor econômico, associada aos diversos planos nacionalistas de desenvolvimento, dos quais muitos não saíram do papel, devido a interesses políticos diferenciados. Um exemplo destes processos é a produção energética, utilizando o potencial de recurso hídrico ali existente. A produção de energia sempre esteve relacionada à necessidade de grandes estruturas obtidas por concessões governistas, feitas a setores industriais, incentivados a se instalarem na região da Amazônia. O mercado de terras, mineração, agronegócio e indústrias pesqueiras também atenderam a diferentes circuitos econômicos, muitos de âmbito global.

LIMA (2014, p.32) destaca que, desde os tempos do Brasil colônia, a Amazônia esteve envolta em ciclos econômicos com predomínio de determinado

produto voltado para exportação e servindo ao mercado externo⁶. Tais projetos desenvolvimentistas trouxeram transformações sociais e econômicas visíveis à região da Amazônia Legal, o que possivelmente justifique suas contradições em relação às demais regiões do país.

No quadro 1, pode-se observar os importantes períodos das políticas de desenvolvimento que contribuíram com o processo de ocupação e urbanização da Amazônia:

Quadro 1: Períodos e característica dos planos de desenvolvimento no Brasil e Região Norte.

Período	Característica do Período
Primeira Fase de 1967 a 1975	<ul style="list-style-type: none"> As estratégias de planejamento regional na Amazônia foram concentradas no conceito de pólos de crescimento e desenvolvimento na América Latina desde meados dos anos 1960. A exploração de recursos minerais foi um dos objetivos centrais dos programas de ampliação da Amazônia. Muitas licenças de exploração de jazidas de grande extensão foram cedidas a empresas nacionais e internacionais.
	<ul style="list-style-type: none"> Incorporação da região ao mercado de consumo de produtos industrializados e de matérias-primas as ligações rodoviárias e a criação do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia, 1968, e da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CRPM), em 1969. No cume do período do "milagre econômico" brasileiro, a mentalidade predominante do Eldorado envolveu a exploração econômica setorial e a quase ilimitada distribuição territorial da periferia da Amazônia. Apesar da ditadura militar e uma preocupação com o controle de fronteiras, a expansão do país estava acelerada.
	<ul style="list-style-type: none"> Nessa segunda fase, a crise do preço do petróleo forçou o governo, durante o período militar a cancelar investimentos por causa das sérias consequências financeiras dispendiosas com importações de petróleo.

⁶Durante o ciclo da borracha criou-se o "sistema de aviamento" (cadeia do fornecimento de mercadorias a crédito, cujo objetivo era a exportação da borracha para a Europa e EUA). Forma-se assim uma cadeia produtiva que atingia as grandes casas exportadoras de Manaus e Belém. Este esquema econômico proporcionava a venda da borracha para Manaus, Belém e daí para o mercado internacional, uma rede complexa e extensa de canais de comercialização, tornando-se uma mercadoria lucrativa ao capital estrangeiro (CARDOSO e MULLER, 2008, p. 31-32).

Quadro1: Períodos e característica dos planos de desenvolvimento no Brasil e Região Norte.
(Continuação)

	<ul style="list-style-type: none"> No Programa Polamazônia 7 criado em 1974, o conceito dos pólos de crescimento foi mal interpretado e o resultado não foi a "concentração descentralizada" de desenvolvimento, mas sim o aumento das disparidades do desenvolvimento inter e intraregional. A periferia tornou-se mais dependente do centro, em nível nacional e internacional. Em vez de pólos de crescimento com impulsos de desenvolvimento irradiantes, surgiram enclaves, mantidos artificialmente (KOHLHEPP, 1997)
Segunda Fase 1975 a 1991	<ul style="list-style-type: none"> A criação do Plano de Integração Nacional (PIN) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Objetivou - se o planejamento de eixos do desenvolvimento e consolidação da infraestrutura com a construção de numerosas estradas de longa distância, como as rodovias Transamazônica, BR-364 Cuiabá-Porto Velho-Manaus e a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém. As estradas pioneiras no final da década dos anos 70 serviram de roteiros da migração para a Amazônia e foram planejadas, para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados "corredores de desenvolvimento", mas sua construção causou sérios impactos ambientais (GOODLAND; IRWIN, 1975).
	<ul style="list-style-type: none"> Os pólos de desenvolvimento previstos no Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (1975-79) foram baseados em pontos focais setoriais separados como, por exemplo, extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial.
	<ul style="list-style-type: none"> O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) financiava grandes empreendimentos privados nacionais estrangeiros. Com apoio ao projeto governista de colonização da fronteira amazônica, o INCRA aprovou a concessão de terras públicas com mais de 3000 hectares a particulares que tivessem projetos agropecuários. As frentes de expansão da Amazônia associaram-se a grandes produtores rurais. As empresas enfatizaram a criação de gado, o cultivo e a exportação de commodities, impulsionando o agronegócio na região.
	<ul style="list-style-type: none"> Estabeleceu-se a Lei nº. 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que preconizava profundas mudanças na política de comercialização da Amazônia como eliminação dos limites máximos globais anuais de importação. Criou-se a área de Livre Comércio de Macapá-Santana, no Amapá, pela Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).
Terceira Fase 1997 a 2006	<ul style="list-style-type: none"> Adaptação aos cenários de uma economia e momento político neoliberal e pelos ajustes demandados dos efeitos do plano real, a função da exportação como política intencional, tem o objetivo de estimular as vendas externas em especial do pólo industrial de Manaus. Estabeleceram-se critérios de repasse de recursos financeiros da Suframa para a promoção do

⁷. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III e V, da Constituição, por meio, do Decreto Nº 74.607, de 25 de setembro de 1974, decreta: Art. A Polamazônia com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia (SENADO FEDERAL, 1974).

Quadro1: Períodos e característica dos planos de desenvolvimento no Brasil e Região Norte.

(Continuação)

	desenvolvimento regional, por meio da Resolução nº 052, de 1º de agosto de 1997, tornando a distribuição mais equânime.
	<ul style="list-style-type: none"> Segundo o IBGE, a população da Amazônia Legal chega a 21 milhões de pessoas em 2000, desta forma aumenta a demanda por recursos naturais. Estudos sobre os impactos humanos na Floresta Amazônica tornam-se mais consistentes. Uma pesquisa da ONG Imazon, realizada em 2002, aponta que 47% da Amazônia está sob algum tipo de pressão humana a tendência é crescer este número nas próximas décadas.
	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da competitividade tecnológica das indústrias de Manaus, que teve como marco inicial a criação do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (CT-PIM). Criação do pólo de bioindústrias na Amazônia, que culminou com a implantação do Centro de biotecnologia da Amazônia, inaugurado em 2002. Apesar do domínio militar dessa região fronteiriça do Norte, o tráfico de drogas na Amazônia tornou-se um grande problema nos portos e aeroportos do Caribe e do Atlântico (Machado, 1996). O principal objetivo do planejamento infraestrutural nesse grupo de projetos é possibilitar o transporte da produção agrícola, por meio da conexão dos sistemas de transporte fluviais e rodoviários.
Quarta Fase 2007 - 2013	<ul style="list-style-type: none"> Plano Amazônia Sustentável (PAS), que estabelece o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), as Políticas de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de Defesa (PND), o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Programa Territórios da Cidadania, os Planos de Desenvolvimento Regionais, a exemplo dos Planos Marajó, BR-163 e Xingu, o Programa de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (Terra Legal), a Lei de Gestão de Florestas Públicas (lei federal nº 11.284/2006).
	<ul style="list-style-type: none"> 2008, o PAS resultou de um processo iniciado em 9 de maio de 2003 – data em que foi assinado um Termo de Cooperação entre o Governo Federal e governadores da Amazônia Legal. Estabeleceu um Plano Amazônia Desenvolvimento Sustentável de combate a degradação ambiental e estabelece diretrizes para ordenamento territorial e gestão ambiental (BRASIL, 2008).
2007 - 2013	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (decreto federal nº 6.874/2009) e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).
	<ul style="list-style-type: none"> O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em seu Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento (MP, 2008), considera que o principal vetor de desenvolvimento para o bioma amazônico é a revolução técnico-científica associada à biodiversidade, valorizando decisivamente os produtos da floresta e de suas águas.
	<ul style="list-style-type: none"> Complementando o PAS, foi apresentado o Decreto 7.378/2010, que estabeleceu o Macrozoneamento Ecológico-

Quadro1: Períodos e característica dos planos de desenvolvimento no Brasil e Região Norte.

(Conclusão)

	Econômico da Amazônia Legal (MacroZEE). Segundo o governo, este deve acelerar a transição do modelo anterior para um modelo de desenvolvimento sustentável, contribuindo para uma harmonia entre atividades produtivas e políticas de conservação ambiental (BRASIL, 2010).
	<ul style="list-style-type: none"> • A Política dos Incentivos Fiscais, administrada pela Sudam, tem como objetivo atrair e/ou manter investimentos em áreas prioritárias na Amazônia Legal. Estas áreas estão relacionadas a criar condições de competitividade aos empreendimentos instalados, com o incremento nos níveis de emprego, renda e produção, promovendo um desenvolvimento regional com sustentabilidade socioambiental, reduzindo a desigualdade regional e a pobreza na Amazônia.
	<ul style="list-style-type: none"> • Com potencialidades reconhecidas para o crescimento econômico por meio da conservação dos ecossistemas e da geração de trabalho e renda para as populações, o turismo surge como valioso aliado na promoção do desenvolvimento sustentável. Traz oportunidades de melhorias sociais, econômicas e ambientais, devido à natureza de seus negócios, e mostra-se apto a atender aos desafios inerentes à região. Considera-se a presença dominante da floresta e do meio ambiente da Amazônia como valores agregados à economia do negócio turístico, contribuindo, por sua vez, com 70% da conservação dos ativos ambientais.

Fonte: Adaptado de SUDAM (2014); BROWDER e GODFREY (1997); KOHLHEPP (2002), BRASIL (2015).

1.2 AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

A política de modernização da Amazônia atendeu ao dispositivo da legislação constituinte federal de 1934 e 1946. Em 1953, Getúlio Vargas, com sua política estadista, a partir de um plano nacionalista, criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Passadas duas décadas, e após sucessivas denúncias de corrupção, em 1966, o governo militar de Castelo Branco modificou o projeto da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e nominou Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Neste contexto, instituiu-se oficialmente a Amazônia Legal⁸, para

⁸O conceito de Amazônia Legal foi instituído no âmbito da jurisdição em 1953, no Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Lei nº 1806/1953) e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do País (SUDAM, 2014). A Amazônia Legal é formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, e Tocantins, todos pertencentes a região Norte do Brasil e mais os estados de Mato Grosso pertencente a região Centro Oeste e o estado do pertencente a região Nordeste. No total cobre cerca de 5 milhões de Km², ou 58% do território brasileiro, (IBGE, 2010).

centralizar ainda mais o planejamento do desenvolvimento com programas desenvolvimentistas com subsídios públicos e privados. Esta área corresponde a 59% da área total do país. A figura 1 traz o Mapa da Amazônia Legal Brasileira e sua representação geográfica.

Figura 1: Amazônia Legal

Fonte: IBGE (2007)

O crescimento demográfico das capitais estaduais, nas últimas décadas, e a recente formação de núcleos urbanos, dotados de expressivos contingentes populacionais, no interior da região interferiu na organização do espaço urbano na Amazônia Legal.

Os objetivos iniciais destes planos eram valorizar economicamente a região Amazônica, conforme pode ser visto na tabela 1, os dados apresentados de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e analfabetismo na Amazônia possibilitam entender a evolução dos indicadores ao longo dos dez anos.

Tabela 1: Indicadores de desenvolvimento humano no Brasil e na Amazônia Legal de 2000 a 2010.

Brasil	IDH 2000	IDH 2010	Crescimento do IDH 2000-2010	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais 2000 (%)	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais 2010 (%)	Declínio da taxa de analfabetismo 2000-2010 (%)
Brasil	0,612	0,727	0,115	13,8	10,2	- 26,3%
Amazônia Legal*	0,540	0,683	0,143	17,9	12,9	- 28,0 %
Rondônia	0,537	0,690	0,153	13,6	9,4	- 30,9%
Acre	0,517	0,663	0,146	25,4	17,8	- 30,1%
Amazonas	0,515	0,674	0,159	16,2	10,5	- 35,3%
Roraima	0,598	0,707	0,109	14,0	11,0	- 21,2%
Pará	0,518	0,646	0,128	17,4	12,6	- 27,6%
Amapá	0,577	0,708	0,131	12,9	9,1	- 29,3%
Tocantins	0,525	0,699	0,174	19,6	14,1	- 27,9%
Maranhão	0,476	0,639	0,163	29,6	22,5	- 24,1%
Mato Grosso	0,601	0,725	0,124	12,6	9,1	- 28,2%

Fonte: Adaptado de: RIPSAs (2013); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (2013), VIANA, FREITAS e GIATTI, (2015).

* No período de 2002 a 2011, com exceção do estado do Amazonas, os estados da Amazônia Legal apresentaram aumento do PIB (Produto Interno Bruto) no mesmo período. Os estados da Amazônia Legal elevaram sua contribuição ao PIB nacional, passando de 7% (2002) para 13% (2011).

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, aumentou em 0,143 pontos conforme tabela 1, o que representa melhora nas condições de vida. No entanto, CONFALONIERI afirma que:

Em acréscimo, a rápida urbanização na Amazônia Legal tem acarretado a permanência de problemas sanitários ligados à precária infraestrutura juntamente com a manutenção de endemias como, por exemplo, a malária em áreas periféricas e ribeirinhas que confrontam as florestas e, além disso, situações típicas das grandes cidades como poluição atmosférica, estresse, acidentes de trânsito e outras exposições típicas de centros urbanos (CONFALONIERI, 2005).

Por outro lado, KOHLHEPP (2002) destaca que:

desde a década de 1980, a SUDAM, tal como outros órgãos de desenvolvimento regional, perderam grande parte de sua importância. Em anos recentes mergulhou na fraude e na corrupção. Até mesmo altos políticos estão envolvidos no “rombo amazônico” em bilhões de reais. Em maio de 2001, a SUDAM foi abolida e substituída por uma nova entidade, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA que se espera não ter o mesmo destino.

As teorias do planejamento deram aporte às políticas estabelecidas que visassem o crescimento econômico da região. BRITO (2001, p.10) destaca que o planejamento foi elaborado como maneira de racionalizar as ações do governo em longo prazo, e passou a ser o norteador, gerando para o país uma modernização

paradoxal nos anos 1930 e 1940, baseada na noção de “espaço vazio”. Entretanto, LEITÃO (2009) afirma que os interesses políticos convergentes com a doutrina de segurança nacional, mantinham a prioridade governamental de ocupar a Amazônia Legal, conjugada a interesses econômicos, calcados na exploração dos recursos naturais regionais.

Os projetos de médio e grande porte, criados para a Amazônia, como a SUDAM, SPVEA e a SUFRAMA, não atenderam às expectativas esperadas. Sob uma perspectiva economicista, tais projetos objetivavam gerar possibilidade de trabalho a partir do planejamento de obras públicas, com o propósito de valorização regional, por meio dos setores de exploração agrícola e mineral. Para MAHAR (1978, p.15-17) a justificativa destas ações, por parte do governo, foi que haveria melhora na qualidade de vida da população regional.

Estes projetos não consideraram a realidade espacial e geográfica da região, a instalação do complexo industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM) seguiu uma lógica industrialista. A ZFM⁹ é uma ampliação do capital industrial internacional atuante na região da Amazônia. O ambiente extrativista tradicional, que durante anos amparou as atividades econômicas na região, deveria ser preservado, considerando o grande impacto ao meio ambiente, causado pelo desmatamento e por conflitos de terra. De acordo com KOHLHEPP o problema é muito mais grave do que se apresenta:

A rápida expansão de desmatamento por queimada em projetos de fazendas de gado causou danos irreparáveis aos ecossistemas, como erosão, perda de nutrientes por escoamento, encrustamento da superfície e distúrbios no balanço de águas. Além disso, a especulação de terra causou sérios problemas e conflitos violentos entre as populações indígenas e posseiros. A área de floresta afetada por atividades humanas a cada ano é muito maior do que os dados mostrados pelo programa de monitoramento do INPE, devido aos incêndios de superfície que foge do controle de monitoramento e se expandem para a floresta primária. As contribuições da Amazônia para o consumo de madeira são de 14,4% do volume total, enquanto que 56,1% deste consumo madeireiro é para a produção total de

⁹A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre e sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos, para a implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. Criou-se também a Operação Amazônia e o Banco da Amazônia. Assim o atual modelo de desenvolvimento, que engloba uma área física de 10 mil km², tem como centro a cidade de Manaus. Está assentada em Incentivos Fiscais e Extra fiscais, instituídos com o objetivo de reduzir desvantagens territoriais e propiciar condições de alavancagem do processo de desenvolvimento da área incentivada SUFRAMA (2014).

madeira do Brasil e tem aumentado rapidamente últimas décadas (KOHLHEPP, 2002, p.40).

MACHADO et al. (2006) consideram que este projeto, comandado a partir do Centro-Sul, transferiu grande parte dos recursos e vantagens para as indústrias paulistas, de onde provem a maior parcela dos investimentos e dos empresários envolvidos. A política expansionista atendia uma lógica de mercado que atendesse à Região Sudeste do país, de onde provinham os recursos.

Sendo assim, a região novamente sofreu influências exógenas, o que tornou tais projetos vulneráveis ao sucesso regional, nacional e global, em detrimento da diversidade de interesses dos capitais investidos. “Não basta compreender teoricamente o que se passa no mundo, temos que ter a atenção também voltada para as diferentes geografizações das variáveis inerentes à nova maneira de produzir” (SANTOS, 2014, p.53). A inserção geográfica da Amazônia Legal, na história da região Norte, está associada ao processo de expansão do capitalismo estabelecido no desenvolvimento deste território nas fases descritas anteriormente.

IANNI (1998 p. 53-54) avalia que:

As formas de organização social da produção, traduzindo ciência em tecnologia, provocando o aumento da composição orgânica do capital, sofisticando a divisão do trabalho social e a especialização da força de trabalho robotizando e informatizando organizações e atividades comerciais. O capitalismo expande-se continuamente pela geografia e história das nações ciclicamente os mais diversos espaços, as mais diferentes formas sociais de vida e trabalho.

Ao observar o complexo industrial de Manaus e outros empreendimentos regionais, como o entreposto comercial de Belém, nota-se a mudança ocorrida na região para atender a uma nova modernização tecnológica na localidade, evidenciando-se a necessidade de buscar estratégias, para difundir o valor e manter a floresta viva, e garantir a conservação dos recursos mundialmente comercializados. Como ressalta SILVA (2006), a maior biodiversidade e sociodiversidade da humanidade, as principais reservas estratégicas superficiais de água doce e algumas das maiores áreas de minerais estratégicos do mundo se encontram nesta região. Neste contexto os produtos nativos, a maioria frutífera, como a andiroba, o babaçu, a castanha-do-brasil/castanha-do-pará, a copaíba, a unha-de-gato e o açaí (ANDRADE, 2014, p. 24) são exportadas e utilizadas nas indústrias farmacêuticas e de cosméticos. Para atender a esta transformação, os

sistemas de escoamento das mercadorias são localizados estrategicamente nos municípios de Santarém, Porto Velho e Marabá, cidades intermediárias, ligando os centros metropolitanos regionais e os produtores locais na economia mercantilista extrativa.

1.3 AMAZÔNIA LEGAL E A INSERÇÃO NOS CIRCUITOS DA GLOBALIZAÇÃO

No final do século XX, na fronteira amazônica, os impactos trouxeram transformações estruturais e territoriais importantes nas relações econômicas e sociais, à partir da globalização. Nas palavras de IANNI:

o mundo mudou muito ao longo do século XX. Não é mais apenas uma coleção de países agrários ou industrializados, pobres ou ricos, colônias ou metrópoles, dependentes ou dominantes arcaicos ou modernos. O marco da mudança ocorreu após a 2ª Guerra Mundial, desenvolveu-se um amplo processo de mundialização das relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, antagonismo e integração. Aos poucos, todas as esferas da vida social, coletiva e individual, são alcançadas pelos problemas e dilemas da globalização (IANNI 2014, p.35-36).

O processo da globalização revela características essenciais da sociedade global e a mundialização acentua-se, configurando um novo espaço geográfico. A globalização aproxima realidades geográficas e territoriais distantes, a partir dos fluxos de comunicações e da participação dos fortes grupos políticos e econômicos que exercem uma transformação.

Na ótica dos agentes hegemônicos do mercado, sobretudo das empresas globais, esse conjunto de mudanças age como campo de forças na busca de certa homogeneidade territorial. Todavia, o resultado geográfico ocorre em cenários regionais, cujos conflitos ensejam uma dialética de projetos locais com processos nacionais e globais (SILVA, 2015, p.1).

Um dos efeitos imediatos do tempo-espaço, que a globalização promove, é a aceleração das coisas. SANTOS (2014, p.16) confirma o projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas, que começa com a extensão das fronteiras do comércio, no princípio do século XVI e que, ao longo dos séculos, teve avanços, em decorrência da expansão do capitalismo, o qual o autor denomina de mundialização perversa. O autor revela uma preocupação com a forma como a

globalização interfere no desenvolvimento dos países e da sociedade em escalas locais, regionais e global. A perversidade à qual se refere, diz respeito a uma concentração e centralização de poder que gera desigualdades, resultantes de um jogo político de interesses, muitas vezes questionáveis.

A desigualdade entre as classes sociais é evidente e se agrava, na medida em que os impactos são visíveis, entre eles os que comprometem o lugar de moradia e, por sua vez a saúde e a qualidade de vida dos moradores. Entre os impactos relatados, o ambiental é um grande desafio para os órgãos competentes, segundo o Relatório de Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira do Banco Mundial:

As riquezas naturais do Brasil são legendárias para o país que tem o maior bioma de floresta úmida do mundo, a Amazônia, que contém de longe a maior parcela das florestas úmidas remanescentes. A Amazônia Legal cobre cerca de 60% do território brasileiro e abriga 21 milhões de habitantes, 12% da população total, dos quais 70% vivem em cidades e vilarejos. O Brasil também tem o maior manancial de água doce do mundo, e a região amazônica sozinha responde por quase um quinto das reservas mundiais. O uso sustentável dessas enormes riquezas não apenas garantiria os recursos para o futuro, como poderia ser também uma fonte de maior equidade e redução de pobreza, uma vez que os recursos naturais representam uma proporção muito maior dos bens dos pobres (cerca de 80%) do que dos ricos (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 7-8)

A globalização promoveu mudanças em todos os lugares na Amazônia Legal. A biodiversidade e o interesse pela sustentabilidade são pautas da discussão global. Segundo LEMOS e SILVA (2011, p.99), a ocupação e o desmatamento na Amazônia intensificaram-se no início da década de 1970, principalmente o realizado pelos agricultores e pecuaristas do Sul e Sudeste, em consequência da preocupação dos governos militares com o processo de internacionalização da Amazônia. O Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2016), apresenta a estimativa da taxa de desmatamento na Amazônia e aponta a taxa de 7.989 km² de corte raso no período de agosto de 2015 a julho de 2016.

Gráfico 3: Taxa de Desmatamento Anual na Amazônia Legal de 1988 – 2016.

Fonte Adaptado de: INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2016).

Nota: Projeto PRODES- Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por satélite Desmatamento anual na Amazônia Legal (km²) (a) média entre 1977 e 1988, (b) média entre 1993 e 1994 e (d) estimativa.

Para os autores, o impacto do desmatamento ocasiona, na região amazônica, geram sérias consequências à biodiversidade. Os dados estatísticos do desmatamento predatório ilegal são uma preocupação dos brasileiros (INPE, 2016), em relação a degradação deste importante bioma da Floresta Amazônica. A relação entre a globalização e a exploração dos recursos naturais na Amazônia Legal é antiga e decorre de inúmeros investimentos e projetos governamentais, entre eles, as rodovias de acesso, como a Belém-Brasília (1960) e a, Transamazônica (1970). Fenômenos de grande importância no ambiente amazônico são as interconexões entre a atmosfera e a floresta (NOBRE, 2004), sendo que esta tem papel expressivo na produção das precipitações da região. O clima, em geral quente e úmido, com baixa variação de temperatura, é um importante fator regulador de processos biológicos, principalmente aqueles relacionados às doenças infecciosas particulares de ambientes úmido e quente.

Para BROWDER e GODFREY (2006, p.82-83) os centros metropolitanos amazônicos de influência em Manaus e Belém concentravam grandes casas comerciais e interesses financeiros especializados na exportação de materiais básicos e recursos naturais para o mercado externo, entre eles a borracha, madeira e açaí. Para os autores, estas ações associadas ao processo histórico de

desenvolvimento e urbanização na Amazônia Legal não se tratam de planejamento estratégico de ocupação territorial, mas da política integradora que não avançou muito, ao que foi proposto teoricamente.

Ressalta-se que o sistema de telecomunicações em particular nas capitais e nos grandes núcleos regionais de importância econômica e comercial se desenvolveu muito. Desta forma, permitiria que as articulações na região, colaborassem para a sua inserção no mercado global. “A dinâmica societária global, por meio dos avanços científicos e tecnológicos impulsiona o desenvolvimento” (SANTOS,1994). Os avanços tecnológicos no espaço territorial da Amazônia Legal possibilitam às áreas regionais e locais, a inserção nos circuitos espaciais da economia global. Contudo, estas ações legitimam novos elementos que modificam a configuração geográfica do lugar. IANNI (1999, p.185-186) descreve que a globalização é um processo revolucionário na sociedade, ao romper com a particularidade do cotidiano quando é permeado por fluxos materiais e imateriais externos ao social dos lugares. Segundo o autor, as intervenções na Amazônia Legal, ao longo das décadas, com a intervenção do capital das multinacionais, como agentes do capital globalizado, também produzem e fragmentam as ações sobre o território, proporcionando uma modernização acelerada para a região. Para BAUMAN (1999, p. 77), a integração e a divisão, a globalização e a territorialização, são processos mutuamente complementares nesta realidade.

TRINDADE JÚNIOR (2015, p.97) define a importância das redes, nós e vias já existentes, como potenciais e uma forma de estabelecer conexões entre espaços locais e sub-regionais com os mercados globais. Vale ressaltar que esta “modernização” (grifo nosso) ocorreu de forma tardia na região. Nesta definição, as expressões “fronteira urbanizada” (BECKER, 2004), “floresta urbanizada” (BECKER, 1985), “cidades na floresta e cidades da floresta” (TRINDADE JÚNIOR, 2015) e (BROWDER e GODFREY, 2006) têm sido usadas para denominar este processo de urbanização difusa que ocorre na Amazônia.

No entanto, BECKER (2005) ressalta que a Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Conforme analisa a autora, é possível compreender porque nesta porção

territorial da Amazônia Legal Brasileira, a urbanização é chamada de tardia. Para TRINDADE JUNIOR (2015) este modelo de urbanização reconfigura internamente, expandindo novos processos até então estranhos a essa e, ao mesmo tempo, fragmenta seu imenso território em diferentes sub-regiões.

Neste sentido podemos entender porque a região apresenta dados de desenvolvimento problemáticos. Considerando esses aspectos, o próximo capítulo discute como o processo de globalização determina as condições de saúde da população.

CAPÍTULO II

GLOBALIZAÇÃO E SAÚDE

2.1 GLOBALIZAÇÃO

RIBEIRO (2016, p.9), ao discutir sobre saúde global, enfatiza que os tempos atuais são caracterizados por intensas e rápidas mudanças, nos âmbitos econômico, social, cultural e político e, contraditoriamente, por uma relativa lentidão na avaliação de problemas e na propositura de soluções. Neste cenário, apresentado pela autora, a globalização, entendida como expansão do capitalismo após a 2ª Guerra Mundial, e a internacionalização do capital, estão vinculados ao avanço do meio técnico científico e das telecomunicações, e colaboraram para uma nova configuração espacial. Para BOURGUIGNON (2013, p.2-3), a globalização das desigualdades é complexa, quando apresenta um panorama entre uma economia mundial vibrante, que elevou o nível de vida de mais de meio bilhão de pessoas em países emergentes como China, Índia e Brasil; contudo, dentro das nações, são crescentes as disparidades econômicas quando analisadas por indicadores. A globalização não intervém nos países no mesmo nível de desenvolvimento e nem se revela com a mesma agilidade de atuação.

No Brasil, muitas das desigualdades econômicas estão associadas ao processo agrário (FURTADO 2014, p.163) e, posteriormente à industrialização, que alterou o modo de produção e as condições de vida, no urbano. No que se refere à saúde, quando nos referimos à globalização, muitas descobertas foram realizadas, em especial no combate às endemias, umas já consolidadas e outras recentes. Em função disso, COHN destaca que:

Nos países de terceiro mundo, como o Brasil, esta realidade torna-se ainda mais complexa, pois as iniquidades típicas do modelo de desenvolvimento social do país, sob o aspecto do capitalismo dependente, mantêm presentes um perfil epidemiológico de doenças características da pobreza (como doenças infectocontagiosas, diarreias, desnutrição, etc.) aliadas a doenças típicas do capitalismo avançado como as doenças crônico-degenerativas, obesidade, violência, etc. (COHN, 2004, p.20).

É também a globalização, na sua multiplicidade de definições, com a internacionalização das técnicas, dos meios de produção, das relações de trabalho, da expansão do capitalismo contemporâneo, chamada por DEÁK (2004) de rolo compressor da modernidade¹⁰. A globalização e seu desenvolvimento na sociedade são um fenômeno que articula política, cultura, espaço e tecnologias, em especial nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. BOURGUIGNON (2013, p.4-5) avalia que a globalização é complexa e a causa de crises econômicas, destruição do meio ambiente, fortalecimento do setor financeiro, desindustrialização, padronização da cultura, e muitos outros males da sociedade contemporânea, incluindo um explosivo aumento das desigualdades.

De acordo com BAUMAN (1999, p.67-68), o significado de globalização é de caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, uma nova desordem mundial. Nas palavras da SCHEID (2011, p.193), a globalização, enquanto fenômeno multifacetado de matriz econômica, tem abrangência heterogênea, ao criar ou acentuar disparidades entre os países centrais e os países periféricos, na medida em que atua de fora para dentro, em cada nação, sem considerar suas peculiaridades.

MELLO (1999) afirma que a globalização deve ser compreendida como um processo de padrão histórico de mudança estrutural, mais do que uma transformação política e social plenamente realizada. Segundo autores como MACLUHAN e FIORE (1971), IANNI (1998, 1999, 2014), DOWBOR (1999), GIATTI (2009), BAUMAN (1999), DEÁK (2004), SASSEM (2004), GORENDER (2004), BROWDER e GODFREY (2006) e BOAVENTURA SOUZA SANTOS (2011), a globalização alterou não apenas o contexto econômico, cultural e social das cidades, como também aumentou a complexidade dos fatores de risco a que a população está exposta, tais como algumas doenças globais.

¹⁰É a instalação do telégrafo no início dos anos 1850, que reduziu o tempo de percurso de uma notícia de Londres para, digamos, a recém-fundada colônia de Hong-Kong, de 40-50 dias em um barco a vela (o vapor estava só começando), a uma fração de segundo, através de um cabo no fundo do mar, informando a cotação da seda, pimenta-do-reino, açúcar ou das ações na Bolsa de Londres pelo mundo inteiro. Foi então que o globo ficou pequeno, seguia-se o processo rápido nas técnicas de transporte de carga (vela para máquina a vapor, carroça para estrada de ferro) para também reduzir substancialmente o tempo de transporte de mercadorias para todos os cantos do planeta (DEÁK, 2004, p.24).

O marco histórico é um grande norteador do processo de globalização e transformação do mundo, como afirma CUETO (2015, p11-12), ao discutir o conceito da saúde global. Segundo o autor, a importante fase da globalização se inicia a partir do fim da Guerra Fria, com a queda do Muro de Berlim, em 1991, bem como o fim do regime comunista da ex-União Soviética, e o rápido incremento dos intercâmbios, trânsito expressivo de viajantes e imigrantes, e o surgimento de novas tecnologias da informação, como a rede mundial de computadores World Wide Web (WWW). Desta forma, houve uma grande mudança global nas comunicações, por meio da inserção tecnológica.

SANTOS (2006) analisa a expansão deste modelo econômico, como transformador de um processo histórico e geográfico global, que impacta de forma desigual a sociedade. IANNI (1999, p.17-18) compreende que as estruturas de alcance global do poder atendem a grupos, classes ou blocos organizados em escala realmente mundial. Ainda nesta reflexão a respeito da globalização, VIEIRA et al. (2008 p.3-4) entendem esse processo como capaz de transformar lugares locais em lugares globais, em que ocorre não só organizações econômicas, mas culturais, modelando o estágio da modernidade, na dimensão global.

Ao longo das décadas, muitas organizações financeiras e econômicas contribuíram para o avanço da globalização em várias partes do mundo. ALMEIDA (2001)¹¹ destaca algumas destas instituições:

- O Fundo Monetário Internacional - FMI foi criado para corrigir desequilíbrios temporários de balança de pagamentos e para administrar esse regime de paridades correlacionadas, mas teve que renunciar a essa segunda missão, quando ocorreu a decretação unilateral da suspensão da conversibilidade do dólar em ouro em 1971;
- O aumento dos juros nos EUA — para corrigir os enormes desequilíbrios fiscais e comerciais naquele país — resultou na crise da dívida do início dos anos 80, o que inverteu dramaticamente o fluxo líquido de capitais

¹¹O aumento dos juros nos EUA — para corrigir os enormes desequilíbrios fiscais e comerciais naquele país — resultou na crise da dívida do início dos anos 80, o que inverteu dramaticamente o fluxo líquido de capitais dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos. Esses fluxos foram restabelecidos no início dos anos 90, depois de moratórias e renegociações que envolveram algum desconto do valor face dos títulos da dívida. Crises financeiras extremamente virulentas voltaram a se manifestar em meados dessa década, primeiro no México, depois nos países asiáticos, na Rússia e no próprio Brasil, como resultado da globalização financeira e dos enormes volumes de capitais voláteis que passaram a se deslocar de um canto a outro do planeta a uma velocidade nunca conhecida na era do padrão ouro (quando lingotes viajavam de navio, em contraste com os movimentos eletrônicos instantâneos do final do século XX) (ALMEIDA, 2001, p. 115).

dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos ALMEIDA (2001, p.115)

- A Organização dos Estados Americanos é o mais antigo organismo regional do mundo. A sua origem remonta à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. Esta reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas¹², e começou a se tecer uma rede de disposições e instituições, dando início ao que ficou conhecido como “Sistema Interamericano”, o mais antigo sistema institucional internacional (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2017).

As instituições mencionadas tiveram um desempenho relevante nos acordos de reconstrução dos países aliados, durante o período pós-guerra, na Segunda Revolução Industrial e no final do século XX, que conduziu a uma ampliação das tecnologias e reforçou o avanço da revolução técnico-científica. Existem três aspectos deste processo da Revolução Industrial ou Revolução da Informática, aos quais se refere Adam SCHAFF (1993): **1)** A revolução da informática, tanto na produção de mercadorias como na circulação de informações; **2)** a revolução da biotecnologia; e **3)** a revolução energética. O autor considera que estas revoluções alteraram a capacidade do homem em pensar e refletir, essas funções foram substituídas por máquinas que, aos poucos, ocupam o lugar da mão de obra humana, em quase todos os níveis de atuação nas relações de trabalho.

Estimulados pela revolução tecnológica, direcionada pelos processos acima mencionados pelo autor, a globalização ultrapassa as limitações de tempo e espaço proporcionado pela modernidade da sociedade global. SANTOS (1997, p.273-174) define que “cada lugar é ao mesmo tempo, objeto da razão global e de uma razão local, são dialeticamente intrínsecos”.

Como consequência deste processo, advertimos uma deterioração nas relações humanas, de trabalho e por consequência os desempregos surgiram de forma crescente, em função da “substituição do homem pela máquina” (grifo nosso).

¹²A OEA foi fundada em 1948, com a assinatura, em Bogotá, Colômbia, da Carta da OEA, que entrou em vigor em dezembro de 1951. Posteriormente, a Carta foi emendada pelo Protocolo de Buenos Aires, assinado em 1967 e que entrou em vigor em fevereiro de 1970; pelo Protocolo de Cartagena das Índias, assinado em 1985; pelo Protocolo de Manágua, assinado em 1993 e pelo Protocolo de Washington, assinado em 1992. A Organização foi criada para alcançar nos Estados membros, como estipula o Artigo 1º da Carta, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”. Hoje, a OEA congrega os 35 Estados independentes das Américas e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério. Além disso, a Organização concedeu o estatuto de observador permanente a 69 Estados e à União Europeia (EU).<http://www.oas.org>.

A globalização transmite as ideias de rapidez e fluidez que estão conectadas às características da sociedade global modernizada, definida, por SANTOS (2006, p.239), como o meio técnico-científico-informacional. A globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos eficazes de um mercado global. Também está relacionada com uma sociedade de consumo, sociedade tecnológica ou sociedades informacionais capitalistas, denominadas, por CASTELLS (1999a, p.77), de sociedade em redes, considerando a estrutura da sociedade. O surgimento da sociedade em rede torna-se viável com o acréscimo das novas tecnologias da informação. Desta forma, intensificaram-se as tecnologias eletrônicas e informacionais, a partir da revolução-técnico-científico, que ultrapassa fronteiras. Santos menciona os elementos de interposição da globalização.

Atribui como componente importante do modelo de transformação o espaço geográfico fundamental e indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico. Para as mudanças, no plano global as ações, mesmo “desterritorializadas”, constituem normas de uso dos sistemas localizados de objetos, enquanto no plano local, o território, em si mesmo, constitui uma norma para o exercício das ações (SANTOS, 2006, p. 332-333).

Contudo, na formulação de RESENDE (2014, p.33), a globalização se recria na articulação mundial que se concretiza com as especificidades do espaço-tempo. Cada lugar apropriado do espaço, segundo as formas e os ritmos próprios da vida econômica, política, social e cultural. O autor compreende que há intersecção entre globalização e regionalização a partir da produção no espaço, são tendências cada vez mais presentes na dispersão geográfica globalizada, que não apenas coexiste, mas se reforça na sua complexidade.

SCHAFF (1964, 35-36) cita a importância de um memorando¹³ escrito para o presidente Lyndon Johnson, em 1964, sobre a “revolução cibernética”, termo ainda desconhecido há quase meio século. Contudo, entendiam-se os impactos que este processo causaria ao homem na sua relação diante da sociedade global, entre elas

¹³The Triple Revolution, memorando preparado por um comitê especial do The Santa Barbara Center of the Study of Democratic Institutions em 1964. (<http://scarc.library.oregonstate.edu/coll/pauling/peace/papers/1964p.7.html>).

as relações de trabalho. A substituição dos homens pelas máquinas, teria, como um dos inúmeros resultados, um grande exército de desempregados.

VIEIRA et al. (2008a, p.3) afirmam que a lógica da globalização, econômica, instrumental e pragmática, penetrou nas tramas do tecido social, constituído localmente. No entanto, a globalização nos países desenvolvidos como, EUA, França, Espanha, Inglaterra e Itália, e nos chamados classificação países subdesenvolvidos, como os BRICS – **B**rasil, **R**ússia, **I**ndia, **C**hina e **A**frica do **S**ul, se dá de forma diferenciada. Entre estes últimos países considerados emergentes, Brasil, Índia e China atuam em espaços e períodos diferenciados no conjunto da revolução técnico-científico, o que gerou um ritmo de descobertas, tempos e novas contradições. Para SILVA, os países que compõem o BRICs contribuem de maneira importante para as questões de saúde global:

O primeiro encontro ministerial dos BRICS ocorreu entre os representantes da saúde. A “Declaração de Pequim”, resultado da primeira Reunião dos Ministros de Saúde dos países BRICS¹⁴, realizada em Beijing, no ano de 2011 sublinhava: (i) a importância da transferência de tecnologia entre os países com o intuito de aumentar suas capacidades de produção farmacêutica; (ii) o fortalecimento dos sistemas de saúde para superar as barreiras de acesso à tecnologia de combate a doenças contagiosas; e (iii) a cooperação com organizações internacionais para aumentar o acesso à medicamentos e vacinas (SILVA, 2016, p.2)

As barreiras econômicas constituem uma realidade, em muitos países, que impede o acesso a equipamentos tecnológicos que permitem diagnósticos rápidos e precisos no combate de determinadas doenças. CASTELLS (1999a, p.115) define como a marginalização dos países periféricos na economia global, por causas múltiplas, entre elas o capital. O autor descreve e compara a atuação dos países no cenário global, como “os chamados emergentes”, sem condições de competir com as grandes potências endógenas, e ficam à margem do desenvolvimento econômico, que por sua vez, se reflete nos indicadores sociais.

¹⁴Desde então, cabe ressaltar o estabelecimento do BRICS Framework for Collaboration on Strategic Projects in Health de 2013, em que se deliberou três áreas de colaboração: saúde pública, sistemas de saúde e ciências biomédicas (SILVA et al., 2014). Durante a III Reunião Ministerial (África do Sul) foram estabelecidos, também, cinco grupos de trabalhos: (i) tecnologias estratégicas para doenças contagiosas, liderado pelo governo brasileiro; (ii) tecnologias médicas, liderado pelo governo russo; (iii) fortalecimento de sistema de monitoramento em saúde, liderado pelo governo indiano; (iv) pesquisa e desenvolvimento de medicamentos, liderado pelo governo chinês; e (v) redução de fatores de riscos de doenças não transmissíveis, prevenção e promoção da saúde e cobertura universal, liderado pelo governo sul-africano (SILVA, 2016, p. 3).

NIGRO e PEREZ (2014, p.12-13) descrevem as contradições do processo, como a expansão da riqueza do país, a sua concentração e distribuição muito desiguais, em que a maioria dos cidadãos não participa dos benefícios do crescimento. Segundo HAESBAERT e LIMONAD (2007, p.40-41), a fragmentação da globalização estabelece que as consequências mais diretas conduzem a um processo de fragmentação que se manifesta na forma de exclusão, reforço da desigualdade etc. e constituem, assim, o pólo oposto aos processos hegemônicos entre os países. Reforça a lógica de “fragmentar para melhor globalizar” como no caso da formação dos blocos econômicos.

Para HUYNEN, MARTENS e HILDERINK (2005, p.2-3), o desenvolvimento econômico é o divisor de água para o acesso à saúde, que é vista por uma variedade de fatores, tornando-se abrangente, e ao mesmo tempo complexa. Para os autores, inevitavelmente passa pelo desenvolvimento econômico dos países, enquanto as perspectivas para o futuro na saúde dependem cada vez mais dos novos processos relativos ao avanço da globalização. Recente relatório da OMS, sobre doenças crônicas,

80% das mortes ocorrem em países de baixos e médios rendimentos, o que representa mais de 500 milhões de pessoas que vivem nestes países e pertencem a populações desfavorecidas, que é uma causa subvalorizada da pobreza e atrasa o desenvolvimento econômico de muitos países. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2007, p. 5-6)

No Brasil vive-se, na definição de CASTELLS (1999b, p.117), um Estado Predatório, pela exploração, por mais de três séculos, em economia baseada nas riquezas materiais: o ouro, ferro, diversos produtos agrícolas, recursos naturais não renováveis presentes no país e em especial na floresta amazônica, com sua biodiversidade muito cobiçada até os tempos atuais. FURTADO (1998) denomina o processo por qual passou o país de modelo exemplar de desenvolvimento não sustentável. Segundo o autor, o modelo de desenvolvimento estabelecido para o Brasil, em seu processo exploratório colonizador, segue a lógica das transações internacionais das economias periféricas, uma lógica perversa, o que ocasionou a perda da sua autonomia como nação.

Ademais, na visão de FURTADO (1998, *idem*), o Brasil no passado, apesar de suas potencialidades, desempenhou um papel apenas de coadjuvante no mercado internacional, o que comprometeu sua inserção no mercado global atual.

Na visão do autor, o país tinha suas particularidades, mesmo sendo considerada uma nação periférica, com projeto de construção incompleta pela condição histórica de dependência no processo de globalização. SANTOS (2014, p.37) reforça a atuação das forças institucionais supranacionais e transnacionais, amparadas pela expansão mundial dos meios de transporte e comunicação.

O capitalismo apresentou diversas formas de reestruturação, caracterizadas pela flexibilização de gerenciamento no mercado financeiro global e com a articulação em redes tecnológicas. Acentuou-se uma desigualdade crescente, com reflexos em áreas essenciais de qualquer sociedade, como educação e saúde, entre tantas outras. CASTELLS (1999b, p.40) afirma que o capitalismo, a tecnificação, a informatização, associados à globalização da sociedade, colocam o conhecimento e os avanços científicos em posição privilegiada.

Segundo VIEIRA et al. (2008b p. 3),

Falar em globalização é falar de reordenamento dos espaços geográficos, da nova forma de articulação entre territórios, da transterritorialidade, da ação de atores transnacionais, e das novas relações de poder entre lugares que se transformaram a partir desse processo. Da globalização decorrem articulações e transações que extrapolam a localidade, que ocorrem tanto entre as nações como além delas, criando e recriando as fronteiras.

2.2 COMO A GLOBALIZAÇÃO SE REFLETE NO PADRÃO DE SAÚDE EM PONTA DE PEDRAS

A globalização no campo da saúde é ainda um tema complexo devido ao seu ramo de possibilidades, porém instigante a ser pesquisado. A globalização contribuiu para a descoberta da cura de muitas doenças epidêmicas, por meio dos avanços das tecnologias aplicadas. Algumas destas doenças até então desconhecidas ou negligenciadas, outras com tratamentos já descobertos, e outras ainda estão por vir. BERLINGUER (1999), em seus estudos, destaca algumas destas importantes doenças: no Norte da África, o plasmódio da malária; o papel do *Aedes aegypti* como vetor da febre amarela durante a abertura do canal do Panamá, entre outras.

Nota-se uma relação destas ocorrências epidêmicas à uma fronteira e mobilidade/migração. CUETO (2015) apresenta uma perspectiva histórica e social do avanço de outras doenças que causaram impacto na saúde global:

Febre hemorrágica registrada em uma comunidade próxima ao rio Ebola, localizado no norte da República Democrática do Congo; Aids com os

primeiros casos que surgiram em Los Angeles, Gripe Espanhola na Espanha (CUETO, 2015, p.8-9).

Contudo (RADIS, 2015, p.25) outros eventos epidemiológicos¹⁵, importantes, típicos da sociedade contemporânea, associados à globalização de pessoas, capital e mercadorias, contribuíram para o debate da saúde global.

No hiato da origem das doenças e a sua expansão, todas se disseminaram em vários países, se tornando muitas vezes problemas de saúde global. RIBEIRO (2016c, p.9) exemplifica a perspectiva da globalização no âmbito da saúde, o aprofundamento deste processo, com fortes consequências sobre a demografia, a produção, o consumo, o meio ambiente, e reitera a necessidade de novas abordagens que levem em conta a relação do local com o global/universal.

Os fluxos migratórios, associados a mudanças ambientais são alguns dos fatores que aumentam a disseminação de doenças pelo globo. Entretanto, especialistas alertam que medidas pontuais são insuficientes para evitar pandemias (RADIS, 2015). O processo migratório sempre foi uma preocupação, em função da possibilidade de dispersão de inúmeras doenças, muitas conhecidas na literatura e, ao longo das décadas, o avanço das tecnologias e as facilidades de locomoção tornaram este fenômeno sem fronteiras. Novas portas se abriram com a globalização em diversos campos.

BERLINGUER (1999) define pressupostos para o processo de transmissão de doenças, a partir do século XIX, entre eles, o conhecimento das causas dessas doenças; a determinação de medicamentos preventivos e terapêuticos; e a vontade de combatê-las no plano internacional. Como desenha o autor, as doenças tornaram-se transmissíveis com uma velocidade, muitas vezes, incontroláveis, dificultando a identificação de suas origens, os tipos de vírus ou bactérias e, por consequência, a cura.

¹⁵Em 2003, uma síndrome respiratória aguda grave, mais conhecida como Sars, cujo primeiro caso foi registrado na China, provocou pânico mundial, espalhando-se por outros países da Ásia e chegando ao Canadá em um período de sete meses. Em 2006, na Indonésia, foi à vez da gripe aviária fazer soar o sinal amarelo da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a possibilidade de uma pandemia da doença, depois que uma mulher infectada por contato com aves repassou o vírus a seis parentes. Três anos depois, no México, foi registrada a ocorrência de um novo tipo de gripe, causada pelo vírus Influenza tipo A/H1N1, inicialmente conhecida como gripe suína, que rapidamente, se alastrou pelos Estados Unidos, Canadá e Espanha, levando a OMS a declarar essas incidências como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), (RADIS 2015, p 24-27).

Sob efeito da globalização inúmeras doenças surgiram, devido à migração global. Segundo relatório da OMS:

Estima-se que 2,4 bilhões de pessoas ainda não têm instalações sanitárias básicas, como banheiros e latrinas, enquanto mais de 660 milhões continuam a beber água de fontes "não melhoradas". Enquanto isso, a preocupação global com os recentes surtos da doença do vírus zika e suas complicações associadas, reativaram os esforços para melhorar o controle de vetores, em muitos países, entre eles o Brasil (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2017).

Em locais onde a situação de saúde é crítica como no Brasil, África e Ásia, o modelo de saúde apresenta deficiências conhecidas ao longo do seu desenvolvimento histórico e social. Avançou-se muito nas descobertas e tratamentos das doenças de impacto global, mas a globalização acelerada ainda é um grande desafio, sobretudo em países com poucos recursos financeiros e tecnológicos.

Além disso, o processo histórico de urbanização intenso e, muitas vezes, desordenado, ocasionou mudanças no perfil epidemiológico com consequências no nível de saúde e qualidade de vida, em especial para os países com populações vulneráveis e baixo poder aquisitivo.

Por outro lado, outros fatores contribuíram para redução de doenças, segundo ALMEIDA:

A diminuição bem mais rápida da mortalidade, nestes últimos séculos (pelos progressos efetuados no saneamento básico, na prevenção e no tratamento médico) e o aumento geral da esperança de vida modificaram a estrutura etária, aumentando a proporção de jovens nestes países e a de velhos nas sociedades mais avançadas. Os movimentos da população também foram importantes ao longo do período, mas as políticas migratórias, geralmente receptivas do começo do século, foram substituídas, em quase todos os países, por medidas restritivas que visam coibir — sem conseguir totalmente — o deslocamento contínuo de um imenso contingente de miseráveis em direção das zonas mais afluentes (ALMEIDA, 2001, p.113-114)

O avanço da globalização e a modernidade mudaram o perfil de saúde da população. Segundo LEFEVRE e LEFEVRE:

Se por um lado a modernidade trouxe avanços inegáveis à humanidade no que tange à questão da saúde das populações, pois assistimos o incremento da esperança de vida ao nascer em níveis jamais visto, em decorrência do acesso e disponibilização de serviços e tecnologias em saúde às comunidades, por outro lado, a complexidade do mundo pós-moderno apresenta uma realidade sanitária de difícil enfrentamento combinando, nos países chamados de terceiro mundo, doenças típicas de países subdesenvolvidos (LEFEVRE e LEFEVRE 2004, p. 20-21).

Às instituições, como a OMS - Organização Mundial da Saúde, OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde (2004) e demais órgãos envolvidos, cabe a tarefa de planejar, acompanhar, fiscalizar e enfatizar as ações de promoção em saúde. Nas últimas cinco décadas, vários acontecimentos importantes internacionais ocorreram em relação às políticas públicas globais, com destaque para as que reforçam a promoção em saúde. O diálogo intersetorial se faz cada vez mais necessário entre as instituições e os países. Os avanços da técnica e da ciência permitem estudar e conhecer melhor as intervenções no ambiente, com o objetivo de mitigar danos causados a população exposta.

A complexidade do processo saúde-doença é vista por GIATTI (2009, p.15) além dos aspectos ambientais. Frequentemente se associam aos mecanismos de transmissão das moléstias de forma direta ou indireta. No caso do município desta pesquisa, podemos citar a água e o ambiente de moradias precárias nas áreas de várzeas, que comprometem a saúde dos moradores. O saneamento básico precário ou ineficiente é responsável por grande parte das doenças parasitárias no Brasil e no mundo. PRÜSS-USTIN et al. (2008) alertam que dentre as doenças globais, 10% estão relacionadas à veiculação hídrica, por conta da água de má qualidade e estão associadas à higiene, mas que poderiam ser evitadas com tratamento eficiente. Em relatório, intitulado “Água Doente”, a ONU (2010)¹⁶ divulgou que a poluição da água mata mais que a violência no mundo, conforme dados descritos:

O consumo e o uso de água não tratada e poluída matam mais do que todas as formas de violência, segundo relatório divulgado em Nairóbi, no Quênia, na África. O documento intitulado “Água Doente” foi elaborado pelo Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas. O estudo afirma que pelo menos 1,8 milhão de crianças com menos de 5 anos de idade morrem por ano em decorrência da “água doente” – o que representa uma morte a cada 20 segundos. Por isso, alerta para a necessidade de adoção de medidas urgentes. De acordo com o relatório, as populações urbanas deverão dobrar de tamanho nas próximas quatro décadas. A projeção é que os números subam dos atuais 3,4 bilhões para mais de 6 bilhões de pessoas. Nas grandes cidades, já há carência de gestão adequada das águas residuais em decorrência do envelhecimento do sistema, de falhas na infraestrutura ou de esgoto insuficiente.

SANTANA (2016, p.24) reforça que os alicerces da saúde e do bem-estar não estão apenas no setor da saúde, e sim nos demais setores, objetivando “promover o

¹⁶O documento ainda aponta que grande parte do despejo ocorre em países em desenvolvimento, “que lançam 90% da água de esgoto sem tratamento”. Além disso, “mais da metade dos leitos de hospital no mundo é ocupada por pessoas com doenças ligadas à água contaminada” (ONU – Organização das Nações Unidas, 2010).

desenvolvimento, a sustentabilidade e a equidade, melhorando as condições de saúde”. Ainda segunda a autora, há um esforço complexo de intersecção das ciências em busca de contribuir com a promoção da saúde.

Segundo BOURGUIGNON (2012c, p.20-22), em um mundo globalizado, se torna mais difícil separar os fatores que conduzem à desigualdade interna dos países menos desenvolvidos. Ao estudarmos questões pontuais, como a condição da saúde da população em pequeno município do estuário do Rio Amazonas, nota-se que parcela mais vulnerável da população sofre com as disparidades que este processo global impõe às nações menos desenvolvidas e se refletem localmente. CASTELLANOS (1997, p.60-61) considera que a existência de diferenças na situação de saúde das populações, por si só, não pode ser considerada iniquidade. A iniquidade está presente diante de diferenças ou desigualdades redutíveis, vinculadas a condições heterogêneas de vida, conceito este que o autor remete à ideia de justiça social, por compreender se há iniquidade, existe ausência de condições mínimas de saúde.

Além da precariedade, ou mesmo ausência de planejamento urbano, há certa passividade da população em relação aos problemas que enfrenta e à busca por suas soluções. Os problemas de saúde da população podem ser identificados no perfil de morbidade, mortalidade e nas enfermidades crônicas, como diabetes, hipertensão e níveis elevados de colesterol, que estão no *ranking* das doenças globais. Como mencionado anteriormente, OLIVEIRA e SCHOR (2013, p.222) afirmam que “estudar a dinâmica urbana na Amazônia é essencial para se compreender a complexidade saúde-doença neste vasto território”. Assim, o desafio maior encontra-se nas diferentes esferas de poder, e deve estar pautado na articulação de um modelo coerente de desenvolvimento, que considere os processos naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais, com menor impacto na população, em especial nos grupos mais vulneráveis.

Em trabalho de campo realizado para a pesquisa, observamos que a população apresenta um descontentamento com os serviços prestados pela prefeitura, desde o serviço de limpeza, até outros essenciais como educação e

saúde. A saúde lidera as reclamações, tendo sido citada, por 67% dos entrevistados, como serviço insatisfatório.

Uma pesquisa a respeito das maiores preocupações do brasileiro, realizada pelo Conselho Nacional das Indústrias - CNI (2012) aponta que, 69% dos brasileiros têm a rede pública como único ou principal fornecedor de serviços. De acordo com a mesma pesquisa, nas pequenas cidades, com até 20 mil habitantes, há muita precariedade no atendimento, quando não ausência do serviço. Em Ponta de Pedras, os problemas se reproduzem. As Fotografias 1 a, b, c, e d, expõem o quanto as relações ambiente e saúde são intrínsecas, e podem comprometer a qualidade de vida dos moradores.

Fotografia 1: Área urbana que representa uma vulnerabilidade ambiental e de saúde aos moradores.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

Nota: **a)** Bairro Carnapijó residência em palafita e ponte de madeira precária para acesso às moradias, **b)** Residência com ponte de madeira, **c)** e **d)** Precariedade no acesso a água e vulnerabilidade ambiental e de saúde.

Para GIATTI (2009, p.15), o ambiente é peça fundamental a ser associada às condições de saúde, pois os fatores ambientais podem causar o desequilíbrio ecológico e, por consequência, a proliferação de pragas, que podem ser vetores de doenças. As moradias em madeira são características da Amazônia, e em boa parte são construídas nas palafitas, para evitar as enchentes dos rios, por serem

economicamente viáveis, e por propiciarem certo conforto térmico ao morador, nas condições climáticas locais.

A Norma n.1º de 2005, regulamentada pela Instrução Normativa do Ministério da Saúde (2005), estabelece os critérios da Saúde Ambiental e incluem os procedimentos de vigilância epidemiológica, relacionados à água, solo e ar e, contaminantes ambientais, entre outros. Esta norma é importante, vista a sua relevância para definir prioridades e metas em situações de exposição da população aos ambientes que podem trazer risco à saúde. De fato, a Lei nº 8.080/90 do SUS - Sistema Único de Saúde (1990), no seu artigo 3º define que:

“A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais [...]”.

Ou seja, seria correto afirmar que a saúde e o ambiente estão vinculados e que a falta de recursos para o saneamento básico resulta em diversas doenças causadas às comunidades em especial as mais carentes.

Pelas informações obtidas, verifica-se que os perfis epidemiológicos da região e do município são marcados pela sobreposição enfermidades decorrentes de condições de vida e do baixo acesso às medidas de prevenção e controle, além do atendimento precário dos serviços de saúde.

As fotografias 2 e 3 ilustram a precariedade da infraestrutura do hospital em Ponta de Pedras, que pode se refletir na qualidade do serviço e no atendimento da população.

Fotografia 2: Coletor de urina do hospital público exposto ao sol para secagem

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades (2015).

O hospital não possui um centro de materiais e esterilizador eficiente. Segundo funcionários, é muito comum a forma de “esterilizar ao sol”, alguns equipamentos cotidianamente utilizados no hospital, ou seja, o calor de acordo com os relatos de alguns funcionários mata os germes. A esterilização consiste em:

Processo de destruição de todos os microrganismos, inclusive esporulados, a tal ponto que não seja mais possível detectá-los através de testes microbiológicos padrão. A probabilidade de sobrevivência do microrganismo no item submetido ao processo de esterilização é menor que um em um milhão (10/6). A esterilização é realizada pelo calor, germicidas químicos, óxido de etileno, radiação e outros (CAMPINAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2017).

Nas fotografias 3 e 4 são apresentadas imagens do cotidiano no hospital que ilustram a precariedade no armazenamento dos utensílios hospitalares.

Fotografia 3: Instalações do hospital municipal, equipamentos, lavanderia e depósito de materiais e medicamentos.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

Nota: A fotografia (a) e (b) apresenta as dependências internas do hospital público, sala de consulta e sala de inalação

Fotografia 4: Depósito de materiais e medicamentos hospitalares, lavanderia e local para secar as roupas utilizadas no hospital.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

Considerando as questões apresentadas, esse projeto de pesquisa, propõe a pergunta norteadora da Tese: Como o processo de globalização se insere em Ponta de Pedras? Como hipótese, considera-se que há uma relação intrínseca entre globalização e condições de vida e saúde da população. A Tese procurou investigar e compreender quais as relações que se estabeleceram entre globalização econômica e cultural e condições de vida no município. O capítulo a seguir descreve os materiais e métodos utilizados na pesquisa.

CAPÍTULO III

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente tese consiste em um estudo de caso no município de Ponta de Pedras, Ilha do Marajó, Pará - Brasil. O estudo de caso baseia-se em pesquisa descritiva qualiquantitativa, a qual é muito utilizada em pesquisas sociais e contribui para a compreensão de dados multifacetados.

O estudo de caso permite a compreensão da totalidade a partir da parte. Permite a compreensão de significados dos acontecimentos da vida real. Segundo YIN (2005, p.83), um bom estudo de caso requer atenção quanto às questões a serem realizadas na coleta de dados pelo entrevistador:

Deve ser um bom ouvinte, não se deixar levar por preconceitos e julgamentos, ser adaptável e flexível, de forma que as situações podem ser vistas como oportunidades e não como ameaças. O pesquisador deve ter uma noção clara das questões que estão sendo estudadas, mesmo que seja uma orientação teórica ou política, ou de um modo exploratório. Ademais, o pesquisador deve ser imparcial em relação às noções preconcebidas, incluindo aquelas que se originam de uma teoria. Assim, a pessoa deve ser sensível e estar atenta a provas contraditórias.

A pesquisa quantitativa, segundo MANZATO e SANTOS, tem inúmeras vantagens:

A pesquisa observa, registra, analisa e correlaciona os fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características. A pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha com os dados ou fatos colhidos da própria realidade em campo, para viabilizar esta importante operação da coleta dos dados, que são utilizados no formulário como principais instrumentos da pesquisa (MANZATO e SANTOS, 2012, p.4).

BARBETTA (2008, p.79) reafirma que os dados quantitativos são mensurados, numericamente, com grandes ganhos em termos de técnicas de análises exploratórias de dados.

A figura 2 representa as etapas de construção do estudo de caso.

Fonte: Elaborado pela Autora (2015).

A presente pesquisa caracteriza-se por grande complexidade e diversidade de fontes, sendo definida pela intersecção das relações entre uma multiplicidade de elementos, envolvendo diversas escalas; regional, nacional e global. MAYRING (2002) define uma pesquisa multi-metadados a partir de diferentes abordagens, apresentando múltiplas qualidades e resultados. Para LEFEVRE e LEFEVRE (2010), a opinião do entrevistado deve ser considerada como uma incógnita, isto é, algo que não conhecemos, mas desejamos descrevê-las. FIGUEIREDO, CHIARI e GOULART (2013, p.130) afirmam que, por serem muito utilizadas em estudos da saúde, os sujeitos do estudo qualitativo são pessoas de determinadas condições sociais, pertencentes a determinados grupos sociais, com suas crenças, valores e significados, o objeto é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação

Neste caso, ao se trabalhar com a realidade é importante conectar os dados pesquisados à dinâmica apresentada pela população em estudo. MINAYO (1993, p.22) reconhece que a partir de concepções teóricas na abordagem da pesquisa, o conjunto de técnicas possibilita a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador. Neste sentido, ao se construir as questões do formulário aplicado foi tomado o cuidado de se utilizar uma linguagem clara e objetiva a fim de facilitar a comunicação e entendimento com os entrevistados.

As atividades desenvolvidas para elaboração desta pesquisa podem ser visualizadas no Fluxograma¹⁷ da Figura 3 e explicadas a seguir

¹⁷O Fluxograma é uma representação gráfica de um processo ou fluxo de trabalho e tem por objetivo apresentar de forma rápida e descomplicada o fluxo de informações e ações da sequência operacional do processo a ser desenvolvido.

Figura 3: Fluxograma de Atividades desenvolvidas.

Fonte: Elaborado pela Autora (2015).

3.1 DEFINIÇÕES DA PESQUISA E ESPAÇO DO ESTUDO

Para se atingir o objetivo, os efeitos da globalização em Município do Delta do rio Amazonas, foram avaliados por meio do perfil de consumo e trabalho dos moradores das áreas urbana e rural de Ponta das Pedras.

O presente trabalho baseou-se em **quatro etapas**:

3.2 ETAPA I - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A busca de material bibliográfico focou-se nos seguintes temas que proporcionaram o embasamento teórico metodológico do estudo:

a) Impactos da globalização nas populações ribeirinhas da Amazônia: como este processo contribuiu para as transformações na região, ao longo das últimas quatro décadas e como se dá a sua inserção na globalização;

b) Produção Social do Espaço Urbano Amazônico: como ocorreu à urbanização na Amazônia após a década de 1930/1940 e os projetos desenvolvimentistas;

c) Programas Econômicos de Desenvolvimento incentivados e financiados pelo poder público para atender a uma política expansionista em longo prazo e avaliar os fluxos demográficos e econômicos estabelecidos para a região em consequência deste processo;

d) Como a globalização interfere nos hábitos da população de Ponta de Pedras. A conexão do global com o local na Amazônia.

3.3 ETAPA II - CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO

Os Deltas caracterizam-se por um avanço da terra em relação ao mar, muitas vezes o rio divide-se em vários braços, conforme a figura 4. O Delta representa o oposto de um estuário, porque, as ações fluviais, de origem continental, dominam sobre as ações marinhas (PASKOFF, 1985, p. 2).

Figura 4: Caracterização cartográfica do Delta da Amazônia.

Fonte: BRONDIZIO, E.S.; HETRICK, S. Mapping the Amazon Delta. Mimeo. 2014.

Estes ambientes, por apresentarem uma formação holocênica¹⁸, sobrepõem, muitas vezes, os deltas mais antigos em locais de afundamento, o que propicia acumulação de depósito fluvial, que explica a existência de larguras de mais de 10.000m de sedimentos deltaicos. As condições de formação de um delta dependem da capacidade de transporte e de uma grande quantidade de acúmulo de sedimentos¹⁹. No caso do Delta do Rio Amazonas, segundo AB'SABER (2010), uma característica importante desta região é sua geografia:

¹⁸ A ilha do Marajó, levando-se em consideração a topografia, está dividida ao meio. A parte Leste é mais alta e a parte Sul está relativamente baixa. O litoral do NE do Pará perfaz uma extensão de 600 km (entre a foz dos rios Amazonas e Gurupi) e é subdividido em 2 grandes setores: (i) o primeiro setor marcado por uma costa recortada em terrenos altos (São João de Pirabas – Golfão Marajoara), onde os vales estuarinos estreitos estão esculpidos em terrenos do Grupo Barreiras, e (ii) o segundo setor, mostra uma costa baixa, ocupada por extensas planícies de manguezais, recortadas por vales afogados, esculpidas na maior parte em depósitos holocênicos.

¹⁹ Não sendo uma geoforma generalizada, convém entender as condições que são mais favoráveis à existência do delta: rio com grande capacidade de transporte, grande quantidade de sedimentos disponíveis para serem transportados, fortes contrastes sazonais de pluviosidade; assim como as características marinhas: ondulação pouco energética, fraca amplitude de maré, plataforma continental de pouco declive e extensa, nível do mar estável ou em regressão e mares fechados.

Baixo Rio Amazonas até as proximidades do Porto de Moz e a Ilha Grande de Gurupá. Daí por diante acontece o Golfão Marajoara que inclui a larga embocadura do Rio Amazonas entre o Amapá e a extraordinária Ilha de Marajó; o Estreito de Breves a oeste dessa ilha, terminando pelos longos trechos da Baía das Bocas; e a leste-nordeste, o Rio Pará, o Baixo Tocantins e a Baía de Marajó.

A região possui uma importante bacia hidrográfica e vários afluentes em sua formação. A hidrografia do rio Amazonas atua como fonte de renda para muitos moradores. Ao mesmo tempo em que se apresenta como recurso natural atrativo, também apresentou dificuldades no processo de urbanização, em função das inúmeras disputas por terra na região. OLIVEIRA (2006, p.3) ressalta a importância da bacia hidrográfica e seus vastos afluentes que desempenham diversas funções, como defesa, cobrança e controle de tributos por meio de negociações do entreposto comercial de produtos extrativos agrícolas, entre outros ocorridos no local.

Em outra caracterização do Delta do Amazonas, SOARES JÚNIOR, COSTA e HASUI (2008, p.430) afirmam que:

a Bacia do Marajó, situada na parte norte do Estado do Pará, possui a forma alongada na direção NW-Se e é formada por quatro sub-bacias denominadas Mexicana, Limoeiro, Cametá e Mocajuba, de noroeste para sudeste. É limitada a oeste pelo Arco de Gurupá, a norte pela Bacia da Foz do Amazonas, a leste pela região Marajó Setentrional e ao sul pelo Cinturão Orogênico Araguaia (Neoproterozóico).

A Figura 5 mostra a localização de Marajó e do município de Ponta de Pedras:

Figura 5: Mapa de Localização do Território do Marajó.

Fonte: Adaptado de: Plano de Desenvolvimento Territorial sustentável do Arquipélago do Marajó – (2007).

O processo de urbanização na região está comprometendo o ambiente natural, considerando o seu valor de uso. Para ROGEZ (2000) o açazeiro é a Palmeira mais produtiva do ecossistema do Delta do Amazonas, pois propicia o fornecimento de madeira para construções rurais, fibras da planta, matéria-prima para a produção de artesanato e remédios. Quanto à vegetação predominante, estudo realizado por BRONDIZIO et al. (1993) indica as espécies dominantes que influenciam a economia, devido ao potencial extrativista pelos moradores da região. A Ilha do Marajó apresenta um ambiente de transição entre a Floresta Ombrifila Densa e Campos de Marajó, uma área de grande diversidade de formações vegetais, bastante representativas da região. Para os autores, são as seguintes as formações vegetais dominantes da Ilha do Marajó e do município de Ponta de Pedras:

Ponta de Pedras localiza-se em uma região de transição entre dois macro ambientes, Floresta Ombrófila Densa e Campos de Marajó. As principais formações vegetais são Floresta Ombrófila Aluvial - conhecida como floresta de várzea e marés. Vegetação de estrutura complexa, apresentando árvores emergentes e muito rica em palmeiras, como Açaí (*Euterpe oleracea*), Jupati (*Raphiataedigera*), Buxiti (*Mauritia flexuosa*), Maraja (*Bactris maraja*) além de muitas outras. Açaizais - Açaizais são florestas de origem antrópica, resultante do manejo agro-florestal, com dominância de palmeiras euterpe oleracea (BRONDIZIO et al., 1993, p. 38-39).

A população menos favorecida é vítima de um modelo de desenvolvimento sustentável, que depende dos recursos extraídos deste bioma marcados pela política ambiental, que nem sempre é equitativa, devido ao modelo predatório de exploração. Ainda nesta análise FREITAS e GIATTI avaliam que:

No que se refere à ocupação do solo, 69,6% são áreas de florestas úmidas e 7,4% envolvem florestas secas, inundáveis e de transição. Outros 6,2% são campos e savanas e 1,3% corpos d'água naturais e artificiais. Grande parte do restante dessa paisagem engloba 15,3% de áreas onde há agricultura e/ou pastagens e apenas 0,05% de áreas urbanizadas. Em termos ambientais, essa é uma região de elevada importância. Para os recursos hídricos há aproximadamente 74% das disponibilidades nacionais (FREITAS e GIATTI, 2009, p.52).

Quanto às características demográficas a Amazônia Legal concentra 84% da população em cidades, sendo que 32,4% dessa população vive em pequenas cidades com menos de 20 mil habitantes, e 46% nas nove capitais. Esta região é composta por 449 municípios e tem, aproximadamente 64%, de cidades com população menor de 20 mil habitantes (IBGE 2010)²⁰.

De acordo com COSTA et al (2012, p.60):

As pequenas cidades são predominantes na Região Amazônica. Entretanto, a população urbana regional é muito polarizada, ou seja, em 2000, 41% da população urbana da região residia em 1% dos municípios da Amazônia, naquelas cidades consideradas grandes (ou com mais de 200.000 habitantes); em 2010, houve uma queda dessa polarização, e 31% da população urbana residia em 1,5% dos municípios, em cidades com mais de 200 mil habitantes.

O município de Ponta de Pedras, na Ilha de Marajó, se insere neste contexto de pequenas cidades, sendo a área de estudo da presente pesquisa.

²⁰<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>

3.3.1 Características socioeconômicas e espaciais de Ponta de Pedras – Ilha do Marajó

O município é formado por terra firme e várzea, e sofre influência do Rio Marajó-Açu. A malha hídrica ligada a este rio sofre alterações durante as estações de verão e inverno na região, o que altera a dinâmica da cidade, principalmente nas viagens à Belém. Com a capital comercializam-se diversos produtos duráveis e industrializados que abastecem o comércio de Ponta de Pedras e, ao mesmo tempo, há o escoamento da produção local, como peixes, açaí, palmito entre outros.

O município de Ponta de Pedras pertence ao conjunto dos municípios pequenos, em termos demográficos, visto que sua extensão territorial é grande, que compõem a Ilha do Marajó. Localiza-se a uma latitude $01^{\circ}23'25''$ Sul e uma longitude $48^{\circ}52'16''$ a Oeste, sendo um dos 143 municípios do Estado do Pará (figura 6). Localiza-se na Ilha de Marajó, na região estuarina do Rio Amazonas, a três horas e trinta minutos de barco da capital do Pará, Belém (figura 6).

Figura 6: Localização do Município de Ponta de Pedras.

De acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2010), o município contabilizava uma população de 26.000 habitantes, sendo que 49% residiam na área urbana. Seu IDH atual é 0,562, o do Estado do Pará é de 0,675, considerado médio na classificação de desenvolvimento, e o Brasil possui o IDH de 0,768 (IBGE,2010). COSTA e BRONDIZIO (2009, p.9) afirmam que “entre 1969 e 2010, a cidade de Ponta de Pedras cresceu, em área, mais de 100% e este crescimento significa um aumento importante na área urbana”, como pode ser observado na figura 7, que retrata a expansão urbana de Ponta de Pedras, nesse período.

Figura 7: Crescimento Urbano de Ponta de Pedras, Ilha do Marajó.

Fonte: COSTA et al (2015)

A cidade de Ponta de Pedras, apesar de apresentar um crescimento econômico, não proporciona aos seus moradores o desenvolvimento em serviços e em infraestrutura básica adequados, conforme constataram os estudos de COSTA et

al. (2012, p.3). O município possui uma economia predominante baseada no extrativismo do açaí e da pesca.

3.4 ETAPA III - APLICAÇÃO DOS FORMULÁRIOS

A pesquisa de campo ocorreu nas áreas urbana e rural do município de Ponta de Pedras, por meio da aplicação de formulários aprovados pelo Comitê de Ética²¹. O formulário aplicado à população teve o objetivo de identificar o perfil socioeconômico dos moradores, com questões sobre sexo, idade, profissão e ocupação, naturalidade, grau de escolaridade, renda familiar. Dados da família tempo de moradia na casa, cômodos da casa, número de moradores na casa, bens de consumo: celular, telefone fixo, acesso a *internet*, *tablet*, televisão, posse de equipamentos eletroeletrônicos constituíram um segundo bloco de questões.

A seguir, se inquiria sobre hábitos alimentares, tipos de alimentos consumidos e frequência. Quanto a aspectos econômicos, havia questões sobre benefícios do governo, Bolsa-Família, Seguro Defeso, Aposentadoria. No bloco final, havia questões sobre hábitos alimentares, destinação do lixo, hábitos culturais, infraestrutura, condições dos domicílios, condições de saúde, acesso a serviços de saúde, qualidade de vida e lazer, (Apêndice 1).

A aplicação do formulário foi realizada por esta pesquisadora auxiliada por estudantes da Univap e alguns moradores locais com o responsável pelo domicílio, em função das informações que se pretendia obter para a pesquisa.

A escolha do modelo formulário ocorreu por permitir o de levantamento de dados, numa condição “face-a-face” com o entrevistado (GIL 2009, p.14). Na ausência de morador no imóvel selecionou-se o domicílio mais próximo, anterior ou posterior, lado direito ou esquerdo, dependendo da disponibilidade do morador e respeitando o critério de proporcionalidade.

Também aprovado pelo Comitê de Ética, havia um termo de consentimento livre e esclarecido, que indicava a possibilidade do entrevistado desistir da pesquisa, caso não se sentisse confortável com as questões.

²¹ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética, sob o número 099377/2015 da Faculdade de Saúde Pública da USP (Anexo 1).

O formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado (MARCONI e LAKATOS 2010, p.195). O pesquisador, ao utilizar formulários, deve levar em consideração tempo, recursos econômicos, muitas vezes escassos e, neste sentido, são raras às vezes em que se pode pesquisar todo universo da população. Desta forma, nesta pesquisa, a amostragem estratificada foi uma opção viável. A Amostragem Aleatória Estratificada (AAE) consiste em subdividir a população em grupos homogêneos:

Os grupos são (denominados estratos) selecionados segundo a(s) variável (is) de interesse. Os estratos têm por objetivo controlar a variabilidade (menor variabilidade), assim consegue-se diminuir o tamanho da amostra. O método de estratificação mais comum é o proporcional, onde o tamanho de cada estrato amostral é proporcional ao tamanho de cada estrato (h) na população (N_h), levando-se em consideração o peso W_h de cada estrato. Porém, pode-se selecionar a amostra uniformemente, onde os estratos têm o mesmo tamanho (YASSUKO TOMA, 2014).

A AAE viabilizou-se para o presente estudo por ser a população alvo heterogênea, com características que variam de domicílio para domicílio. A unidade de amostragem, segundo BARBETTA²² (2008, p.44-45) é a unidade a ser selecionada para se chegar aos elementos da população, as unidades de amostragem podem ser os próprios elementos da população. Segundo LEVIN (1987), para a amostragem necessita-se estabelecer um pequeno subconjunto de indivíduos retirados da população de estudo. Para SILVA (1998, p.94-95), elaborar o plano de amostragem significa construir soluções não apenas para determinar o número de unidades a serem observadas, mas as condições concretas para operacionalizar os planos de observação e de análise de dados definidos, em etapas anteriores, previstas no processo do levantamento. GERARDI e SILVA (1998, p. 15) afirmam que para a amostragem estratificada, a área é dividida em subáreas com base em uma ou várias características relevantes para o trabalho, que tornam estas subáreas mais homogêneas.

²²A seleção dos elementos que fazem parte da amostra pode ser feita sob alguma forma de sorteio, por permitir a utilização das técnicas clássicas de inferência estatística, facilitando a análise dos dados e fornecendo maior segurança ao generalizar resultados da amostra para a população (BARBETTA, 2008 p.45).

O organograma da Figura 8 apresenta, de maneira simplificada, as etapas que foram seguidas para planejamento de amostragem.

Figura 8: Organograma do Plano de amostragem dos formulários.

Fonte Adaptado de: Silva (1998)

A amostra teve como base o Censo do IBGE (2010) e a metodologia de KREJCIE e MORGAN (1970) para uma população pré-determinada. Para uma população de 3.096 domicílios, em Ponta de Pedras, utilizamos uma amostragem,

conforme proposta por GERARDI e SILVA (1998), a partir da tabela adaptada de KREJCIE e MORGAN (1970), nos conglomerados²³.

A Tabela 2 apresenta os setores censitários urbanos, com o número de domicílios e a porcentagem em relação ao total, respeitando a proporcionalidade de 10%, bem como a quantidade de formulários aplicados.

Tabela 2: Amostra por Setores Censitários Urbanos de Ponta de Pedras de 2010.

SETORES	NÚMERO DE DOMICÍLIOS EM 2010	Nº. FORMULÁRIOS
1	247	28
2	492	57
3	342	39
4	290	33
5	221	25
6	350	40
7	354	40
20	279	32
21	253	29
22	268	30
TOTAL	3096	320

Fonte: Adaptado de IBGE (2010) – Autora (2015)

Foram aplicados 320 formulários nos setores urbanos e 68 no rural pontapedrense. Alguns formulários no setor rural não foram possíveis de serem aplicados, porque vários moradores não se encontravam em suas residências devido ao período de coleta do açaí.

A figura 9 apresenta as comunidades rurais ribeirinhas onde foram aplicados os formulários. Baseando-se nas informações do IBGE, de que havia 2007 domicílios rurais, foi definido o número de formulários que seriam aplicados em cada comunidade da pesquisa. A zona rural é formada, por comunidades, com moradias distantes umas das outras são horas de navegação em pequenos barcos devido ao custo do transporte, o que dificultou, por vezes, a locomoção até o local. Utilizou-se uma representação de domicílios que o IBGE disponibiliza para a região.

²³ Conglomerados podem ser formados por quarteirões, ruas (face a face dos quarteirões)

As comunidades rurais localizadas no Rio Fortaleza, Rio Jupuba, Rio Marajó-Açu e Rio São Miguel (figura 9) foram selecionadas, devido à sua importância econômica na produção e venda do açaí, e por estarem próximas da zona urbana, o que minimizou gastos na realização do trabalho de campo.

Figura 9: Comunidades Ribeirinhas estudadas

Localização das Comunidades Ribeirinhas - Aplicação de Formulário

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

O período de realização da Pesquisa do Campo ocorreu de março á julho/2016, durante 12 dias no município de Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó, com financiamento dos órgãos de fomento à pesquisa²⁴.

Entrevistas Abertas

Ademais foram realizadas entrevistas abertas, com representantes do poder público municipal e estadual, com o objetivo de obter dados relevantes em relação ao atendimento em saúde e os recursos financeiros aplicados sobre o tema de interesse da pesquisa. As entrevistas foram realizadas em especial no Departamento da Secretaria de Saúde, Planejamento Urbano, Secretaria de Finanças, dentre outros. Foram estruturadas de forma semiaberta e não indutiva, deixando o entrevistado livre para expor sua opinião ao responder as questões inseridas na entrevista. As questões apresentadas para os entrevistados estão nos Anexos 3 e 4.

Não houve uma amostra estabelecida de caráter quantitativo, pois o objetivo foi entrevistar representantes dos gestores locais da área de saúde pública, produtores e trabalhadores de açaí, para verificar a postura do poder público em relação à situação da saúde no município.

3.5 ETAPA IV - TRATAMENTO DOS DADOS

As respostas obtidas nos formulários foram tabuladas em planilhas, Excel® e apresentadas sob tabulação simples e gráfica.

²⁴CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e FAPESP – Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

CAPITULO IV

O MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS, SEU MORADOR E A INFRAESTRUTURA ANÁLISES E RESULTADOS

Como resultados obtidos, a presente pesquisa apresenta a análise sobre Globalização e Saúde no Município de Ponta de Pedras, a partir das características gerais e do perfil da população das zonas urbana e rural, descritas neste capítulo.

4.1 O MUNICÍPIO.

Os municípios da região Amazônica, por sua geografia, mostram-se frágeis em infraestrutura e serviços de saúde, e em dinâmica econômica. TRINDADE JUNIOR (2013) comenta que há diversidade no urbano na Amazônia,

é revelada não somente por diversas formas de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização, que decorrem normalmente de processos originados externamente à região, mas também por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações definidas por contatos e resistências em face desses movimentos de diferentes naturezas que chegam à região (TRINDADE JUNIOR, 2013, p.18).

Nessa diversidade urbana, em particular no universo das pequenas cidades, encontram-se as cidades da floresta e na floresta (TRINDADE JUNIOR, 2013), as cidades ribeirinhas e as de beira rio (TRINDADE JUNIOR e TAVARES, 2009), entre outras.

A caracterização de cidade ribeirinha não se dá apenas por sua localização geográfica, margeando os rios amazônicos, mas também por possuir um dinamismo cultural e econômico ligado ao rio. Ponta de Pedras, uma cidade ribeirinha, apresenta as características dessas pequenas cidades, uma população de aproximadamente 26.000 habitantes, sendo que 52% residem no espaço rural, (13.575 habitantes) e 48% na área urbana (12.424 habitantes), segundo dados do IBGE (2010)²⁵.

²⁵Seguindo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), que concebe as cidades (sedes municipais) e vilas (sedes distritais) como espaços que alojam uma população urbana. Associa-se da mesma forma, a noção de vida urbana como todo e qualquer conteúdo social que nesses limites (cidades e vilas) se realizam e, por exclusão, os demais espaços como

Pesquisar o tema “globalização e saúde” na Amazônia, por meio das referências utilizadas foi um desafio. Dados da pesquisa de campo mostraram que a população está inserida em um ambiente globalizado, a partir do mercado do açaí, que traz pressões sobre os trabalhadores desse setor. A situação socioeconômica da população também introduziu hábitos de consumo que não são relacionados à cultura ribeirinha.

Para entender melhor, SILVA (2007, p. 4) classifica as pequenas cidades, que ora são consideradas pivô da má distribuição dos recursos orçamentários no país, ora se encontram abandonadas pelo Estado. Contudo SOARES afirma que:

as pequenas cidades brasileiras e as redes formadas por essas se constituem em importantes elementos para a investigação científica contemporânea, tanto pela carência de estudos, quanto pelo conteúdo social, político, econômico e histórico que essas cidades comportam. Ademais, outros critérios são considerados nesta definição de cidades pequenas, a função das especificidades dos processos espaciais e dada a dimensão e complexidade do território brasileiro, critério entre o rural e urbano a partir do Censo do IBGE (SOARES, 2009, p. 117).

Segundo TAVARES (2009) a cidade é considerada pequena em termos demográficos, e dos pontos de vista de infraestrutura e da oferta de serviços urbanos. Para COSTA et al. (2016):

O processo de urbanização, da produção do espaço urbano na Região Amazônica pode ser considerada igualmente, portadora de contradições e geradora de conflitos, entre população e o ambiente sobre o qual se instala. Muitas cidades dessa Região se instalaram sobre áreas de várzea, ambiente esse acessível na navegabilidade da Região e que compõem o dia a dia da população ribeirinha.

Ponta de Pedras é uma pequena cidade em transformação constante, ainda que morosa. As mudanças na Região da Amazônia Legal colocam as cidades como importantes elementos, dentro do espaço regional, principalmente as cidades pequenas. Para COSTA, BRONDIZIO e MONTÓIA (2009, p.1), essas cidades, “possuem fraca ou nenhuma infraestrutura, e têm como base econômica o repasse de recursos públicos e, embora apresentem a estrutura de cidade, carecem de atividades caracterizadas como urbanas”. Como reflexo dessa fraca infraestrutura,

definidores de uma vida rural. Com base nessa concepção, os números de população nos indicariam também o perfil da vida urbana e o processo de urbanização na Amazônia, que corresponderia a cerca de 70% da população total (IBGE, 2010, CARDOSO et al. 2005, p.2).

há iniquidades, entre elas nos serviços de educação e saúde, que se manifestam em decorrência de uma gestão frágil na distribuição e fiscalização do uso de recursos, para atender a necessidade da população em especial as mais vulneráveis. Ainda que esforços sejam feitos na esfera federal, as escalas locais apresentam dificuldades em descentralizar estas políticas e, por sua vez, os recursos, por uma série de razões, entre elas administrativas e distâncias geográficas dos centros regionais de decisão.

A presente pesquisa nos possibilita obter uma leitura e análise preliminar desta dinâmica urbana e rural em transformação.

4.1.1 A Infraestrutura Urbana e Rural

Políticas voltadas ao saneamento básico, em especial para a Região Norte, foram estabelecidas no início do século XX. As Nações Unidas (2010) preconizam a saúde, o bem-estar e o acesso universal ao abastecimento de água e esgotamento sanitário como direitos humanos. O primeiro "Plano de Saneamento da Amazônia" foi proposto por Carlos Chagas, em 1913²⁶.

Em 1941, foi recomendado o "Plano de Saneamento da Amazônia", elaborado inicialmente para o combate à malária, mediante ações governamentais. Contudo, outros problemas de saúde ocorriam na Região, relacionados ao saneamento. A malária era um grande problema a ser enfrentado pela população e por governantes da época, nessa região do País, pois interferia no seu desenvolvimento. Para ANDRADE e HOCHMAN (2007, p.260), a apresentação do relatório de recomendações do Plano de Saneamento da Amazônia, em dezembro de 1941, visava ampliar o conceito de saneamento. Pela expressão "Saneamento" compreendia-se o conjunto de atividades destinadas a melhorar as condições de

²⁶Comissionado pela Superintendência de Defesa da Borracha, Chagas propôs um plano de profilaxia para a região, a partir de dados obtidos durante a verificação de saúde dos seringueiros. Durante cinco meses, Chagas e os pesquisadores Pacheco Leão e João Pedroso percorreram cidades, vilas e seringais procurando uma saída para a queda de produtividade da borracha, por meio da melhoria das condições de saúde dos seringueiros. Para Chagas, a malária era considerada o principal inimigo dessa atividade e se conseguisse acabar ou pelo menos controlá-la, a produção cresceria de novo e reocuparia a ponta do mercado mundial. Seu "Plano geral da campanha Sanitária se empreender no Vale do Amazonas" nunca foi posto em prática (CHAGAS, CRUZ e PEIXOTO, 1972).

vida e de saúde dos habitantes da Amazônia. Essas atividades podem ser resumidas em:

- 1) medidas visando o beneficiamento do meio, e atinentes em especial a serviços de abastecimento de água e remoção de dejetos (tarefa de saneamento propriamente dito) e
- 2) medidas de proteção de vida e da saúde a serem empreendidas por organizações sanitárias e de assistência médica (higiene, medicina preventiva, cuidado com os doentes) (BARRETO et al., 1941, p.191).

Ao longo dos anos, sob investimentos financeiros governamentais reduzidos, trocas de governo, bem como planos políticos de desenvolvimento, o projeto entrou em fase de morosidade na sua efetivação, o que se refletiu na ação centralizada de combate à malária, doença causadora da maior mortalidade na Região Amazônica, comparada às demais epidemias.

Alguns avanços foram incorporados no tratamento e controle da poluição das águas, inclusive revisão da legislação ambiental, estabelecendo medidas mais criteriosas de análises. Uma das revisões foi a da legislação relacionada ao controle da qualidade da água. A Resolução 20/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por meio da Portaria 36/90 do Ministério da Saúde (1990), estabelece padrões e normas para o tratamento da água a ser consumida pelo humano.

Entretanto, muito ainda precisa ser feito, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam baixos índices de cobertura de serviços. Segundo relatório da FUNASA (2010), “as melhorias sanitárias introduzidas, desde o início do século XX, contribuíram para a redução e mesmo erradicação de várias doenças endêmicas e epidêmicas”.

Dados do Relatório dos Impactos na Saúde e no Sistema Único de Saúde, Decorrentes de Agravos Relacionados a um Saneamento Ambiental Inadequado (2010, p.29-30) apontam que, apesar de expressivo declínio nas taxas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias no Brasil, nas últimas décadas, há uma transição epidemiológica ainda em evolução, e estas ainda contemplam as principais causas de óbitos e internações, em especial na Região Norte e Nordeste do país.

Embora haja uma grande oferta de água na Amazônia Legal, dados do IBGE (2010) assinalam que os indicadores se configuram como os piores regionalmente avaliados: 56% dos domicílios não são abastecidos por água de rede geral; do volume total de água distribuída pela rede pública, 32,5% não recebia tratamento, e 92% dos municípios da região não possuíam redes de coleta de esgoto sanitário. Em Ponta de Pedras, de acordo com o IBGE (2010) 20,3% das moradias recebiam abastecimento. Os dados não diferem muito da realidade vivenciada por outros municípios, e apresenta todos os desafios no âmbito do saneamento, descritos o item 4.1.1.1 deste capítulo.

O adensamento urbano ocorrido em diversos municípios, entre eles Ponta de Pedras, nas últimas décadas, associado à ocupação intensa da área de várzea, trouxe como consequência a exposição da população a ambientes de vulnerabilidade socioambiental e risco à saúde, conforme ilustrado nas fotografias 4 e 5, obtidas em campo.

Fotografia 5: Área urbana sobre palafitas em Ponta de Pedras. Vias de acesso dos moradores às suas residências.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades (2014).

Fotografia 6: Ponte de madeira em situação precária de conservação na área urbana para acesso às moradias

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades (2014).

As fotografias 5 e 6 exemplificam o quanto é necessária a solução das pontes para a mobilidade da população. A solução é adequada às condições ambientais, entretanto, muitas dessas pontes encontram-se em situações precárias, quebradas, a madeira está deteriorada e com fendas, o que amplia o risco à saúde, para os que ali transitam. Essa situação pode ser observada nas fotografias 6 e 7, que nos mostram a precariedade na infraestrutura urbana de Ponta de Pedras.

Fotografia 7: Palafitas precárias para acesso ao bairro.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades (2014).

Fotografia 8: Palafitas precárias para acesso as moradias

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades (2014).

Os moradores reclamam da precariedade da infraestrutura que compromete a mobilidade e alega que o poder público não faz a limpeza das ruas, não roça o mato e não recolhe o lixo. Segundo relatos de campo, procedimentos como estes poderiam evitar roedores, cobras, mosquitos, como o *Aedes aegypti*, transmissores da Dengue, entre outros vetores. Observa-se, no mosaico (fotografia 8), que alguns moradores optam por mudar a estrutura da casa para alvenaria e o fazem, mesmo na área de várzea, alegam ser uma forma de prevenir algumas doenças e ter melhor conforto térmico.

O mosaico de fotografias 9 também apresenta a instalação da Secretaria de Saúde, que se localiza na área Central, mas suas dependências, segundo funcionários e o próprio Secretário de Saúde, são precárias. Os funcionários relataram que as demandas em saúde cresceram muito no município devido ao aumento da população e complexidades em saúde. Alegam que o espaço físico é pequeno e não comporta de forma adequada os funcionários e subdepartamentos da secretaria.

No depoimento, o Secretário de Saúde, da gestão 2013-2016, em entrevista concedida durante trabalho de campo, afirmou que “Sabemos que o município tem muitas demandas, mas o recurso que vem para o município ainda é pouco. Fazemos o que podemos para trabalhar, afinal não temos tantos recursos”.

Fotografia 9: Fotos de cenas urbanas e diversas construções de Ponta de Pedras.

Fonte: Acervo do Laboratório de estudos das Cidades (2015)

Nota: As fotos (a, b, g, h e i) apresentam as condições de moradia, o acúmulo de lixo, e a precariedade das pontes de acesso. A fotografia (c) representa o conjunto habitacional do programa Minha casa Minha vida. A fotografia (d) mostra um açougue na área central da cidade com exposição da carne para venda. A fotografia (e) apresenta a área externa da Secretaria Municipal de Saúde, e a fotografia (f) mostra a Escola Municipal de Ensino na zona urbana.

Associado a este cenário e à precariedade do saneamento básico, compõe-se um quadro de complexo equacionamento, em que as demandas de serviços essenciais crescem em ritmo maior que a oferta de serviços do poder público. Trata-se de uma característica comum às cidades da Amazônia, em que pese ser um ambiente que dispõe de um rico patrimônio ambiental e abundância em recursos hídricos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, em 2015, os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - (ODS), uma agenda de sustentabilidade até 2030, adotada pelos países membros, dos quais o Brasil faz parte. Destacamos o objetivo nº 6: “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”. Neste objetivo, prioriza-se a distribuição de água de forma igualitária para a população mundial, bem como a melhoria de sua qualidade, o fim da defecação a céu aberto e a garantia de saneamento para todos. Este mesmo objetivo do ODS ressalta a importância do envolvimento de comunidades locais na melhoria da gestão da água e do saneamento. Em trabalho de campo verificou-se precário abastecimento da água. Muitos moradores, por

necessitar deste recurso fundamental, improvisam formas de acesso e armazenamento de água, como o apresentado na fotografia a seguir.

As fotografias 10: destacam um pequeno cano improvisado para abastecimento de água, e a mesma para utilização doméstica como lavagem de roupas e limpeza da casa. Esta prática é muito comum nas residências para a captação de água do vizinho ou de poços artesianos ou mesmo dos igarapés.

Fotografia 10: Cano improvisado para abastecimento de água na área urbana

Fonte Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades (2016).

Esta cena expõe o problema de abastecimento de água, pois a tubulação colocada pelos próprios moradores não consegue atender à demanda de abastecimento. A fotografia 9 apresenta moradias precárias, em Ponta de Pedras, e a exposição da população ao risco de contrair doenças veiculadas à água poluída. Na maré baixa no igarapé, há presença de lixo, além de outros efluentes domésticos despejados no local. As fotografias 11 (a, b, c e d) evidenciam a vulnerabilidade dos moradores em ambientes de água poluída e a forte presença de lixo.

Fotografia 11: Moradias precárias e a exposição ao risco da população.

Fonte: Acervo Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

Nota: As Fotografias: (11a): Moradia em área alagada com grande quantidade de lixo; (11b): Palafitas sobre área de várzea com descarte de lixo; (11c): Moradia da área urbana com cano exposto de água; (11d): Palafitas sobre área de várzea na maré baixa

Apesar do Delta do Rio Amazonas possuir disponibilidade de água, constata-se que a região Norte apresenta um dos piores índices de acesso aos serviços de saneamento e por sua vez à água de qualidade. O Instituto Trata Brasil (2015) apresenta dados sobre o esgoto tratado, no Brasil:

Norte Apenas 16,42% do esgoto é tratado. A pior situação entre todas as regiões.

Nordeste Apenas 32,11% do esgoto é tratado.

Sudeste 47,39% do esgoto é tratado.

Sul 41,43% do esgoto é tratado.

Centro-Oeste 50,22% do esgoto é tratado.

4.1.1.1 Saneamento básico e abastecimento de água no município de Ponta de Pedras e sua interface com a saúde.

Constatou-se que a maioria (75%) da população entrevistada na área urbana afirmou ter acesso à água da Companhia de Saneamento Básico do Pará (COSANPA), unidade no Município em Ponta de Pedras, mas que não é tratada.

Cerca de menos de 10% dos moradores alegaram utilizar água do vizinho ou de poço artesanal.

Fotografia 12: Escritório da Cosanpa em Ponta de Pedras.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades– UNIVAP (2014).

GIATTI e CUTOLLO (2012, p. 105) consideram que:

os sistemas públicos de saneamento carecem de sustentabilidade econômica, estima-se ser difícil tarefa a implementação de cobrança por serviços, tais como de captação, tratamento e distribuição de água, sobretudo para populações com distintas formas de apropriação, uso e valoração de recursos naturais e ainda, diante de tão caudalosos cursos d'água. Em adição, também é necessário considerar que pequenas comunidades ribeirinhas e indígenas frequentemente não possuem uma economia formal e monetarizada, que possibilite custear sistemas de saneamento, sendo necessário encontrar meios de apropriação e gestão comunitária destas facilidades, uma vez que sejam implementadas.

A situação é diferente na área rural, onde 90% utilizam água do rio e 10% armazenam em galões, provenientes da cidade (gráfico 4).

Gráfico 4: Acesso à água, segundo relato dos sujeitos do estudo em Ponta de Pedras – 2016.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Nas entrevistas, os moradores reclamaram de constante falta d'água, por até três ou quatro dias na semana, o que justifica o empréstimo de água do vizinho, que também apresenta precariedade, contudo existe uma solidariedade entre os moradores locais. Muitos destes moradores armazenam a água de forma inadequada em suas residências, propiciando, muitas vezes, um ambiente favorável à proliferação de vetores como o *Aedes aegypt* da dengue. Na fotografia 13 encontram-se alguns exemplos da precariedade relatada, e ainda outros em relação ao armazenamento da água (fotografia 13), ambiente com água parada e com a presença de lixo (fotografias 14 e 15).

Fotografia 13: Área urbana de Ponta de Pedras e o armazenamento de água próximo ao banheiro.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2015).

Fotografia 14: Área urbana de Ponta de Pedras e a degradação do ambiente.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2015).

Fotografia 15: Área urbana de Ponta de Pedras e a degradação do ambiente.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2015).

A percepção sobre a qualidade da água pela população é ambígua, visto que, ao mesmo tempo em que descobriram a impureza e reconhecem a escassez da água e do saneamento básico, veem o rio e a floresta como recursos naturais essenciais de uso.

Apesar de acreditarem que a água é de boa qualidade, como demonstrado no gráfico 5, em relação ao tratamento da água, 76% alegam tratá-la para consumir pois não confiam em sua procedência. Na zona rural, 67% a tratam, alegando fazer este procedimento para cozinhar e beber. Contudo, os moradores rurais têm a percepção que o “rio é limpo”, pois comem peixes e camarão que vem deste ambiente.

Gráfico 5: Percepção da Qualidade e Tratamento da água (Urbano e Rural).

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

**** Nota:** Do total dos entrevistados sobre a percepção da qualidade da água ser boa ou ruim para consumo, 87% na zona rural alegaram ser de boa qualidade, comparada a 13% que acreditam ser ruim, devido ao uso do rio para navegação intensa e outras atividades, inclusive como sendo local de descarte do lixo doméstico e outros resíduos, o que compromete a qualidade da mesma. Na zona urbana 64% alegaram ser de boa qualidade para consumo, por acreditarem que a água recebe tratamento por parte da Cosanpa, e 26 % não confiam na qualidade da água alegaram ser ruim para consumo direto.

Muitos moradores da zona rural alegaram dificuldades relevantes no acesso à água e quanto maior a distância do urbano, pior é a realidade. Nas comunidades rurais, as moradias são distantes entre si, e a distribuição da água ocorre por meio de canoas (conhecidas por rabetas ou cascos). OLIVEIRA e SCHOR (2013a. p.220) destacam que:

O morador ribeirinho é móvel, sendo que qualquer que seja sua residência primária ele navega pelos interflúvios, das redes rurais e urbanas de acordo com as necessidades. As importâncias do meio de locomoção para as conexões são essenciais para o deslocamento do morador ribeirinho.

BERNARDES (2013, p.62), afirma que o grau de mobilidade urbano/rural é determinado por uma série de fatores, dentre eles a distância das comunidades da sede municipal e o poder econômico.

Considerando esta mobilidade local, inúmeros entrevistados afirmaram que utilizam esse modo de locomoção para adquirir água, em galões de plástico, na cidade, e a armazenam para consumir (beber e cozinhar). Antes de utilizar a água, alguns afirmaram, na zona urbana, “fervor” a água (3%), filtrar (16%) e também utilizam o hipoclorito de sódio (43%) na zona urbana e (72%) na zona rural (gráfico 6).

Gráfico 6: Como você trata a água para consumo?

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

O hipoclorito de sódio (concentração de 2,5%) é distribuído em frascos de 50 ml, mensalmente, e gratuitamente, pelo Ministério da Saúde (2006), por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Ponta de Pedras. Para os moradores das comunidades rurais, os agentes de saúde da família visitam as casas e levam o produto. Segundo instruções no rótulo, deve-se adicionar 2 gotas de solução de hipoclorito para cada litro de água, aguardar no mínimo 30 minutos antes de consumir, sendo os moradores responsáveis por esta ação. Nas entrevistas realizadas, muitos moradores declararam não fazer uso adequado deste produto,

disseram que altera o sabor da água, deixando o gosto ruim pelo resíduo de cloro, o que compromete a eficácia do tratamento e por sua vez do resultado.

FERREIRA, LUZ e BUSS (2016, p.768) ressaltam que a Fundação Nacional de Saúde (Ministério da Saúde/FUNASA, 2006) é a instituição responsável pelo saneamento e saúde ambiental dos municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes, incluindo áreas rurais, quilombos e ribeirinhos.

Quando perguntamos sobre as preocupações com as doenças, os moradores da zona rural responderam ter um índice preocupante de sintomas de virose. Entretanto, foram apenas duas famílias que fizeram o exame laboratorial e constataram doença parasitária (a moradora não soube descrever a doença). Moradores inferiram ter sintoma de “virose” em função da má qualidade da água consumida.

Há importante relação entre abastecimento de água e doenças. Para SAUNDERS (1983) as doenças estão relacionadas ao clima, geografia, cultura, hábitos de higiene, além das formas de despejos dos dejetos. Em Ponta de Pedras, as doenças de veiculação hídricas mais relatadas pelos moradores, a virose, com 12% na zona rural e urbana e diarreia, com 5% na urbana e 3% na rural. BARROS (1995) em seu trabalho sobre doenças relacionadas à água apresenta as mais comuns, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Doenças agrupadas, relacionadas com a qualidade da água.

Grupo de doenças	Formas de transmissão	Principais doenças	Formas de prevenção
Transmitidas pela via feco-oral. Consumo de água contaminada	O organismo patogênico (agente causador de doença) é ingerido.	Diarreias e disenterias; cólera; giardíase; amebíase; ascaridíase (lombriga).	Proteger e tratar águas de abastecimento e evitar uso de fontes contaminadas.
Controladas pela limpeza com a água (associadas ao abastecimento insuficiente de água)	A falta de água e a higiene pessoal insuficiente criam condições favoráveis para sua disseminação	Infecções na pele e nos olhos, como tracoma e o tifo relacionado com piolhos, e a escabiose.	Infecções na pele e nos olhos, como tracoma e o tifo relacionado com piolhos, e a escabiose.
Associadas à água (uma parte do ciclo da vida do agente infeccioso ocorre em um animal)	O patogênico penetra pela pele ou é ingerido.	Esquistossomose	Evitar o contato de pessoas com águas infectadas; - proteger mananciais

aquático)			
Transmitidas por vetores que se relacionam com a água	Transmitidas por vetores que se relacionam com a água	Malária; febre amarela; dengue; filariose (elefantíase).	Combater os insetos transmissores; - eliminar condições que possam favorecer criadouros.

Fonte: Adaptado de BARROS et al. (1995).

A higiene também é um fator fundamental. As fotografias 16 (a e b) mostram um ambiente de risco à saúde, e a moradora da fotografia 16 (b) que estava tomando banho com água no balde, estava grávida, exposta à possível transmissão de doenças.

Fotografia 16: Ambiente vulnerável à saúde.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2015).

Nota: A fotografia (a) mostra menino brincando em água contaminada do igarapé. A fotografia (b) mostra uma moradora gestante da área urbana banhando-se com a água do igarapé.

A pesquisa no município de Ponta de Pedras colocou em evidência que havia carência de infraestrutura, como rede elétrica, água encanada e rede de esgoto, e que sua disponibilidade não abrange todos os setores da zona urbana e rural. Na zona urbana os bairros tiveram processo de ocupação em períodos diferenciados, por sua vez, os investimentos públicos foram implementados em diversas etapas. COSTA et al (2010), em pesquisa realizada sobre a infraestrutura urbana, mostraram que:

Em 2010 apresentou 100% dos domicílios no perímetro urbano que possuíam eletricidade, apesar dos moradores reclamarem que havia corte de luz, periodicamente, considerando que o abastecimento ocorria por gerador; 88% possuíam água encanada, sendo que os moradores apontavam como precário o abastecimento e apenas 12% dos domicílios estavam conectados à rede de esgoto, não existindo tratamento dos efluentes domésticos, os quais eram despejados, *in natura*, nos rios e igarapés.

4.1.1.2 Esgoto e contaminação dos recursos hídricos

Quanto ao despejo do esgoto, a prática mais comum é o descarte no igarapé, contaminando o rio e o manancial. Na área urbana, 43% dos moradores têm essa prática, e na área rural 82,6%, justificável pela ausência de qualquer sistema de coleta de esgoto, à exceção das fossas. A fossa séptica é a segunda opção de descarte do esgoto para 32% dos domicílios da área urbana, sobretudo, para moradores de terra firme (gráfico 7). Ao serem perguntados como construíram as fossas sépticas e se tiveram alguma orientação, responderam que construíram por iniciativa própria com o auxílio de parentes e vizinhos.

O descarte do esgoto no igarapé leva diretamente ao rio, onde os moradores lavam roupas, usam a água para a limpeza da casa, pescam, as crianças tomam banho, entre outras atividades cotidianas.

Gráfico 7: Descarte do esgoto.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Quanto à destinação do lixo, na zona urbana 21% queimam os resíduos, alegando que a prefeitura não os recolhe conforme deveria. Na zona rural, a queima é realizada por 98% dos entrevistados que, alegam ser melhor que jogar no rio (gráfico 8).

Gráfico 8: Destino de lixo.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Os moradores alegaram que é comum a presença de animais mortos na água, além de objetos domésticos, como sofás, madeiras, cadeiras quebradas, dejetos e lixo, que contaminam a água. Os moradores possuem uma percepção ambiental sobre o lugar onde moram (TUAN, 1980). Há problemas ambientais oriundos do descarte irregular do lixo no Município, em uma área de preservação ambiental, formando um lixão²⁷ a céu aberto, como mostram as fotografias 17 e 18, comprometendo o ambiente e, contrariando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010).

²⁷Lixões são a forma de destinação final do lixo que deve ser mais evitada, pois nesta modalidade não há tratamento prévio do solo nem tratamento do chorume produzido, ocorrendo contaminação do solo. Neste sistema, o mau cheiro, o impacto visual e a proliferação de insetos e animais são minimizados, porém assim como nos lixões, aqui não ocorre a impermeabilização da base nem o tratamento do efluente líquido produzido (chorume). O prazo para o fim dos lixões terminou em agosto de 2014, de acordo com estimativas do Ministério do Meio Ambiente, 59% dos municípios brasileiros ainda dispõem seus resíduos em lixões ou aterros controlados.

Fotografia 17: Descarte de lixo em terreno de preservação ambiental em Ponta de Pedras.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades - UNIVAP (2015).

Fotografia 18: A formação de um lixão em terreno de preservação ambiental com presença de chorume em Ponta de Pedras.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades - UNIVAP (2015).

Nas respostas obtidas em campo, os entrevistados, apesar de descartarem a maior parte de seu lixo no ambiente, percebem que o poluem e colocam a responsabilidade no poder público que não dispõe de coleta de lixo adequada para as residências. Em pesquisa realizada sobre a percepção ambiental de algumas comunidades rurais de Ponta de Pedras, entre elas a do Marajó-Açu, OLIVEIRA (2015, p.43-44) constatou que:

o rio Marajó-Açu antes importante fonte de água para pesca e consumo para afazeres domésticos, perdeu esta característica devido a quantidade de despejos e lixo descartado no local, bem como moradores que utilizam a água para limpeza dos motores dos barcos, o que contamina também por derivados de petróleo. Outro fator também constatado é a redução da mata ciliar dos rios, diminuindo a vegetação conhecida como aningas, da espécie das Araceae, que está relacionada à diminuição dos peixes e crustáceos como camarão na região.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS),²⁸ aprovada pela Lei Federal 12.305/08/2010, que entrou em vigor em 2014, destaca que em 2% das cidades da Região Norte, incluindo o município de Ponta de Pedras, não existe coleta de lixo. Apesar da população cobrar este serviço público, a pesquisa campo mostrou que a destinação final é inadequada (fotografias 17 e 18). Verificou-se leniência do poder público, que alega motivos econômicos, e atitudes inadequadas de alguns moradores, que justificam que o local da moradia é distante do local de descarte do lixo²⁹. Isto gera um ambiente bastante insalubre no município, que não é exceção no cenário brasileiro.

Dados do IBGE (2014) e da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) confirmam que:

Em 2003 a 2014 a geração de lixo no Brasil apresentou um aumento de 29%, segundo o levantamento divulgado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). A taxa é cinco vezes maior que o crescimento populacional no período, que foi de

²⁸Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis...{...}.

²⁹A Lei no 12.305/2010 define, em seu Artigo 3º, a destinação final ambientalmente adequada, que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos (PNRS 2010).

6%. Ainda segundo o levantamento, apenas 58,4% dos resíduos foram destinados para os aterros sanitários, o restante teve como destino os lixões e aterros controlados, locais considerados inadequados por oferecerem riscos ao meio ambiente e à saúde (IBGE, 2010).

A coleta de lixo é um fator importante na melhora da qualidade ambiental, e evita efeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente, em especial da população ribeirinha.

4.1.1.3 Eletricidade e o acesso à informação

O acesso à energia elétrica é quase que pleno, conforme dados do gráfico 9, que mostram que, na área urbana, 99% dos domicílios possuem energia elétrica; na área rural 90%. Os moradores relataram acesso à energia elétrica por meio do programa do Governo Federal “Luz Para Todos”, que democratizou o acesso à energia no município a partir de 2009, o que representou uma melhora nas condições de vida.

Gráfico 9: Residências com eletricidade.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Estes dados coletados durante o trabalho de campo aproximam-se dos disponibilizados pelo Censo IBGE (2010). Muitos moradores da zona rural

disseram que esta conquista de acesso à energia elétrica, nas casas mais distantes da beira do rio, é recente, mas era uma demanda antiga da população. Também se questionou qual o tipo de energia utilizada na residência, verificando-se predomina o acesso à rede elétrica na zona urbana, e, na zona rural o gerador e lampião.

Os 13% dos moradores na zona rural que não têm acesso à energia elétrica, utilizam sistema de lampião à base de óleo diesel ou gasolina, comprado na área urbana³⁰, assim como o fazem os outros 87% que utilizam gerador, acionado com o mesmo combustível. Muitos moradores disseram que o valor do combustível subiu muito e não havia fiscalização quanto à procedência e ao preço. As comunidades rurais utilizam diesel para ativar a energia e aproveitam as horas de funcionamento para fazer gelo no freezer, para condicionar os alimentos, e assistir TV ou ouvir rádio.

Em campo, observamos a logística da população ribeirinha para compra deste combustível e sua utilização, conforme demonstra trecho da entrevista de um morador, feita em campo, em janeiro de 2016:

(...) Olha professora: compramos em média 6 litros/semana de combustível e armazenamos em galões, aí conseguimos ir até a cidade. Cada litro eu pago R\$ 3,90 lá em Ponta. Se eu comprar ali no vizinho da comunidade que trás e guarda em casa para revender, ele cobra de R\$ 4,80 a R\$ 5,00. (...)

Oia, a gente faz assim, quem tem freezer em casa, na hora que abastecermos o gerador com combustível sempre à tarde ou começo da noite. Porque ligamos a TV, eu assisto normalmente notícia e depois ligo o rádio, mas a mulher e as crianças gostam de assistir, a tal da novela. Ligamos o freezer junto e botamos no último, desta forma, ele congela e dura até o dia seguinte, senão ficar abrindo muito. Desta maneira professora, congelamos peixe, carne, galinha, e água para conservar (...). (Entrevista disponível, na íntegra, no ANEXO).

4.2 O URBANO E O RURAL

As informações coletadas por meio dos questionários mostram que os moradores têm uma percepção positiva do município e a infraestrutura existente beneficia os moradores de forma bastante diferenciada, em especial o acesso à equipamentos públicos e aos bens e serviços. A chegada de novos serviços à

³⁰Em julho de 2017, o preço da gasolina, por litro, variava entre (R\$, 3,50 a R\$ 4,90).

cidade, entre eles lojas de conserto de aparelhos celulares, instalação de uma lotérica em 2012, caixa eletrônico da agência Bradesco, Agência do Banpará³¹ e uma Central de Distribuição de Energia Elétrica, trouxe uma perspectiva de melhora em prestação de serviços. Também ocorreu instalação de cabos submarinos, conectando Tucuruí ao Marajó³², a partir de um projeto de desenvolvimento para a região marajoara com grande apoio do governo do Estado e da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM). Desta forma há um grande atrativo da população moradora da zona rural que prefere querer morar no urbano, em especial os jovens. Desta forma, há um grande número de famílias ribeirinhas que migraram das áreas rurais para a área urbana, apesar da população relativamente ainda ser maior na área rural, conforme relatado no capítulo de caracterização da área de estudo. Ao chegar de barco no município avistamos uma placa de boas-vindas, sabemos que o trapiche está perto.

Fotografia 19: Entrada de sinalização do Município de Ponta de Pedras

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades - UNIVAP (2017).

31 A população do município de Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó, vai está desfrutando dos serviços oferecidos pela nova agência do Banco do Estado do Pará (Banpará). Esta é a décima agência a ser inaugurada no Marajó, sendo o início da inclusão do município na economia paraense. “Esse serviço social que o Banpará presta à população é resultado de todo um trabalho de saneamento dessa instituição bancária”. Antigamente, a população do Marajó vivia isolada e não podia nem receber nem fazer remessa de recursos. (AMAM 2017).

³²Esse projeto foi aguardado pela população marajoara há mais de 10 anos.

Fotografia 20: Inúmeras formas de ocupação do espaço urbano.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

Nota: As fotografias 20 (a). e 20(b), representam um desmatamento realizado pelo futuro morador para a construção da casa de alvenaria em área de várzea. As fotografias 20(c), 20(d), 20(e), são ruas de madeira, “construídas” pelo poder público local (chamadas de ponte ou passarela), muitas estão em estado precário, como já mencionado. Estas ruas são vias de acesso para o centro da cidade e permitem aos moradores se deslocarem, a pé ou de bicicletas e motos. As fotografias 20(f). e 20(g). Primeiras lojas de conserto de celulares. A fotografia 20(f) é a delegacia local. 20(g). Agência bancária do Bradesco para o município. 20(h). Apresenta o pescador e a venda de peixe no trapiche da entrada da cidade, onde ocorrem as negociações de vendas do pescado e outras mercadorias. 20(i) Apresenta a loja de conserto de celulares.

O trapiche foi reformado em 2012, e a área próxima, um aterro que estava em reforma há 10 anos, foi recentemente entregue à população, em 2016, com o auxílio do governo do Estado (fotografia 21 – Área nova). O trapiche (porto) dá acesso à cidade, sendo a entrada e saída de moradores e visitantes, além de um local de turismo, comércio e lazer. Durante as férias escolares e festas comemorativas municipais, torna-se um ponto de encontro cultural, com atrações musicais locais, concentrando a maioria dos jovens, visto que atividades culturais são escassas.

Fotografia 21: Área do Pier de Ponta de Pedras.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016)

4.2.1 RENDA

Em relação à renda familiar, grande parte da população urbana apresenta uma renda média familiar de 1 a 3 salários mínimos, e no rural predomina a renda de até 1 salário mínimo (gráfico 10).

Gráfico 10: Renda Média Salarial Familiar.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

A maior renda na área urbana se dá em função da possibilidade do morador desenvolver diversas atividades, como no caso de autônomos e pequenos serviços, entre eles “bicos”. Os dados apresentados pela pesquisa de campo não diferem muito dos da análise do IBGE (2010)³³. Atualmente são 1.509 pessoas ocupadas no mercado de trabalho, o que representa 5,2% da população economicamente ativa.

Segundo relatos dos moradores, para ajudar no orçamento doméstico, alguns aposentados e funcionários públicos realizam atividades extras. O município não tem uma oferta de emprego que possa atender à demanda por trabalho, sendo

³³ Em 2015, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 5.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 110 de 144 e 103 de 144, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3666 de 5570 e 5082 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 54% da população nessas condições, o que o colocava na posição 30 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 628 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2010).

assim, a informalidade é muito presente, o que dificulta a absorção da mão-de-obra, em especial os jovens.

O gráfico 11 apresenta o perfil etário dos entrevistados com emprego formal e informal no município de acordo com a pesquisa de campo. Trata-se de uma população jovem e que pode se inserir no mercado de trabalho, se houver atividade econômica.

Gráfico 11: Perfil etário dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Muitos respondentes alegaram que no município não há oferta de emprego, os poucos postos formais de trabalho já possuem seus empregados fixos. Contudo, para COSTA e BRONDIZIO (2011, p.211) essas pequenas cidades cumprem um papel importante, principalmente na oferta de empregos e serviços. A informalidade predomina igualmente em outras pequenas cidades da região amazônica.

A perspectiva de arrumar um emprego formal é baixa no Município, devido a condições estruturais e à conjuntura econômica do país, que interfere no desenvolvimento econômico dos estados e dos municípios em geral. Sendo assim, grande parte dos habitantes tornaram-se dependentes de recursos repassados pelo governo federal, para atender as suas necessidades. Os programas de transferência de renda e as aposentadorias têm um papel na atenuação da pobreza local.

O baixo nível de emprego também está relacionado ao nível de escolaridade. BUSS (2000, p.10) considera que no “Brasil e outros países da América Latina, a péssima distribuição de renda, o analfabetismo e o baixo grau de escolaridade, assim como as condições precárias de habitação e ambiente, têm um papel muito importante nas condições de vida e saúde”.

A tabela 3 apresenta a escolaridade da população entrevistada na área urbana onde 14%, e na zona rural 13% são analfabetos. Em relação ao Ensino Fundamental I Incompleto, 26 % dos entrevistados no urbano não o concluíram, e na zona rural, 24%. Na rural, os moradores alegaram a necessidade de ajudar a família no trabalho com as atividades do açaí e da pesca. Outro dado importante é que 28% da população não concluiu o Ensino Fundamental II (5ª ao 9º) pelo mesmo motivo citado, além da ausência de oferta deste nível de escolaridade próximo às moradias. A Secretaria Municipal de Educação alega não ter como custear a estrutura de escolas em todas as comunidades rurais, segundo alguns professores entrevistados e pais de alunos. Na área urbana, 22% concluíram o Ensino Médio (1º ao 4º ano), e nas comunidades rurais apenas 4% finalizaram esses estudos, e precisaram migrar para a zona urbana para a casa de parentes (fotografia 23).

Tabela 3: Nível de Escolaridade do chefe de família entrevistado.

Nível de Escolaridade		Urbano (%)	Rural (%)
Analfabeto		14	13
Ensino Fundamental I	Incompleto	26	24
	Completo	6	12
Ensino Fundamental II	Incompleto	10	28
	Completo	3	9
Ensino Médio	Incompleto	13	9
	Completo	22	4
Superior	Incompleto	2	0
	Completo	4	1

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Para cursar o Ensino Médio, os alunos afirmam ser necessário se deslocar até a cidade de Ponta de Pedras, e muitos não têm recursos econômicos para esta viagem diária, (fotografia 21).

Fotografia 22: Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zona Rural.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

Um aspecto a ser ressaltado são as condições das escolas. Muitas vezes, as aulas acontecem em residências e salões comunitários improvisados, para atender a um número excessivo de alunos, sem ventilação adequada, o que pode interferir nas condições de aprendizado do estudante (fotografia 24).

Fotografia 23: Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

Na zona urbana há um número maior de escolas, presentes em alguns bairros, ainda que os moradores reclamem que não atendem à demanda. Dados do Relatório Analítico do Território do Marajó (2012) e IBGE (2010) informam que o Município possuiu 64 unidades escolares de Ensino Fundamental, 2 unidades de Ensino Médio e 55 unidades de Ensino Infantil. No trabalho realizado em campo, os moradores reclamaram da pequena quantidade de unidades escolares para o Ensino Médio, alegaram que os jovens que moram em áreas muito distantes da cidade não conseguem estudar devido ao escasso número de vagas disponíveis. Também relataram que não há creche no Município, o que dificulta muitas mães a trabalharem. Na fotografia 25 observa-se uma creche ainda em construção, desde 2011, no conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida.

Fotografia 24: Construção da primeira creche infantil em Ponta de Pedras.

Fonte: Acervo do laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2014)

Em visita a campo, em 2016, a obra da creche estava na mesma condição da fotografia, sem previsão de término, apesar da placa indicar finalização da obra para novembro/2014. Para MENDES et al. (2008, p.3-4), “pensar a educação no contexto ribeirinho amazônico é tentar estabelecer uma relação desta com a realidade que circunda o aluno, pois este contexto se constitui como lócus de desenvolvimento diferenciado, que pouco se tem conhecimento na literatura”. Por

uma série de razões, entre elas a falta de recursos públicos, estes e outros projetos do Município não saíram do papel ou muitas vezes as obras são iniciadas e não terminadas, o que gera prejuízo aos cofres públicos e à população que espera melhorias nas condições de vida, com novos equipamentos públicos.

4.2.1.1 BENEFÍCIOS SOCIAIS

Como em outros Municípios do Brasil, em Ponta de Pedras observa-se dependência da população dos benefícios sociais do governo federal, como Bolsa Família e Seguro Defeso. Os entrevistados relataram que os benefícios recebidos são de grande auxílio no orçamento doméstico (gráfico 12), contribuem para a economia local e para o acesso a bens de consumo, como celulares, eletrodomésticos e demais gastos domésticos.

Gráfico 12: Benefícios sociais recebidos por chefes de família entrevistados.

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pela Autora (2016)

4.2.1.2 Bolsa Família

No município de Ponta de Pedras, verifica-se nos dados coletados que 55% dos moradores da área urbana recebem este benefício e 51% na área rural, associados a outro benefício como o Seguro Defeso. Destaca-se que, além de

Bolsa Família, Seguro Defeso, Aposentadorias e Pensões, os moradores relataram possuir outras fontes de renda, conforme representa a (tabela 4).

Tabela 4: Outras fontes de renda, declaradas pelos chefes de família.

Atividade ocupacional	URBANA (%)	RURAL (%)
Não possuem outra renda	57,8	7,4
Vendedor	18,8	0,0
Vendedor de Açaí	11,3	89,8
Costureira	0,9	0,0
Comerciante Venda/Mercearia	5,9	0,0
Doméstica	0,3	0,0
Vendedora Avon, Natura, Jequiti	1,3	0,0
Manicure	0,3	0,0
Funcionário Público	3,1	0,0

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pela Autora (2016).

Os dados da tabela 4 apresentam que 57,8% dos chefes de família, na zona urbana, não recebem nenhuma outra renda, apenas os benefícios sociais do governo, e 7,4% na zona rural. A representatividade dos trabalhadores com açaí na zona rural indica que o produto representa a principal fonte de renda local. Contudo muitos declaram receber o Seguro Defeso por trabalharem com a pesca.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em outubro de 2003, é o principal programa de transferência de renda do governo federal. Ele unificou outros programas de transferência de renda condicionados, como o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação, bem como outros programas de transferência de renda sem condicionais: Auxílio Gás e Cartão-Alimentação do Fome Zero. Administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (2017), trata da transferência direta de renda, que beneficia famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 77,00 setenta e sete reais, por membro da família) ou pobres (com renda mensal de R\$ 85,01 a R\$ 170,00 por pessoa da família). MARTINS (2015), explica que:

Os benefícios variam de acordo com a renda familiar *per capita* e com a composição do domicílio. Famílias com renda de até R\$ 77,00 (setenta e sete reais) por pessoa; a R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) por pessoa, considerando, inclusive, os valores dos benefícios do Programa Bolsa Família e que possuam em sua composição crianças de 0 a 6 anos de idade. Famílias com renda de R\$ 77,01 (setenta e sete reais e um centavo) a R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) por pessoa, que possuam em sua composição gestantes, nutrizes, crianças de 0 a 12 anos

e adolescentes até 15 anos. Famílias com renda de R\$ 0.00 (zero) a R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) por pessoa, que possuam em sua composição adolescentes de 16 e 17 anos (MARTINS, 2015).

A partir do Cadastro Único do Governo Federal e de uma análise socioeconômica, realizada por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município³⁴, as famílias que atendem aos critérios estabelecidos são contempladas. Estes critérios são renda per capita, quantidade de filhos, gestantes e, quando as famílias são beneficiadas, é necessário cumprir critérios condicionantes, no setor da educação, saúde e assistência social, conforme demonstra o quadro 3.

Quadro 3: Condicionantes para ingresso no Bolsa Família, segundo Ministério do Desenvolvimento Social, 2017.

Esses compromissos são condicionalidades:
Crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura.
Gestantes precisam fazer o pré-natal.
Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês.
Jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

Fonte: Adaptado de: Ministério do Desenvolvimento Social (2017).

Em Ponta de Pedras, dados do relatório Bolsa Família e Cadastro Único no Município (2017) mostra que há 4.524 famílias beneficiadas com o Programa, atualmente, o que equivale a, aproximadamente, 49% do total de famílias do Município. Destas famílias que fazem parte do programa, 1.977 famílias, se não tivessem o benefício, estariam em condição de extrema pobreza, por não terem nenhuma outra fonte de renda. O Bolsa Família representa uma das fontes de renda para muitas famílias, que vivem em inúmeras pequenas cidades da região da Amazônia Legal Brasileira. Segundo dados do Governo Federal, em 2016, aproximadamente 59% das famílias dos municípios da Amazônia Legal eram beneficiados pelo Programa, representando uma fonte importante de renda para

³⁴ O pagamento do Bolsa Família é operado pela instituição financeira Caixa Econômica Federal (CAIXA), que é responsável pela emissão e entrega dos cartões e pelo atendimento aos beneficiários em seus canais de pagamento: agências, correspondentes lotéricos e correspondentes CAIXA, (MDSA, 2017).

essas famílias. Do total dos que recebem benefícios, 48 famílias (15%) dos entrevistados possuem o Bolsa Família como único benefício do governo federal. E, desse total, 25 famílias (8%) dos entrevistados, possuem como única fonte de renda o Bolsa Família, não tendo emprego formal ou outros rendimentos.

Na área urbana ressalta-se que 18%, das famílias entrevistadas e, na área rural 6%, afirmaram que não recebiam nenhum tipo de benefício, ou seja, viviam sob uma condição de pobreza extrema, sem nenhuma outra fonte de renda. Para as famílias isto impacta de forma direta nos condicionantes de saúde, entre eles, a alimentação. Para a população rural, esta realidade tem um impacto menor, visto que, nas entrevistas, os moradores disseram que podem plantar e colher frutos, hortaliças e açaí, além da pesca, o que lhes garante a alimentação com o mínimo teor calórico. Afirmaram que trocam produtos, entre os alimentos colhidos, peixe ou açaí, por arroz, feijão, farinha. Esta prática ocorre com alguns pequenos comerciantes próximos ou com familiares que residem na área urbana.

4.2.1.2.1 Seguro Defeso: a interface entre a preservação da natureza e a necessidade do pescador e das famílias ribeirinhas

A criação do Seguro Defeso foi motivada a partir das preocupações com a preservação ambiental, associada às comunidades tradicionais de pescadores ribeirinhos. O benefício³⁵ dispõe sobre a concessão do Seguro Defeso durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Este benefício social surgiu a partir de uma decisão judicial, segundo LOURENÇO et al. (2006):

Define-se que para incluir os trabalhadores rurais no sistema da previdência social, e ocorreu com a promulgação da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1991, que incluiu os pescadores artesanais entre os seguradores especiais, para aqueles que fazem da pesca sua profissão habitual ou principal meio de vida. Também incluem como os segurados especiais, o cônjuge e filhos maiores de 16 anos de idade, desde que comprovem o

³⁵Também conhecido como “seguro-defeso”, o seguro-desemprego do pescador artesanal é uma assistência financeira temporária, concedida aos pescadores profissionais artesanais que, durante o período de “defeso”, são obrigados a paralisar a sua atividade para preservação da espécie. Para ter direito, o pescador deve comprovar que exerce a pesca de maneira ininterrupta, seja sozinho ou em regime de economia familiar.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm

exercício da atividade. Este benefício da equiparação dos direitos aos trabalhadores rurais e aos dos trabalhadores urbanos. Esta decisão foi obtida a partir da Constituição Federal de 1988, na qual os pescadores artesanais conquistaram avanços, no que tange aos direitos sociais e políticos, e quando as colônias de pescadores conquistaram por meio do artigo 8º, foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical (LOURENÇO, HENKEL e MANESCHY, 2006, p14-16).

A legislação concede aos pescadores um salário mínimo a cada mês em que eles estejam impedidos legalmente de exercer a atividade da pesca no momento de reprodução das espécies de peixes. Isto garante uma remuneração durante o período da impossibilidade da pesca. Esta paralisação, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), é a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação, a reprodução ou o recrutamento, de acordo com as particularidades das espécies e das regiões do país.

A análise feita por PEREIRA e MOTA (2012), sobre o Seguro Defeso, permite compreender as dificuldades enfrentadas por pescadores, ao precisarem se inserir neste benefício social, por meio das Colônias dos Pescadores ou Associação dos Pescadores. Os autores ressaltam o desafio em lidar com estes “intermediários”, entre o pescador ribeirinho e o poder público, que gerencia essa política social. Nota-se que os pescadores não possuem o conhecimento de como ocorre o processo de cadastramento e inserção no sistema. Assim como em Ponta de Pedras, outros pequenos municípios sofrem com a falta de transparência na implantação dessa política pública.

Em relação ao recebimento desse benefício, os dados de campo mostram que 51% dos entrevistados na zona urbana recebem, e na zona rural 76%. Para receber este benefício, o pescador se cadastra na Colônia dos Pescadores ou Associação e aguarda a análise do órgão responsável.

MAIA (2009, p.4) afirma que a falta de controle, por parte do poder público, sobre os recursos pesqueiros, é a principal causa de impacto que esta política social tem sobre este recurso e sobre o local de vivência dos pescadores. Para os moradores rurais observa-se que não há sobreposição de benefícios, ou seja, aqueles que recebem Seguro Defeso, não recebem Bolsa Família. Em

contraposição, na área urbana, 40% dos entrevistados recebem ambos os benefícios sociais, o Bolsa Família e o Segura Defeso.

Os pescadores rurais que recebem o benefício se deslocam, para a cidade, em Ponta de Pedras, outros preferem se deslocar até Belém, e justificam que aproveitam para comprar mercadorias, ir ao médico, visitar alguns parentes e outras atividades. De acordo com COLOMBARI e COSTA (2012, p.4) 64% dos deslocamentos das famílias da comunidade ribeirinha de Fortaleza para a cidade de Ponta de Pedras, são motivados por compras de alimentos para a família, 45% para comércio e 15% para venda de produtos de pesca, frutas ou produção de açaí.

As comunidades ribeirinhas (conhecidas como rural), que se localizam mais próximas da área urbana de Ponta de Pedras, têm uma facilidade maior de deslocamento devido às “caronas” que sempre conseguem, em barcos de venda/compra de açaí, e outras mercadorias (fotografias 26 e 27) e utilizam pequenos barcos, “rabetas ou cascos³⁶”, o que favorece economicamente. Para OLIVEIRA e SCHOR (2013, p.221), o ribeirinho move-se pela floresta e pelos rios e com ele movem-se hábitos e cultura.

As cidades são pólos de atração por diversos serviços, dentre os quais se destacam os de saúde.

³⁶“Rabetas ou Cascos” são pequenas embarcações em madeira utilizada, pelos moradores ribeirinhos para se deslocarem ao longo do rio, por ser um meio de transporte fácil e mais econômico.

Fotografia 25: Barco de açaí e mercadorias em geral como frutas típicas da região e peixes, píer de Ponta de Pedras.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

Fotografia 26: Fotografia da Rabeta ou Casco (pequeno barco) no rio Marajó Açú.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

As relações entre a população rural e urbana, nas últimas quatro décadas, tem se intensificado, por meio das conexões de redes e fluxos econômicos. Em pesquisa realizada por COSTA et al. (2009) constatou-se que:

Estas relações são cada vez mais constantes, além de fortalecerem os vínculos familiares, também se expressam na geração de renda, estabelecidas com a troca dos produtos da floresta com as mercadorias vendidas na cidade. Esta mesma pesquisa verificou que 72% das famílias moradoras na cidade pontapedrense mantém relações com parentes que residem em comunidades ribeirinhas, sendo que 18% dessas relações se dão com a Comunidade Fortaleza.

Alguns pequenos comerciantes locais alegam fuga de capital do Seguro Defeso e do Bolsa Família para Belém. Os comerciantes relataram que o poder público deveria fazer benfeitorias na cidade, para que as pessoas não precisassem ir até Belém. Contudo, muitos expuseram utilizar o benefício para compras de alimentos e produtos de pesca, além de materiais para manutenção do barco, como corda, linha para a rede entre outros objetos necessários. A possibilidade do Seguro Defeso é de grande valia para todos os beneficiados, em especial nas localidades onde o número de famílias de baixa renda é expressivo, como no caso da população em estudo.

Outro rendimento importante, que agrega renda a muitas famílias é a aposentadoria, uma fonte de renda fixa, que compõe a economia. Da área urbana, contempla 22% das famílias, e da rural 18%. Das famílias entrevistadas, 40% na zona urbana e 52% na zona rural, possuem predominância do seguro-defeso, característico da população que reside na área rural devido à pesca, seguido do Bolsa Família.

Ao considerarmos os dados da renda de forma cruzada³⁷ notamos que muitos moradores da área rural alegam ter mais de uma fonte de renda, relacionada com a produção e comercialização do açaí. Na área rural são 89,8% e na área urbana 11,3%, sobre o total dos entrevistados.

O açaí é uma importante fonte de renda, para os moradores rurais. Sua economia será descrita no capítulo a seguir.

³⁷ O banco de dados, criado a partir da aplicação dos formulários possibilita estabelecer análises de dados correlacionados.

CAPITULO V

O AÇAÍ

5.1 AÇAÍ: DO PALADAR E COMERCIALIZAÇÃO LOCAL PARA O NACIONAL E O GLOBAL

O açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) tem ganho destaque na culinária nacional e internacional e entrou para o circuito de comercialização global. Segundo AZEVEDO e KATO (2015, p.3-4), a produção de açaí é um dos principais componentes de renda e de consumo da população ribeirinha do estado do Pará, tendo o palmito como subproduto. Também conhecido por açaí-do-Pará, açaí-do-Baixo Amazonas, açaí-de-touceira, açaí-de-planta e açaí verdadeiro, dispõe de inúmeras finalidades de uso³⁸ (OLIVEIRA, 2007). A produção do açaí se desenvolve melhor em áreas alagadas, de várzea (fotografia 28) durante os períodos chuvosos da Região. Na classificação brasileira, o açazal é:

Vegetação com influência fluvial (comunidades aluviais) trata-se de comunidades vegetais das planícies aluviais que refletem os efeitos das cheias dos rios nas épocas chuvosas, ou, então, das depressões alagáveis, todos os anos. Nestes terrenos aluviais, conforme a quantidade de água empoçada e ainda o tempo que ela permanece na área, as comunidades vegetais vão desde a pantanosa criptofítica (hidrófitos), até os terraços alagáveis temporariamente de terófitos, geófitos e caméfitos, onde, em muitas áreas, as Arecaceae dos gêneros *Euterpe* e *Mauritia* se agregam, constituindo o açazal e o buritizal da Região Norte do Brasil (IBGE, 2012).

³⁸O açazeiro é nativo da Amazônia brasileira e o Estado do Pará é o principal centro de dispersão natural dessa palmácea (BRANDÃO et. al, 2015). É utilizado como planta ornamental (paisagismo); na construção rústica (de casas e pontes); como médica (vermífugo e anti-diarreico); na produção de celulose (papel Kraft); na alimentação (polpa processada e palmito); na confecção de biojóias (colares, pulseiras etc.); ração animal; adubo; etc. Contudo, sua importância econômica, social e cultural está centrada na produção de frutos e palmito (OLIVEIRA, 2007).

Fotografia 27: Açaizal³⁹ em Ponta de Pedras, típica vegetação deste ambiente fitográfico.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2015).

Nota: A foto 28 (a) é uma plantação de açaizeiro na zona rural de Ponta de Pedras, a foto 28 (b) detalhe da produção na várzea, e a foto 28 (c) detalhe do açaizal próximo ao rio Marajó-Açú.

A demanda crescente pelo consumo da fruta, que faz parte da base alimentar da população ribeirinha e cabocla, em especial no Estuário do Rio Amazonas, se deu por ter caído em gosto popular e de grandes chefes da cozinha

³⁹ O fruto do açaizeiro é bastante perecível, resiste de 36 a 48 horas sem refrigeração, sendo recomendável que seja despulpado em até 24 horas após a colheita, principalmente quando estocado em temperatura ambiente (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – Conab, 2015, p11)

nacional e internacional, sendo exportado para vários estados e países. A partir da década 1990, com o aumento da pressão internacional para a preservação da Amazônia, os produtos florestais não-madeireiros ganharam importância como alternativa para evitar desmatamentos e queimadas (TAVARES e HOMMA, 2015). O elo entre a globalização e a alimentação, para LISBOA e SIMONIAN (2010, p.9-10), ocorreu graças ao intercâmbio entre produtos dos diferentes continentes, alterando a dieta e cultura alimentar em todo o mundo.

A exportação e comercialização do açaí têm aumentado a cada safra, sendo compreensível com o advento da globalização e de novas tecnologias de processamento. Com isso destacam-se os estados e municípios produtores de açaí, como elos de comércio nacional e global.

Para 2014, estima-se em 50 mil toneladas de polpa comercializados para outros estados, 5 mil a 6 mil toneladas são exportadas para 31 países, com dominância dos Estados Unidos⁴⁰ e Japão (TAVARES e HOMMA, 2015, p.1-2)

O principal mercado importador do produto é os Estados Unidos e Japão, destino da maior parte dessa exportação brasileira, cerca de 80% do total. E os outros 20% são comprados pela Alemanha, Bélgica, Reino Unido, Angola, Austrália, Canadá, Chile, China, Cingapura, Emirados Árabes, França, Israel, Nova Zelândia, Peru, Porto Rico, Portugal e Taiwan, (BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2015).

Dados da tabela 6 apresentam o mercado de exportação do açaí, que, em 2012, corresponderam a mais de US\$ 17 milhões de dólares. Em 2013, o mercado sofreu uma leve queda, mas há uma tendência de aumento da quantidade exportada (Tabela 5).

⁴⁰O grande avanço no mercado exterior se deve a um grupo de empresários americanos de uma empresa específica, que estiveram no Brasil no final dos anos noventa e conheceram a fruta, decidindo exportar para seu país a polpa de açaí. Hoje, o principal produto desta empresa é o açaí, ressaltando em seu marketing os principais benefícios que a fruta traz à saúde (TAVARES e HOMMA, 2015).

Tabela 5: Destino da exportação de polpa do açaí no Estado do Pará, porcentagem, valor e preço.

ANO	Estados Unidos			Japão			Outros Países	
	Quantidade (%)	Preço (US\$/t)	Valor (US\$)	Quantidade (%)	Preço (US\$/t)	Valor (US\$ 1,000)	Quantidade (%)	Valor (US\$ 1,000)
2012	84,65	2.667	13.688	10,12	3.947	2.423	5,23	1.187
2013	54,93	2.893	7.246	37,50	4.616	7.890	7,57	1.246
2014	48,77	3.489	8.361	41,66	5.790	12.023	9,57	2.140

Fonte: Adaptado de: TAVARES e HOMMA (2015). Outros Países: Abu Dhabi, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Estônia, França, Holanda, Inglaterra, Israel, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Porto Rico, Portugal, República Tcheca, Rússia, Singapura, Suécia, Suíça, Taiwan, Uruguai.

O açaí, ao conquistar a preferência dos consumidores de outros países, se tornando um produto global, o que fez com que o menor município da Amazônia, com produção expressiva, fosse incluído no contexto da globalização. Estudos do SEBRAE confirmam que muito se aproveita do açaizeiro:

Não é só a polpa de açaí que garante renda aos ribeirinhos. O palmito, que fica na parte mais alta do açaizeiro, é retirado ao fim da safra e vendido às empresas locais. O produto não é muito consumido no estado, mas é revendido a regiões como Belo Horizonte, São Paulo e Vitória. Também é possível extrair o óleo do açaí, e os caroços podem ser utilizados para a produção de fitoterápicos, ração animal e adubo orgânico (SEBRAE, 2015).

Entretanto, o volume exportado ainda é incipiente, apesar de crescente. Em 1971, MCLUHAN e FIORE (1971) afirmavam que a globalização alterava a proximidade entre os mercados:

o ponto das transformações é a integração dos mercados numa aldeia-global, explorada pelas grandes empresas internacionais com ajuda de um bom *marketing*, as fontes de informações também se uniformizam por meio do alcance mundial e ao aumento e velocidade dos canais de televisão por assinatura e da internet. Isso leva a globalização a ultrapassar a economia e interfere na homogeneização cultural entre os países, (MCLUHAN e FIORE, 1971, p.7-8).

Um dos primeiros relatos que se têm notícias da internacionalização do açaí ocorreu em dezembro de 1999:

Dois surfistas americanos ao visitarem o litoral de Pernambuco para surfar, quando foram apresentados ao fruto por amigos cariocas, antes

mesmo de regressarem para os Estados Unidos já idealizaram a empresa SAMBAZON, sigla para *Saving and Managing the Brazilian Amazon* (Salvando e Administrando a Amazônia Brasileira, em português). Devido a trâmites burocráticos, a criação formal da empresa ocorreu em 2000, sendo a primeira empresa internacional a comercializar o fruto. Segundo Ryan Black, um dos proprietários da empresa havia aberto, em 2001, mais de 200 pontos de vendas do açaí em território americano, em sua maioria na costa oeste do país, ampliando a compra da produção para outros municípios, chegando a ultrapassar mais de (2) duas mil toneladas, (ANDRADE, 2014, p.104-105).

Neste viés da internacionalização do fruto, a rede produtiva e distribuidora de açaí, em especial do Estado do Pará, investiu em *marketing* almejando o mercado de exportação. Com o advento das redes sociais, o produto ganhou ainda mais força, o que resultou na atração de novos consumidores, além dos paraenses, alavancando este mercado global. É o que o sociólogo francês HENRI LEFEVRE (1991) chamaria de sociedade burocrática de consumo regido, do mundo moderno. O autor destaca que a produção social do espaço é um produto da sociedade, em que agem e se reproduzem as relações capitalistas, em todas as atuações de conflitos e contradições. Para o autor, a cidade se expressa na projeção da sociedade sobre um espaço de modos de viver a vida urbana, e também *lôcus* de conflitos, devido a inúmeros interesses.

Sousa Santos (p. 63-63) define o modo de produção dentro da globalização como conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade rival. A produção do açaí, ao conquistar o mercado internacional, transcorre por este processo.

Contudo, a transação comercial deste produto extrativista gerou benefícios econômicos e ecológicos para a população regional. Os trabalhadores da rede produtiva do açaí e outros produtos extrativistas adotaram as práticas de manejo sustentável para extração e a conservação das palmeiras do açaí.

O turismo contribuiu com a inserção da fruta do açaí no mercado global e a obter papel de destaque na economia nacional. Segundo SANCHES (1999):

Há um dinamismo das mudanças econômicas mundiais, as turbulências geopolíticas, as constantes inovações tecnológicas e as mudanças nas

atitudes socioculturais em atender uma parcela de turista globalizado. Diversos agentes econômicos, velhos e novos, em sua atuação no meio urbano das grandes capitais, exigem normas e requisitos de competitividade neste mercado, o que inclui mudanças dos agentes públicos, em considerar novos investimentos com qualidade. Além da inserção das grandes cidades e abertura de um mercado em nível global, que tem dado lugar a uma concorrência entre as cidades da Amazônia para captar investimentos, criar empregos, atrair turistas e financiamentos públicos (SANCHES, 1999, p 116-117).

Neste novo ciclo econômico da fruta, não só as grandes cidades se beneficiam, mas, também, as pequenas cidades amazônicas (ou os pequenos municípios, em termos populacionais), como Ponta de Pedras.

Para OLIVEIRA (2006a), o processo de globalização possibilita inserções do local para o global, no entanto, exige um dinamismo que, muitas vezes, não condiz com a realidade do lugar, o que predispõe a deteriorações ambientais, socioculturais e por vezes econômicas, que impactam de maneira direta ou indireta na população, em especial a ribeirinha. Esta transformação do espaço na Amazônia contribui para o fortalecimento das redes urbanas, de acordo com COSTA et al (2016, p. 10),

Desde 1990, um sistema complexo de nós de redes urbanas emergiu e continua a expandir-se no nível sub-regional. Por um lado, redes conectando áreas rural-rural e rural-urbana desenvolveram-se e intensificaram-se em consequência da expansão do sistema de transporte e de comunicação e de um mercado crescente para os produtos da floresta e os outros recursos, enquanto, de outro lado, redes conectando pequenas cidades às cidades médias e grandes se desenvolveram, ao mesmo tempo as populações se movem e circulam na busca de serviços e de oportunidades econômicas.

O Brasil tem apresentado números significativos nesta rede produtiva de comercialização nacional e global. Segundo SEBRAE, sobre o comércio do açaí produzido no Pará, maior produtor nacional:

A exportação interestadual se concentra para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que respondem por 68,2%. Apresenta-se dificuldade para se estimar o real consumo da população residente no Estado do Pará. Especula-se que 30% são para exportação interestadual e 60% é consumido no Estado do Pará (SEBRAE, 2015).

De acordo com dados obtidos da Pesquisa de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), divulgada pelo IBGE (2014) ⁴¹, o açaí estava entre

⁴¹A produção nacional foi de pouco mais de 202 mil toneladas no ano de 2013, quantidade equivalente a R\$ 409,7 milhões. A produção dessa fruta registrou pequeno crescimento de 1,6%, em relação ao ano de 2012 (IBGE, 2014).

os produtos que mais se destacaram pelo valor da produção, em 2013, ocupando o 2º lugar, com 25,6% da produção total não madeireira no Brasil. No Estado do Pará, BRANDÃO et al. (2015, p.4) afirmam que, aproximadamente, 28.000 mil famílias desempenham atividades relacionadas à extração do açaí, comercialização, transporte e industrialização do fruto. A região Norte do país é a que mais extrai o açaí, responsável por 92% da produção e, somente o estado do Pará é responsável por 59%, em segundo o estado do Amazonas, com 26,6% (IBGE, 2014). No gráfico 13, são apresentados dados de produção do açaí no Brasil, desde 1990 a 2015.

Gráfico 13: Produção de açaí no Brasil de 1990 – 2015.

Fonte: Adaptado de: Embrapa (2013), SEBRAE (2015).

Nota-se um crescimento na produção, entre 1990 - 2015, com uma queda na produção, em 2004 e 2014. Alguns estudos apontam como justificativa para este crescimento a boa safra apresentada, associada à renovação de técnicas de manejo do açaizeiro para atender ao mercado externo. Técnicos da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, (2015, p.13) afirmam que existem muitas limitações para o desenvolvimento e avanço do mercado extrativista, tais como os altos custos de escoamento e, principalmente, a falta de infraestrutura

para a produção e armazenamento. O ano de 2013 ultrapassou a marca de 201.000 mil toneladas extraídas da fruta, conforme o (gráfico 13).

A perspectiva dos investimentos realizados por diversos setores e órgãos como o Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, Governo do Estado e Municípios, Embrapa e SEBRAE, é que propiciem um crescimento da produção da fruta. Como parte deste projeto, há programas e novas técnicas de plantio que estão sendo desenvolvidas em parcerias com os órgãos já mencionados, além de iniciativas privadas e comunidades produtoras. A Secretaria de Estado de Agricultura do Pará – SAGRI (2015)⁴², em parceria com a Embrapa Amazônia Oriental de Belém, lançou um programa chamado “Pró-Açaí”, que pretende expandir a área de produção do açaí em 50 mil hectares, até o ano de 2024.

Outro Programa presente na produção e manejo do açaí é o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que na linha Pronaf Floresta estabelece parceria entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o cultivo e manejo dos açazais, com o objetivo de melhorar e aumentar a produção, visando o mercado exportador. O açaí, para SANTANA e GOMES (2005) passou a ser revendido, além das batedeiras no estado do Pará, para supermercados, academias e lojas de redes *fast food*, com o propósito de atender a novos nichos de mercado, abarcando uma clientela de maior poder aquisitivo. As transformações mais frequentes associadas a este processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso dependem da atividade mundial das multinacionais de alimentos.

Nesta lógica de comercialização, a ideia de planejar uma melhora na produção do açaí está relacionada também à necessidade de diminuição do desmatamento. BRANDÃO et al. (2015, p.2-3) enfatizam que a exploração é feita em açazais nativos, que apresentam baixa produtividade, principalmente no período da entressafra⁴³. Diante disso, muitas famílias recorrem ao desmatamento

⁴²O mercado atual de frutos está em plena expansão, no Brasil e no exterior, o que vem estimulando muitos plantios comerciais no Pará, na região amazônica e em outras regiões brasileiras (SAGRI, 2015).

⁴³Nos últimos anos o preço do açaí apresentou uma alta de 64,93% no estado do Pará e no estado do Amazonas foi de 38,13%. A produção e a comercialização cresceram aceleradamente, o preço

da floresta para a produção de culturas de subsistência, agravando problemas ambientais da região. As conexões sociais e econômicas entre a comercialização do açaí mudaram os padrões de produção do fruto, assim como alteraram o uso da terra e, ao mesmo tempo, intensificaram as relações entre as famílias e comunidades que residem nas áreas rurais e urbanas dos municípios produtores, como Ponta de Pedras. De acordo com LIMA et al. (2012, p. 59), “as cidades da Região Amazônica, por suas características geográficas e populacionais, além de vários aspectos relacionados à elaboração de políticas públicas, mostram-se frágeis aos problemas ambientais, que se refletem na qualidade de vida e na saúde da população”.

A produção do açaí é considerada atividade extrativista. Essa atividade recebe isenção de pagamento de tributos federais (LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991) e do estado do Pará (DECRETO Nº 4.676, DE 18/06/2001). Para Silva, Viangre, Cardoso a atividade extrativista está relacionada com a sustentabilidade quando respeitadas as regras de produção e manejo da rede produtiva:

Extrativismo é um termo relacionado com a valoração econômica e a conservação das florestas tropicais; e, visto como uma forma de coleta dos recursos naturais sejam eles minerais vegetais ou animais. Até recentemente algumas obras o consideravam como atividade não rentável, levando-nos a concluir que toda forma de extração seria insustentável. No final da década de 80 surge o paradigma da valorização da floresta para a contribuição da defesa do ambiente e dos povos da floresta através de atividades extrativistas dos produtos florestais não lenhosos (PFNL). O novo modelo de extrativismo precisa ser coerente com as características do ambiente e com os desejos e exigências culturais do seu povo. E na Amazônia há uma diversificação do uso dos recursos em sistema de coleta, de cultivo e de criação de animais que favorecem um modo de vida e cultura diferenciadas e ao mesmo tempo harmônicas com a natureza. Hábitos desses povos dependem dos ciclos naturais e seus conhecimentos são baseados em valores, símbolos, crenças e mitos muito característicos dos povos da floresta (SILVA, VIANGRE e CARDOSO, 2016, p.1-2)

no mercado de açaí aumentou muito. Isto ocorre mais na entressafra onde o preço fica muito alto e os extrativistas recebem mais. O valor do açaí pode variar muito durante a safra porque o preço depende da quantidade de produção e da negociação com os compradores (TURINI, 2014).

Isso significa que, independentemente do tamanho da área de produção do açaí, o produtor tem isenção de impostos. A grande concentração de riqueza em recursos naturais e a biodiversidade na região Norte, devido ao modelo predatório vivenciado, não contribuiu com a sustentabilidade da Amazônia.

Ou seja, sua produção, *in natura*, não favorece a captação de recursos por parte do município produtor.

5.2 AÇAÍ EM PONTA DE PEDRAS

A região Amazônica, ou Amazônia Legal, sempre teve um papel importante na economia extrativista. A região passou por vários ciclos econômicos, entre eles o da borracha, das drogas do sertão, e atualmente o chamado “ouro negro”⁴⁴ (grifo nosso) referente ao açaí. Este novo momento econômico resultou também em novos conflitos fundiários e sociais, inserindo a Amazônia na pauta global.

Na produção do açaí nacional, como comentado, destaca-se o estado do Pará, como maior produtor, conforme dados do governo:

O estado do Pará, que é isolado o maior produtor de açaí do mundo, exibiu, em 2014, um saldo de 795 mil toneladas de frutas ao ano, para uma área plantada aproximada de 143.000 hectares, apresentando um rendimento de 5,6 Kg/ha (dados divulgados no site Sedap em maio/2015, fornecidos pelo IBGE... [...]. Conta com cadastramento de, aproximadamente, 12.804 propriedades de cultivo. E no que tange ao processamento dessa extração, o Pará conta com 10 batedores artesanais. Segundo revela a notícia, o mercado nacional e internacional, juntos injetaram aproximadamente R\$ 225,7 milhões na economia local (SECRETARIA DA AGRICULTURA DO PARÁ, 2015).

Ponta de Pedras tem uma grande produção de açaí, que é comercializado em Belém, e de Belém vai para outras regiões e para o mundo. O município de Ponta de Pedras é responsável por 12% da quantidade total de açaí, apesar da intensa variação de sua produção como demonstra o gráfico 14.

⁴⁴Esta expressão era muito falada em campo, durante as entrevistas.

Gráfico 14: Produção de açaí em Ponta de Pedras.

Fonte: Adaptado de: IBGE (2010) e COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (2015).

Em 2007, o município apresentou uma produção recorde de 14.167, toneladas, seguida de 2010, com 13.197 toneladas. Nos outros anos há oscilações na safra. A diferença na produção, segundo alguns pesquisadores da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (2015), pode estar associada com a forma de manejo do açaizal, além do preço da safra, mas também, em função da forma de medida dessa produção, muito questionável por alguns pesquisadores. BRONDIZIO (2008) afirma que a produção do açaí predomina como base econômica de muitos produtores, recurso esse não gerador de impostos para o município, em função de sua característica extrativista.

As práticas de manejo sustentável e a conservação das palmeiras do açaí reafirmaram a atuação do setor extrativista do produto e muitos outros nativos da região. Para PADILHA (2012, p.4) o extrativismo do açaí pode ser considerado uma atividade sustentável, enquadrando-se perfeitamente nas políticas adotadas pela ONU para o Desenvolvimento Sustentável, que estabelece uma economia mundial de sustentabilidade. Em Ponta de Pedras a extração do açaí faz parte de uma economia local sustentável.

O desenvolvimento local é um conceito que implica, antes de tudo, flexibilidade, opondo-se à rigidez das formas de organização clássica, uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um

dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais humanos e econômicos). E também de suas energias, contrárias às estratégias centralizadas de manejo do território. Representa a ideia de uma economia flexível, capaz de adaptar-se aos dados mutáveis e constitui alternativa para as economias das grandes unidades e essa política implica igualmente em estratégias de financiamento e de formação, e passa pela descentralização dos níveis de decisão política, econômica e financeira (ROGEZ, 2000, p.10)

Para muitas famílias ribeirinhas, a produção do açaí representa uma forma econômica de sobrevivência. Contudo, além deste labor, vivem da pesca e extrativismo de outras frutas e palmito, possuindo uma economia familiar estável durante a safra do açaizal. Segundo o autor,

A população da cidade de Ponta de Pedras é ribeirinha, de uma cidade da floresta, ou seja, a cidade possui uma relação de interdependência com os recursos disponíveis na natureza para sua sobrevivência (...). Essa população possui uma relação muito íntima com o local em que está inserida. Nesse aspecto, a principal atividade econômica exercida pelos habitantes do município, tanto urbanos, como rurais, está relacionada ao manejo do açaí (*Euterpe oleracea*), bem como realizam sua produção e comercialização, tanto da matéria bruta quanto do produto beneficiado. Os moradores ainda exercem a pesca como fonte de subsistência e de geração de renda, pois os habitantes têm os rios, além de principal via de circulação, também como fonte de recursos (MOREIRA, 2013 p. 26-27),

Na fotografia 28, observam-se algumas imagens relativas ao fruto de açaí, desde o açaizal, até o produto pronto para ser embarcado e vendido, em paneiros.

Fotografia 28: Produção de açaí no município de Ponta de Pedras, venda de açaí em canoa na Comunidade de Fortaleza, Feira do açaí.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP 2015, 2016 e 2017.

A espécie de açaí produzida na Ilha do Marajó é de grande aceitação no mercado, devido à sua qualidade decorrente das características climáticas e físicas do solo. Com o advento da globalização, os pequenos produtores de açaí modificaram o ritmo da produção para atender um mercado cada vez mais crescente e exigente. PAGLIARUSS (2010, p.5) descreve que, até o final do século XX, o açaí era considerado um produto da alimentação básica do ribeirinho e caboclo, sendo consumido com farinha, mandioca, peixe e camarão. Na pesquisa de campo, perguntou-se sobre a relação dos entrevistados com o açaí. O gráfico 15 indica que (28%) dos moradores da zona urbana têm atividades relacionadas ao comércio de açaí, sobretudo no Município, com a venda da polpa, (19,4%) (muitos deles na própria residência). Normalmente são compradores que adquirem a “lata ou paneiro⁴⁵” (fotografia 27) para bater e revender a polpa do açaí. Segundo PADILHA et al (2012, p.4-5), produção de um maquinheiro varia bastante

⁴⁵Paneiro: (cesto de madeira em vime utilizado para armazenar os grãos de açaí para serem revendidos após colheita, muitas vezes feito do cizal (espécie de cipó) do açazeiro. Cada paneiro comporta de 18 kg a 20 kg de açaí.

em função da safra, do dia da semana e do tipo de açaí vendido. Na área rural, há uma relação maior com o açaí, 89,5% dos moradores responderam ter atividade com o açaí. Muitos desses entrevistados (61,8%) desenvolvem atividades de meeiro em sítios produtores, e 31% como vendedores.

Gráfico 15: Atividade das famílias com a produção de açaí em Ponta de Pedras.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

A venda do açaí é feita em Belém, por 62% dos moradores rurais, devido ao melhor valor pago, enquanto que a venda em Ponta de Pedras é realizada por 19%.

A rede produtiva do açaí movimenta os seguintes profissionais: extrativistas ribeirinhos, apanhador, transportador, barqueiro; associações; batedores de açaí; cooperativas; agroindústrias de transformação; setores atacadista e varejista; exportadores; vendedores locais; carregadores e consumidores. Segundo relatos de campo, aqueles que trabalham como apanhadores de açaí recebem baixa remuneração por esta função, que é de R\$ 5,00 (cinco reais) por paneiro (raso) ou latão, o que equivale aproximadamente 18 a 20 kg. Por sua vez, possibilita parte destas famílias complementarem seus rendimentos com a venda de peixes, camarões, e a criação de suínos e aves. Em pesquisa realizada sobre o açaí, Costa et al. afirmam que:

Essa situação é justificável, pois açaí se transformou no grande motor transformador da realidade de várias famílias, que conseguem sobreviver à escassez da entressafra⁴⁶ em função do preço que o produto alcança no mercado e das possibilidades de poupança, provenientes de sua comercialização. Há inúmeras barracas, em “fundos de quintais” que revendem o açaí “batido” para a população, e que gera uma renda extra a esses moradores. O açaí move a economia do município de Ponta de Pedras. Predominantemente, essa produção domina a várzea do estuário e a maioria dos produtores são pequenos sitiantes, posseiros. Com a valorização do produto no mercado mundial, muitos sítios estão sendo comprados por grandes fazendeiros, COSTA et. al (2017 ,p.19-20)

Também complementam a renda com benefício do governo federal, com predominância para o Seguro Defeso. Como resultante, o ramo da produção de açaí, em Ponta de Pedras, movimenta a economia informal para os pequenos produtores, visto que, mais de 92,5% que trabalham com o fruto não possuem registro na carteira de trabalho na área urbana e 100% dos entrevistados na área rural.

Fotografia 29: Atividades profissionais relacionadas ao açaí.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP 2015, 2016 e 2017.

Nota: As fotos (a, b, c, d) apresentam as atividades no urbano e rural relativas a produção de açaí. A fotografia (a) representa a marretagem de açaí e outras mercadorias. A fotografia (b) mostra um Apanhador de açaí. A fotografia (c) mostra um comprador e vendedor de açaí. A fotografia (d) mostra um Batedor e Vendedor de açaí na área urbana.

⁴⁶ A safra do açaí no estuário do Rio Amazonas ocorre entre os meses de agosto e janeiro. De acordo com trabalho de campo, realizado em julho de 2013, o preço do açaí batido (litro) era de R\$ 4,00. Na feira do açaí em Ponta de Pedras foi informado que o “paneiro” (cesto de palha, contendo açaí, pesando custava R\$ 14,00.

Os dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (2016), obtidos entre 1985 e 2013, nos mostram que o setor agropecuário, extração vegetal, caça e pesca, são responsáveis, desde 2000, em média, por apenas 3,2% dos postos de trabalho formal, sendo que 88% dos empregados formais estavam no setor público. Ao avaliar os dados obtidos em campo, a atividade extrativista do açaí produz muito mais empregos não formais. Sem dúvida, isso se reflete na situação do trabalhador, pois a segurança no trabalho não existe. Essa situação pode se refletir no quadro da saúde desses trabalhadores, como é discutido no capítulo seguinte.

Os dados do Censo do IBGE (2010) também reforçam essas informações. De acordo com o Censo de 2010, 23% da população residente em Ponta de Pedras possuía emprego, mas não carteira assinada, e 52% trabalhavam por conta própria, o que caracteriza emprego informal.

O fruto do açaí em Ponta de Pedras inseriu o município nos circuitos econômicos e gastronômicos nacional e global, constituindo o que SOUZA SANTOS (2011) denomina do local no global. Ponta de Pedras está em vias de desenvolvimento de outros setores econômicos, com potencial para as atividades turísticas. Entretanto, para DIAS (2010, p2-3) indicadores apontam para as condições de pobreza e exclusão social das comunidades locais, frente às ofertas de oportunidades de participação no planejamento territorial voltado para o turismo e de inserção em práticas locais das ações turísticas para, além de mão-de-obra barata por ser tida como desqualificada.

Os ganhos financeiros e turísticos obtidos com a comercialização do açaí deveriam transformar as relações econômicas de inúmeros destes trabalhadores, no ramo das atividades primárias extrativistas, permitindo melhorias nos salários e nas condições de trabalho. O turismo em Ponta de Pedras é pouco desenvolvido por uma série de razões, entre elas a falta de incentivo do poder público local, segundo depoimento de alguns entrevistados. O Município possui características naturais pouco alteradas que poderiam ser exploradas de forma sustentável, além das comunidades tradicionais ribeirinhas que podem contribuir com esta atividade, por meio das associações, já existentes no local. Dados da ONG WWW-Internacional (2001) o turismo a partir das comunidades locais define-se como uma

forma de ecoturismo onde a comunidade local tem controle substancial e envolvimento no seu desenvolvimento e gestão e a maior parte dos benefícios destas ações permanecem na comunidade.

A produção social do espaço urbano em Ponta de Pedras sofre intervenções em alguns setores como o de infraestrutura, reflexo muitas vezes do jogo político, entre o Estado, comerciantes e agentes sociais de uma forma geral. Há uma previsão de investimento por parte da Paratur (Companhia Paraense de Turismo), que receberá de repasse do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) de 44 milhões de dólares no Pará. Deste total, metade será destinada ao arquipélago do Marajó⁴⁷, ou seja, 22 milhões de dólares. Em entrevista com o Secretário do Meio Ambiente e Turismo municipal, uma preocupação em relação a esta verba é que existem outros Município na Ilha do Marajó que são mais visitados devido a publicidade da mídia Rádio e TV, como Soure e Salvaterra, além de outros. Contudo o açaí continua sendo a grande propaganda para o Município, como maior produtor da fruta.

Em menos de duas décadas, o açaí ganhou forte movimentação econômica nacional e internacionalmente. Ressalta-se que as famílias ribeirinhas também ganharam visibilidade na sua produção, e alguma melhoria econômica, mas não tiveram melhoria em suas condições de vida. Para os moradores de Ponta de Pedras que trabalham com o açaí, seja na plantação, extração ou venda, há uma nova realidade com aumento do poder de compra. Segundo SOUZA SANTOS (2011, p.65) “no modo de produção de globalização, o que se globaliza é o vendedor de uma luta pela apropriação ou valorização de recursos naturais existentes”. A população de Ponta de Pedras melhorou seu poder de compra e o acesso a bens de consumo, o que é ilustrado no (gráfico16).

⁴⁷ O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTEP) foi estabelecido e dialogado a partir de diretrizes inicialmente propostas pelo Governo Federal, com a participação do Governo do Pará e com as prefeituras. Foi amplamente debatido e aperfeiçoado nas consultas públicas e tem o objetivo de atender as demandas do ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental. Também estabelece o fomento às atividades produtivas sustentáveis respeitando as comunidades tradicionais ribeirinhas; além da logística e infraestrutura necessária para o desenvolvimento; inclusão social e cidadania; e relações institucionais e modelo de gestão (AMAM, 2017).

Gráfico 16: Bens de consumo adquiridos pela população.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016)

O comércio de açaí impulsiona a economia local, e se expressa na criação de novos pontos comerciais, supermercados, pequenas lojas de serviços em geral, entre outros produtos. A exportação do açaí para o comércio global possibilitou a expansão de produtos locais de consumo, como apresentado no gráfico 16.

Além disso, é expressiva a ampliação do acesso da população às tecnologias, por meio da *internet* gratuita na praça principal do município e *lan houses* melhor estruturadas, permitindo acesso às redes sociais e a compra de bens de consumo, entre eles celulares, eletrodomésticos, o que é apresentado no capítulo a seguir.

CAPITULO VI

REDES MÓVEIS

6.1 INFORMATIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

O processo de globalização, no qual se insere Ponta de Pedras, foi movido, em grande, pelas mudanças da comercialização do açaí no comércio regional, nacional e global. Os investimentos realizados foram elementos indispensáveis para o desenvolvimento do Município e sua inserção no circuito comercial. O elo que se estabeleceu entre a pequena cidade e a globalização, por meio da economia local e nacional, e o global, permitiu uma infraestrutura capaz de garantir novos espaços econômicos e tecnológicos de acesso, como o sinal de *wi-fi* e *lan houses*.

A busca por melhores condições de vida para muitos moradores ocorreu com a migração da área rural para a cidade. As justificativas desta mobilidade são inúmeras, mas apareceram como principais: o acesso à saúde, comércio diversificado, serviço de comunicação, em especial telefonia móvel (a cobertura do sinal é melhor). São novas opções diante da modernização das atividades oriundas dos processos de urbanização e de desenvolvimento. Na tentativa de responder algumas questões e entender o quanto este pequeno município da Amazônia, está inserido no contexto da globalização, perguntou-se aos entrevistados sobre o acesso às tecnologias em especial telefônicas, redes sociais e bens de consumo. A pesquisa procurou investigar se a escala de comunicação global existia no local de estudo e como o processo de globalização se repercutia no local. A maior parte dos entrevistados informou que possuíam celular (gráfico 17), porque era o meio mais fácil de comunicação, 91% dos entrevistados na área urbana e 79% na área rural. Na área rural, a distância com o centro urbano de Ponta de Pedras limita o sinal de transmissão, consistindo numa reclamação constante dos moradores. Alguns entrevistados alegaram ser um meio de comunicação importante por possibilitar ter notícias dos familiares e por resolverem algumas questões de saúde, como marcação de consulta, entre outras utilidades. Outra razão importante foi indicada por uma pequena parcela de pequenos produtores, 3% alegaram ligar para alguns

conhecidos do comércio de açaí, para saberem o preço do produto na safra. Justificaram que desta forma teriam uma ideia de quanto poderiam auferir, visto que o preço na comercialização do paneiro é muito variado, conforme explicado no capítulo anterior.

Gráfico 17: Uso de Celular na residência.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

O uso do celular tornou-se acessível em especial entre os jovens. A comunicação oferecida pela facilidade móvel mudou o hábito das pessoas, inclusive de consumo. Muitos produtos podem ser comprados via celular e os pagamentos de contas em geral também pode ser feito, contribuindo com a economia de tempo e maior flexibilidade de escolha.

As atividades que antes eram características do urbano, como as exercidas via telefonia e *internet*, se tornaram comum nas comunidades rurais da Amazônia. Um exemplo deste contexto é a explicação dada pelo morador rural sobre a cotação do “açaí”, em Belém. Ele declarou que utiliza o telefone celular para saber o preço da cotação do açaí na Feira do açaí em Belém, ou com conhecidos próximos.

SANTOS (2006, p.213) afirma que o espaço está sempre mudando em sua fisionomia, em sua fisiologia, em sua estrutura, em suas aparências e em suas

relações, e isto se nota em Ponta de Pedras. Em 2009, na primeira vez que visitei o município, observei que havia apenas uma *lan house* e o acesso à telefonia móvel e *internet* era precário e oneroso para a população local, gerando muita reclamação. Atualmente, existem mais de dez estabelecimentos com acesso à *internet* e *games*, scanner, além de impressão para documentos em geral, entre eles os mais requisitados para dar entrada nos benefícios do governo: Seguro Defeso e Bolsa Família. Os moradores de Ponta de Pedras utilizam o acesso aos documentos, como uma “autonomia” (grifo nosso) em suas necessidades burocráticas em especial a população mais jovem, por dominar melhor as ferramentas tecnológicas, rompendo a dependência do poder público, ainda muito presente no município. Como afirma GASPAR,

o papel do Estado-nação neste processo não reina mais como soberano, mas divide sua jurisdição com uma multiplicidade de novos atores. Esses incluem não somente as esferas locais e sub-regionais de governo, como também poderosos agentes transnacionais privados, distintos arranjos políticos macrorregionais interestatais e uma nova institucionalidade pública global, ainda que em estágio embrionário de construção, e dentro da qual a coletividade dos povos busca oportunidades de ampliar sua escassa representação, inclusive através do ciberespaço (GASPAR, 2009, p.15-16).

A consulta do preço do paneiro do açaí, para ter ideia do ganho com a sua colheita, utilizando o celular via satélite, feita pelos habitantes rurais é uma prática bem presente no mundo globalizado, em especial por grandes empresas conectadas aos meios tecnológicos. Isto aproxima o global do local e o local do global, diminuindo assim a distância e o acesso entre as pessoas. Para HAESBAERT e LIMONED (2007, p.41), acelera-se o processo da circulação, mediada pela técnica, em particular pelas novas formas de telecomunicação por computadores (redes) que constituem a base material do “espaço de fluxos” do capital financeiro. Entretanto, ainda é uma grande novidade este universo tecnológico em Ponta de Pedras, constituindo uma revolução tecnológica, no meio rural na Amazônia, ora pelas condições de acesso devido às longas distâncias, ora pelo custo de aquisição de aparelhos, que para muitos moradores ainda é inviável.

SANTOS (2014, p.36-37), ao discutir as transformações espaciais no território geográfico, ressalta a internacionalização das técnicas, da produção, da mundialização das relações sociais de todos os tipos: econômica, financeira e

política o que permite compreender cada fração do espaço mundial em função do global. Segundo SUPERTI (2011, p.8-9), os espaços político-econômicos outrora periféricos são transformados em centros importantes para a dinâmica da integração econômica. Entretanto, há ainda certa fragilidade na rede de conexões de Ponta de Pedras, possivelmente, em grande medida, devido à escala geográfica da região e aos vazios de ocupação.

Alguns pontos devem ser analisados para compreender a fragilidade do acesso às mídias tecnológicas de comunicação, recente neste ambiente:

- a) as grandes distâncias que separam as capitais das demais cidades e vilas;
- b) a carência de infraestrutura nos setores de transporte e comunicação em grandes porções do território amazônico;
- c) a grande proporção de população desprovida de recursos materiais e educacionais decisivos para sua participação ativa nos diversos tipos de fluxo (SATHLER, MONT-MOR, e CARVALHO 2009, p. 23).

A despeito das dificuldades e distâncias, dados coletados em campo indicam elevado nível de acesso às tecnologias de comunicação. O (gráfico 18) ilustra a quantidade de aparelhos por domicílio e o acesso aos meios de comunicação, é bem maior na área urbana do que no meio rural onde quase 70% das moradias possuíam só 1 aparelho celular.

Gráfico 18: Quantidade de celulares no domicílio.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

A comunicação global desperta o interesse dos moradores, em especial dos jovens, em estarem conectados. Outra variável investigada diz respeito à marca dos celulares adquiridos (gráfico 19), com o intuito de investimento econômico despendido neste bem de consumo. Quando comparado ao fator renda, nota-se que mesmo entre a população que ganha menos de 1 SM – salário mínimo, mais de 40% compram aparelhos de marcas conhecidas comercialmente, com valores elevados.

Gráfico 19: Marca dos celulares adquiridas pelos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Diversos entrevistados alegaram pagar um preço mais caro nos aparelhos telefônicos para terem acesso aos aplicativos que permitissem se conectar ao *Facebook*®, *WhatsApp*®, *internet*, jogos mais avançados, entre outros. Dados da FIBRACEM⁴⁸ (2016) indicam que a falta de sinal de *internet* nas pequenas cidades dificulta não só a vida dos jovens, mas também o desenvolvimento das pequenas empresas, comércios, cooperativas e associações, além de agravar as estatísticas de analfabetismo digital nesta região. O acesso à *internet* é comprovadamente um fator importante para a economia do país. Perguntou-se aos entrevistados sobre como acessavam a *internet*. A maioria respondeu que utiliza o celular por ser mais

⁴⁸Fibracem teleinformática site: <http://www.fibracem.com.br/contato/>

prático e viável economicamente (gráfico 20), além de poder controlar os gastos com os créditos inseridos e alegou utilizar parte dos benefícios sociais para esta finalidade.

Gráfico 20: Como acessam a *internet*.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Como ressaltado anteriormente, os jovens são os que mais utilizam estes recursos para acessarem a *internet*, visto que, devido à baixa escolaridade e pouco familiaridade com os aparelhos eletrônicos, os idosos utilizam ligações telefônicas para se comunicarem. No rural, 60% dos entrevistados disseram não saber manusear o aparelho e muito menos acessar a *internet*, sendo este serviço de responsabilidade de outro morador da casa, geralmente a filha (o) ou a neta (o). 12% dos entrevistados no urbano não sabem como funciona o acesso à *internet* pelo celular.

Mesmo com as limitações por parte de alguns moradores em não saber como funciona este universo digital, Ponta de Pedras não está à margem do ambiente tecnológico. Na pesquisa em campo, questionados caso não tivessem *internet em casa* como acessavam, as respostas foram variadas (gráfico 21). A maioria utiliza *lan house*. Vale destacar que a população rural precisa se deslocar até a cidade para ter acesso a este ponto cibernético. São poucos os moradores da

área rural que possuem acesso à *internet* devido à cobertura de transmissão do sinal, normalmente só os que residem mais próximos da área urbana conseguem sinal.

Gráfico 21: Local de acesso à *internet*.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Há predominância da *lan house*, com um valor de R\$ 3,00 (três reais), por uma hora de acesso seguida da escola que, apesar de contar com precária infraestrutura, possui *internet* limitada não apenas para os profissionais do estabelecimento de ensino, mas também para os alunos desenvolverem suas pesquisas escolares, segundo os entrevistados (gráfico 22).

Gráfico 22: Função da *internet*.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

O interesse em redes sociais e os estudos são as razões mais relatadas no uso da *internet*. Sem dúvida, é um instrumento dos mais importantes para a educação atual, devido à rapidez com que a informação chega até o interessado. Cada vez mais acessada e moderna, a *internet* cria um mundo de fluxos de informações sem distâncias e em repouso, reduzindo o tempo para a circulação das informações e do conhecimento. Ou seja, os fluxos de conexões, tempo e velocidades são expressos em algumas ferramentas de busca rápida (tabela 6), muito utilizadas pelos entrevistados, em especial a parcela jovem.

Tabela 6: Sites de mídia sociais e busca por informações rápidas.

a	<i>As ferramentas de busca do Google;</i>
b	<i>O mundo em imagens do Google Earth; Google Maps;</i>
c	<i>Skype, que permite a troca de informações entre pessoas de todas as partes do globo a custos muito mais baixos do que o sistema tradicional de telefonia;</i>
d	<i>O banco de informações do Youtube;</i>
e	<i>A difusão de rádio e televisão via web;</i>
f	<i>A divulgação irrestrita de arquivos, vídeos e músicas MP3 na internet com ferramentas de busca sofisticadas, a exemplo dos sites de "torrent";</i>
g	<i>Novos hardwares portáteis, como o HD portátil e o "pen drive";</i>
h	<i>As novas ferramentas no aparelho celular que permitem o registro de fotos, vídeos, o acesso a dados bancários e à caixa de e-mails;</i>
i	<i>A criação de uma identidade digital através de sites de relacionamento do tipo Facebook.</i>

Fonte: Adaptado de: SATHALER, MONT-MOR e CARVALHO (2009, p. 23).

Ponta de Pedras tem despertado para sua autonomia e avanço tecnológico, utilizando o setor de comunicação para se inserir no meio informacional nacional e internacional. O aumento das negociações regionais e a participação no comércio global de açaí contribuíram para esta inserção tecnológica no Município. A fotografia 31 registra um barco que utiliza tecnologia da informação, verificando-se o processo de integração do rural/urbano com a tecnologia da informação, inovador neste ambiente de pequena cidade.

Fotografia 30: Barco de Açaí com acesso à *Internet* via satélite – Comunidade Fortaleza.

Fonte: Acervo Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

O barco de médio porte que transporta açaí possui equipamentos que possibilitam acesso à *Internet* e *TV* digital em meio ao Rio Marajó e à Baía de Guajará. Devido às longas viagens de transporte de açaí e outras mercadorias, o pescador afirmou ser uma forma de passar o tempo e saber das notícias, além de poder se comunicar com a família via *WhatsApp*⁴⁹.

Para CASTELLS, (1999a, p.419) esta inovação tecnológica em um mercado global associado às condições tecnológicas em que o capital opera no meio informacional tecnológico, chamado por ele de informacionalismo, altera a dinâmica do local. Contudo, para a realidade das pequenas cidades, este processo exigiu uma infraestrutura mais eficiente, capaz de garantir a disputa pela concorrência e atender à exploração de novos espaços para acumulação do capital, entre eles o tecnológico.

⁴⁹Afinal, esse aplicativo de troca de mensagens é sem dúvidas o mais usado hoje no Brasil. Portanto, nem preciso falar muito sobre o *app* em si. *App* é a abreviação de “*application*”, que em português conhecemos como “aplicativo”.

Neste sentido o Município pode contar com um auxílio importante, a criação da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó - AMAM⁵⁰, um modelo de consórcio de municípios. O objetivo desta associação é elaborar e desenvolver projetos de desenvolvimento para os municípios da Ilha do Marajó, entre eles, o município de estudo, pensando nos recursos existentes para potencial geração de renda e comercialização, como açaí, palmito, frutas nativas, mozzarella de búfala, entre outras.

Ponta de Pedras é a porta de entrada para a Ilha do Marajó devido à sua localização geográfica. Por conta disso, um dos projetos que saiu do papel, após muitos anos de promessa por parte dos três governos, é a implantação da fibra ótica chamada Navegapará do Marajó. A instalação de meios para melhorar a transmissão de dados para comunicação viabiliza caminhos para que a tecnologia chegue aos municípios, constituindo um projeto inovador para Ponta de Pedras e região. O referido projeto teve início em 2016, e foi realizado em parceria com empresas devido à onerosidade, conforme descrito:

A Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado (Prodepa), em parceria com a Celpa e usando um cabo subaquático, implantou uma estrutura de fibra ótica, que será responsável pela transmissão de dados, interligando a ilha do Marajó à rede pública de internet. São 24 pares de fibra com 10,7mm de diâmetro total. Isso representa o transporte de dados em alta velocidade, proporcionando o alcance de taxas de transmissão da ordem de 40 Gbps. Ponta de Pedras é o primeiro município do arquipélago a receber *internet* via fibra ótica. O Navegapará⁵¹ já está disponível para a população em um ponto de acesso livre na praça da cidade e outro no terminal hidroviário, com internet gratuita via wi-fi (AMAM, 2016).

Os Pontapedrenses entraram no conceito de “Cidade Digital” e se inserem no mundo digital pela Navega Pará. Há um total preliminar de 35 pontos na área urbana entre órgãos municipais e estaduais e, um ponto livre de acesso será

⁵⁰A Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM) é uma sociedade civil de âmbito estadual, sem fins lucrativos, com sede e foro em Belém, capital do Estado do Pará. Opera em um regime de cooperação com as municipalidades marajoaras e instituições. É filiada à Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará (FAMEP) e Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

⁵¹A melhora na qualidade da internet nos pontos que estão em teste já é comemorada. “A implantação de internet de qualidade fez toda a diferença. É perceptível o aumento na velocidade e na qualidade da conexão, que nos permite ter acesso mais rápido a documentos, por exemplo, o que é muito importante para agilizar o nosso trabalho”, declara Carlos Evandro Torres, presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do município.

instalado na praça principal da cidade com *Wi-Fi* gratuito. Depoimentos dos entrevistados consideram um avanço no Município, apesar de reclamarem da conexão lenta. Alguns órgãos públicos foram beneficiados com a banda larga em 18 unidades como a Prefeitura; a Secretaria de Obras; de Educação, de Saúde e de Assistência Social (Municipais), além da Polícia Civil (Estadual). Por outro lado, BARBOSA (2013, p.14) define como contraditória a globalização, por não serem uniformes ou homogêneas as condições econômicas e a dimensão política, que é influenciada, pela redução das fronteiras e a velocidade dos fluxos econômicos e de informações.

Nesta lógica, dados da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel⁵² de 2007-2017 (gráfico 23) demonstram o quanto o serviço de banda larga avançou no Município, incluindo o acesso à *internet* e serviços de conexão. Apesar dos dados expressivos, ao longo dos anos, apresentados no (gráfico 23), nem todos tem acesso aos meios tecnológicos, em especial na área rural, devido às complicações dos sinais de transmissão ou muitas vezes o custo deste serviço, que ainda limita seu acesso e uso para muitos. O Município começou a ter acesso ao meio tecnológico em 2007, com 16 pontos de acesso por telefonia móvel de banda larga, segundo dados da Anatel.

⁵²Abaixo estão os arquivos contendo dados de acessos do Serviço de Comunicação Multimídia Faixa de Velocidade: quantidade de acessos de cada faixa de velocidade ofertada (0Kbps a 64Kbps, 64Kbps a 512Kbps, etc). Grupo: quantidade de acessos de cada grupo de empresas autorizadas (Oi, Vivo, etc) Tecnologia: quantidade de acessos de cada tecnologia utilizada no Brasil. (xDSL, Cabo, Fibra, etc), (ANATEL, 2017).

Gráfico 23: Acesso de serviço da banda larga em Ponta de Pedras 2007 - 2017.

Fonte: Adaptado de ANATEL (2017).

A partir de 2011 houve expressivo número da quantidade e do acesso à banda larga acessada, que se justifica por algumas razões, entre elas o poder de compra da população ter sido ampliado, a comercialização do açaí e o turismo ainda que de maneira morosa. Segundo fala da gestora municipal:

“Hoje o Marajó está no século XXI”, afirmou a prefeita de Ponta de Pedras, Consuelo Castro, se referindo à inauguração do fornecimento de energia firme e de sinal de internet de fibra ótica, que na tarde desta quarta-feira, 29, chegaram à cidade, por meio de dois circuitos de cabos subaquáticos. Foram investidos cerca de R\$ 250 milhões no projeto, que também vai beneficiar outros nove municípios, fruto da parceria do Governo do Estado e das Centrais Elétricas do Pará (Celpa) (AMAM, 2016).

Este é um projeto dos sonhos para os moradores, o acesso a internet é um importante avanço para o desenvolvimento do município e ao acesso da população a tecnologia digital. O Município, por fazer parte da AMAM, como mencionado anteriormente, adotou algumas políticas de desenvolvimento para a região Marajoara, incluindo Ponta de Pedras. A melhoria no acesso às telecomunicações, incluindo o serviço de banda larga foi destaque dentro das metas a serem atingidas no planejamento. Sendo assim, políticas mais centralizadas neste quesito entre os Municípios membros, ocorreu para atender ao planejamento estabelecido. Um dos

itens que merece destaque é o tecnológico, dentre as metas estabelecidas, descritas a seguir:

Marketing turístico do local visto que Ponta de Pedras possui atrativos e desenvolve esta função de município, em razão de suas potencialidades;

Permite uma melhor oferta de serviços públicos devido à comunicação rápida e clara que esta tecnologia nos propicia;

Melhoria na comunicação do local para o global; venda e compra de produtos locais via *internet por parte dos comerciantes*;

Ampliação da distribuição de acessos nos ambientes escolares, ampliando a informação, comunicação e o saber por parte dos estudantes e professores nas pesquisas escolares e estudos. (Adaptado de SATHALER, MONT-MOR e CARVALHO, 2009, p. 23).

Ao mesmo tempo em que a globalização provocou alterações importantes na economia, em algumas cidades trouxe disparidades relevantes, em especial no desenvolvimento e inserção da população local. Nesta perspectiva, Oliveira, Garcia e Costa reforçam que,

“Para a definição de cenários futuros para a Região, há que se dispor de análises multidisciplinares, que considerem ações governamentais, e análises demográficas, econômicas e sociais”. As mudanças estruturais que estão acontecendo nas últimas décadas, com a globalização, interferiram no modo de vida rural e urbano na Amazônia. A disponibilidade de novas tecnologias exige uma sociedade mais informada e, portanto, há novas demandas sociais e tecnológicas e novos núcleos urbanos que surgem (OLIVEIRA, GARCIA e COSTA, 2010, p.2-3).

A globalização hierarquiza as cidades de forma funcional no contexto da economia capitalista mundial e lhes atribui novas funções, o que impulsiona nova organização urbana. No entanto IANNI (2014d, p.133-134) descreve a importância dos avanços tecnológicos ocorridos recentemente nos sistemas de telecomunicações e de computação, que têm desempenhado um papel fundamental no processo de globalização dos mercados, permitindo a comunicação com mais rapidez. Ponta de Pedras inserida no contexto global por meio da produção do açaí, ainda é carente de serviços sociais, como de saúde, que atenda a população de forma equitativa. Considerando a discussão apresentada, estudar Ponta de Pedras nos propicia mergulhar nesse universo, no sentido de procurar compreender os reflexos da globalização no local, e os problemas advindos, entre eles, a situação da saúde, capítulo a seguir.

CAPÍTULO VII

GLOBALIZAÇÃO, SAÚDE e ALIMENTAÇÃO EM UMA PEQUENA CIDADE DA AMAZÔNIA

Observa-se que, ao longo dos anos, os efeitos da globalização foram diversos, em especial no nível de depauperamento em alguns setores essenciais com reflexos importantes na saúde, e comprometendo ambientes naturais, econômicos e sociais. Quando investigamos a relação entre globalização e saúde, em particular na Amazônia Legal, e no Município do estudo, verificamos que muitas descobertas e progressos foram realizados, em especial no combate às endemias. Alguns já estão consolidados e outros são recentes, fruto de novas pesquisas e tecnologias investidas. A redução dos investimentos financeiros governamentais fez com que planos políticos de desenvolvimento entrassem em fase de morosidade na sua efetivação, por trocas de governos e diversos interesses políticos envolvidos.

Nota-se que o processo de globalização, alterou não apenas o contexto econômico, cultural e social das cidades, como também ampliou a complexidade dos fatores de risco a que a população está exposta. Doenças anteriormente consideradas locais são encontradas em escalas globais, em função de um processo migratório global. NIGRO e PEREZ (2014, p.12) criticam o modelo de expansão mundial do capital, pois nele há contradições, ou seja, enquanto há expansão da riqueza de um país, isso se dá de forma concentrada e desigual, “em que a maioria dos cidadãos, não participa dos benefícios do crescimento”. Nesta linha de análise quando estudamos os investimentos estabelecidos e a agilidade para a resolução de algumas doenças, verificamos que os países desenvolvidos saem na frente para resolução de seus problemas. Assim, “a globalização não é jamais um processo histórico-social de homogeneização” IANNI (2014e).

A região Norte apresenta um histórico de precariedade nos indicadores de saúde. BERLINGUER (1999, p.23) expõe que “a saúde necessita ser vista hoje

como um problema global, e que sua globalização é um bem, pelo qual há de se trabalhar de modo explícito e programado (...)"'. A Região Amazônica tem alcançado índices de urbanização crescente, desde 1980, que a configuraram como uma região urbanizada. Assim, na avaliação de SCHEID,

a globalização, enquanto fenômeno multifacetado de matriz econômica, tem abrangência heterogênea ao criar ou acentuar disparidades entre os países centrais e os países periféricos, na medida em que atua de fora para dentro em cada nação sem considerar suas necessidades e peculiaridades, (SCHEID, 2011, p.1932).

No atual estágio da globalização, as políticas de promoção da saúde, recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), não se refletiram em melhorias consideráveis para a população das pequenas cidades da Ilha do Marajó, em especial as de menor renda. A discussão da saúde em cidades pequenas do estuário da Amazônia é importante, visto que estes ambientes apresentam peculiaridades que precisam ser investigadas, para compreender a conexão do local com as escalas nacional e global. A globalização se consolida de maneira consistente no rompimento do processo entre território e comunidade. Outra preocupação são as doenças, características do modo de vida urbano e com interferência no rural, relacionadas ao consumo de produtos industrializados e globalizados, assim como motivado pelas pressões de produção sobre o trabalhador.

Estudos de diversos autores mencionados a introdução da tese indicam que a dinâmica das pequenas cidades apresenta limites de desenvolvimento, o que pode interferir nas condições de saúde. Dados desta pesquisa, coletados em campo, revelam um município contraditório em algumas políticas. O gráfico 24 apresenta as doenças relatadas pelos moradores, típicas de vários centros urbanos, como Belém, São Paulo, Rio de Janeiro entre outros.

Gráfico 24: Doenças e Sintomas relatados pelos moradores.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

** São sinais e sintomas, declaradas pelos entrevistados.

No gráfico observa-se que há a predominância de doenças relacionadas ao *stress* da vida urbana, como hipertensão arterial, diabetes, colesterol, (cefaleia) dor de cabeça, bastante influenciadas por hábitos alimentícios e falta de atividade física.

Doenças comuns, como diarreia, malária, muito citadas na literatura destes ambientes ribeirinhos, pouco foram relatadas pelos moradores. Nas entrevistas 17% das pessoas da área urbana e 21% na zona rural, afirmaram ter hipertensão, a partir do diagnóstico médico. Em relação ao nível de colesterol alto, 8% afirmam ter na área urbana e 7% no rural, e para a diabetes, as respostas foram 6% na área urbana e 4% na zona rural. Outra resposta que chama a atenção é a alta porcentagem de pessoas que relataram hipertensão. Os dados da zona rural, nesse aspecto, superam aos resultados da área urbana. Dado da OMS, no Relatório sobre diabetes, expõe um problema que está aumentando no País:

O relatório do programa "Vencer a Diabetes", da OMS conclui que 422 milhões de adultos em todo o mundo viviam com diabetes em 2014, quatro vezes mais do que em 1980. A prevalência da diabetes quase duplicou de 4,7% para 8,5% da população adulta, o que reflete um aumento dos

fatores de risco associados, como o excesso de peso, a obesidade e a inatividade física. No Brasil, a prevalência da diabetes é de 8,1%, ligeiramente abaixo da média mundial, e é maior nas mulheres (8,8%) do que nos homens (7,4%). O excesso de peso afeta 54,2% dos brasileiros, a obesidade 20,1% e a inatividade física 27,2%. A diabetes provoca a morte de 72.200 brasileiros com mais de 30 anos e representa 6% de todas as mortes. O excesso de glicose no sangue é responsável por mais de 106.600 mortes por ano no Brasil (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2016).

Durante o levantamento dos dados, houve relatos de moradores que reclamaram da falta de médico e medicamentos para o tratamento das doenças declaradas como hipertensão, diabetes e níveis altos de colesterol, em especial na área rural, onde a precariedade é maior. Relatam que a Estratégia de Saúde da Família – SF nem sempre tem os medicamentos necessários e, para comprar torna-se inviável, em função da renda familiar.

A Resolução nº 38, de 13 de março de 2015, da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, estabelece o Programa Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) em Ponta de Pedras (Apêndice 1). Em relatos de campo, os moradores reclamaram muito do atendimento dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, dizendo que não providenciam os medicamentos necessários e não agendam consultas. Não foi possível acompanhar o atendimento dos profissionais desse Programa, durante atividade de campo. A pesquisa ocorreu em janeiro e muitos estavam em férias, além da dificuldade logística e custo financeiro.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) visa à reorganização da atenção básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, e é tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

É prevista, ainda, a implantação da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde como uma possibilidade para a reorganização inicial da atenção básica com vistas à implantação gradual da ESF ou como uma forma de agregar os agentes comunitários a outras maneiras de organização da atenção básica.

Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas e Fluviais: As equipes de Saúde da Família Ribeirinhas e as Unidades Básicas de Saúde Fluviais estão direcionadas para o atendimento da população ribeirinha da Amazônia Legal e Pantanal Sul-Mato-Grossense, respectivamente.

Considerando as especificidades locais, os municípios podem optar entre dois arranjos organizacionais para equipes de Saúde da Família, além dos existentes para o restante do País⁵³ (ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, 2017).

Estimativa da OMS (2016) aponta que as Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNTs, como as mencionadas, são responsáveis por 58,5% de todas as mortes ocorridas no mundo e por 45,9% da carga global de doenças. No Brasil, esses valores aumentaram em mais de três vezes, a partir da década de 1990. GIATTI (2009, p.16) afirma o quanto as doenças crônicas passaram a ter um papel importante no perfil epidemiológico de populações, sobretudo urbanas e os distintos condicionantes que se fazem presentes nesta forma de organização do espaço antrópico.

Em pesquisa de campo, foi possível observar a percepção que os entrevistados tinham sobre alguns fatores que causavam predisposição às doenças, relatada na pergunta “porque vocês acham que estão doentes?”. O gráfico 25 apresenta algumas justificativas dadas pelos moradores o que os levou a ficarem doentes. Mais de 45% dos entrevistados no urbano não souberam responder e 65% do rural também não responderam.

⁵³ **I.** Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (eSFR): desempenham a maior parte de suas funções em Unidades Básicas de Saúde (UBS) construídas/localizadas nas comunidades pertencentes a regiões à beira de rios e lagos cujo acesso se dá por meio fluvial; e

II. Equipes de Saúde da Família Fluviais (eSFF): desempenham suas funções em Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF).

A implantação das equipes de Saúde da Família Ribeirinhas e Fluviais segue os mesmos critérios das equipes e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Obtenha mais informações na página 101 da Política Nacional de Atenção Básica (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2017).

http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php.

Gráfico 25: Percepção da doença

Fonte: Pesquisa de campo, Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Contudo, alguns entrevistados alegaram que a alteração do clima seria um fator em especial, por desmatarem a vegetação natural para o manejo do açaí; seguida da má alimentação que possui grande influência nas condições de saúde, em especial na hipertensão⁵⁴, no diabetes e em níveis de colesterol altos.

A forma de abastecimento e consumo da água, bem como a falta de higiene, também foram apontados como causadores de doenças.

A mudança no padrão alimentar da população ribeirinha, também, foi lembrada por interferir na saúde dos moradores. Em pesquisa sobre hábitos alimentares da população ribeirinha, SCHOR e COSTA (2013, p.109-110) entendem que estas mudanças da Amazônia são indicativas de transformações sociais e culturais complexas, a partir do processo de urbanização. Os autores

⁵⁴A Hipertensão Arterial Sistêmica – (HAS) é a principal causa de morte para doenças cardiovasculares no país, associadas a fatores de riscos, como stress, má alimentação, obesidade, entre outros. JARDIM et al. (2007), em estudo sobre o perfil epidemiológico relacionado a HAS associados a condições e estilo de vida, como idade, sexo, histórico familiar, raça, obesidade, estresse, vida sedentária, álcool, tabaco, anticoncepcionais, má alimentação excesso de sódio e gorduras, elevam os níveis da doença não só no Brasil, mas no mundo.

ressaltam a interferência do global no local, a partir de hábitos alimentares tradicionais. O diálogo entre a área de alimentação e a de saúde, na Amazônia, é um desafio diante da diversidade de produtos naturais oriundos da floresta e do rio.

Entretanto, ao levantar estudos anteriores, sobre esse tema, e comparar com os resultados obtidos em campo, sobre padrão de consumo alimentar, foram achados alguns elementos interessantes. MURRIETA e SIQUEIRA (1999a) estudaram o consumo de alimentos em três comunidades caboclas na Ilha de Marajó, no município de Ponta de Pedras, com o objetivo de compreender as estratégias de subsistência dessas populações. Os autores estudaram a dieta diária das comunidades, entre elas a Comunidade de Marajó-Açu, ao longo dos anos 1990 e 1991. A dieta local, naquele momento, era baseada, predominantemente, em farinha de mandioca, uma variedade de peixes, camarão e porco, e frutas locais, em particular, o açaí. Segundo os autores, o açaí aparecia como a principal fonte de calorias consumida por essas populações, sempre associada à farinha e ao peixe/camarão (MURRIETA e SIQUEIRA, 1999b, p. 464). A maioria desses alimentos era obtida por meio de compra, extração, prática agrícola, pesca, doação e merenda escolar. De acordo com os autores, o consumo de alimentos não se mostrava ser a maior limitação de sobrevivência para essas populações. Os autores citados afirmam que o consumo de peixe e camarão garantia à população estudada um alto consumo de proteína, maior do que as recomendadas pelos parâmetros da FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (MURRIETA e SIQUEIRA, 1999c, p. 468).

Ao questionarmos os entrevistados se houve alguma mudança no padrão alimentar da família, foram obtidas as respostas do (gráfico 27). Predominantemente, poucos entrevistados afirmaram que houve mudanças relacionadas à introdução do lanche como refeição, ou mesmo substituindo o peixe ou o açaí por outro alimento principal. Essas respostas confirmam os achados de MURRIETA e SIQUEIRA (1999d), que afirmaram que a base alimentar dessa população ainda são o peixe e o açaí, entre outros produtos típicos.

Quando perguntados quais eram os alimentos preferidos, tanto na área urbana, quanto na área rural, o peixe, o camarão, a tapioca, a farinha de mandioca e o açaí aparecem como os alimentos preferidos dos entrevistados (gráfico 27). Essa situação também é compreensível, em função da disponibilidade dos

produtos, que são de fácil aquisição (à exceção do período do defeso ou da entressafra). São produtos altamente nutritivos e que cumprem uma função importante de recomposição calórica à essa população.

Gráfico 27: Mudança no padrão alimentar dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2017).

Nas respostas, alguns entrevistados afirmaram que os netos e filhos haviam trocado o peixe e o açaí por outros alimentos, o que não ocorria no caso dos mais idosos, pois esses produtos são a base alimentar do caboclo.

Em documentário sobre os hábitos alimentares no Brasil, MONTEIRO (2017) chama atenção das mudanças no padrão alimentar da população na Amazônia e o marketing⁵⁵ que as grandes empresas internacionais desenvolvem no país para atrair novos consumidores. Na presente pesquisa, apesar do número de respostas de que houve mudanças apresentar-se baixo, notam-se alterações sutis no padrão alimentar, sobretudo da nova geração, que consome uma quantidade maior de alimentos processados, mesmo tendo o açaí e peixe como primeiras opções (gráfico 28).

Verificamos que os chefes de família entrevistados têm percepção de que as opções dos jovens por alimento processado não são boas para a saúde, relatando o aumento do número de diabéticos e hipertensos no município. Para MONTEIRO (2017) há um forte apelo de campanhas publicitárias das grandes indústrias alimentícias para atrair novos consumidores, entre eles, a população ribeirinha da Amazônia. Dados do documentário também revelam que:

Até pouco tempo, a empresa patrocinava um barco para levar seus alimentos às famílias mais afastadas. Entre seus mais de 800 produtos boa parte do que é oferecido e conseqüentemente solicitado por essas regiões são seus biscoitos recheados, pudins de chocolate, cereais e achocolatados repletos de açúcar (MONTEIRO e POPKIN, 2017).

Situações como esta foram presenciadas durante o trabalho de campo, pois diversos barcos chegam de Belém com bebidas açucaradas, alimentos ultraprocessados e industrializados, como mostrado nas fotografias (29,30, 31, 32 e 33).

⁵⁵Nos países pobres, onde a população não tem fácil acesso a uma alimentação saudável e balanceada, o consumo rápido, barato e, muitas vezes, visto como “*status*” (por falta de orientação adequada, a população é convencida pela publicidade) vem contribuindo para sérios problemas de saúde que envolvem a obesidade, a diabetes e a hipertensão. Atualmente o Brasil está enfrentando uma séria epidemia de obesidade. Existem 700 milhões de pessoas obesas no mundo, sendo que em países da América Latina, África e Ásia, os casos dobraram entre 1980 e 2015.

Gráfico 28: Preferência de alimentos pelos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Verificamos a chegada, por barco, de muitos produtos industrializados e embutidos no município. Também pudemos constatar venda desses produtos nos pequenos estabelecimentos comerciais locais, conforme fotografias 32 e 33.

Fotografia 31: Produtos industrializados, entre eles, refrigerantes, para abastecer o comércio local.

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016)

Fotografia 32: Produtos industrializados para abastecer os comércios locais

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

Fotografia 33: Produtos embutidos para abastecer os comércios locais

Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2016).

SCHOR e COSTA (2013a, p.109-110) afirmam que a população amazônica, no seu cotidiano, depende do rio e da pesca. A relação alimentar com o rio é essencial, assim como compreender a sazonalidade das águas dos rios no fornecimento de pescados. No período da cheia, de maio a julho, e no Defeso, os alimentos sofrem acréscimo de preço, o que dificulta a sua aquisição, considerando o poder econômico da população. Outro fator relatado pelos moradores é o baixo consumo de peixe e camarão fora do período de pesca. Os moradores alegam que os preços são muito elevados para comprarem. Aqueles que trabalham com a pesca ainda conseguem “ganhar um pouco para o sustento” e o que sobra é vendido para comprar outros alimentos ou fazem troca com outras mercadorias.

Existe pouco cultivo de outros produtos para suprir a carência do pescado, considerando a variação hidrológica do rio, devido às estações de seca e chuva. Quando não é possível a colheita, os moradores inserem em seu cardápio produtos industrializados e processados. O consumo de embutidos, aves congeladas, salsichas (fotografia 33), “miojos” e enlatados compõe a alimentação de parte da população, apesar da frequência não ser grande, como demonstra a tabela 7. Em trabalho de campo, as respostas ao que mais compravam no mês para compor a

alimentação incluíam, além dos mantimentos básicos, como arroz, feijão, óleo, sal, açúcar, muitos enlatados devido à proximidade da venda local, a possibilidade de comprar fiado na venda e a necessidade de conservação do alimento, em especial na zona rural sem eletricidade na totalidade do dia (tabela7).

Tabela 7: Alimentos processados e industrializados adquiridos pelos entrevistados

Tipo de Alimento	Área URBANO %	Área RURAL %
Macarrão "Miojo"	85,9	94,1
Iogurte "Danone"	65,9	55,9
Refrigerantes	58,8	61,8
Enlatados /Conservas	49,4	60,3
Cereais/Grãos	44,4	38,2
Doces/ Balas	35,6	25,0
Ketchup/Maionese /Mostarda	28,1	10,3
Salgadinhos	24,1	11,8

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

Tabela 8: Frequência de alimentos consumidos pelos moradores no município de Ponta de Pedras.

Frequência	Queijo		Carne de Frango		Carne de vaca		Carne de porco		Embutidos		Frituras e Gorduras	
	URBANO (%)	RURAL (%)	URBANO (%)	RURAL (%)	URBANO (%)	RURAL (%)	URBANO (%)	RURAL (%)	URBANO (%)	RURAL (%)	URBANO (%)	RURAL (%)
Nunca	66	46	9	3	8	7	59	34	46	38	22	23
Raramente	7	3	4	6	3	6	13	10	7	5	3	6
1x mês	6	0	11	47	11	38	10	31	9	12	7	25
2 a 3x mês	7	1	19	9	20	12	8	7	9	3	12	6
1x semana	3	1	38	31	38	32	6	12	15	25	21	15
2 a 3x semana	1	0	11	3	15	1	0	3	4	9	17	13
4 a 6x semana	2	0	8	0	6	1	1	0	5	6	16	13
Todo dia	8	49	1	1	1	1	4	3	5	2	3	0

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela Autora (2016).

*Os embutidos são salsicha, lingüiça, mortadela, presunto etc.

Os alimentos presentes no cardápio do morador ribeirinho estão apresentados nas tabelas 7 e 8. Os hábitos alimentares sofrem alterações com a inserção dos produtos industrializados que chegam por via fluvial, fugindo dos padrões local e regional de consumo alimentar (fotografias 33, 34 e 35).

Fotografia 34: Produtos industrializados ultraprocessados vendidos em Ponta de Pedras.

Fonte: Pesquisa de campo, Autora (2016).

A oferta de produtos industrializados tem aumentado em Ponta de Pedras e em outras pequenas cidades da Amazônia, um dos reflexos do processo da expansão do comércio regional.

Os dados apresentados, em conjunto com a literatura possibilitam inferir que existem algumas mudanças em relação ao padrão alimentar. Alguns autores têm discutido este novo perfil alimentar da população ribeirinha e as novas doenças globais, que estão surgindo em um ambiente de predominância ribeirinha, que oferece atrativos naturais como peixes, camarões e uma variedade de frutas nativas, além da paisagem que compõe esta oferta, a vasta vegetação e hidrografia. Segundo a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (2000), a Amazônia ainda apresenta um perfil diferenciado em relação a doenças consideradas comuns nas grandes cidades, mas estão presentes hipertensão, níveis de colesterol elevados e diabetes, como em outras regiões do país.

Para RIBEIRO e SCHOR (2011), o acesso ao dinheiro e a pouca opção de produtos *in natura* ou de melhor qualidade para serem comprados fazem com que os produtos industrializados e de baixa qualidade sejam consumidos em quantidade.

Nota-se na tabela 5 em relação frequência de alimentos consumidos pelos moradores por semana, porcentagem de maior consumo de queijo na área rural, com predominância de 49% de consumo diário, seguido do consumo de carne de frango em 47%, uma vez ao mês. Carne de vaca e frango têm consumo uma vez por semana, acima de 30% entre as populações rurais e urbanas. Os embutidos também têm uma inserção grande no cardápio alimentar do ribeirinho (15% e 25% das populações urbana e rural respectivamente, uma vez por semana). As frituras estão bastante presentes como modo de preparar os alimentos, apesar de muitos dos entrevistados alegarem não ser uma forma saudável, mas o fazem assim mesmo, por questão de paladar, preço e acessibilidade na hora de comprar.

Estão conexos a um padrão nutricional que se assemelha ao das grandes cidades, e certamente representam uma interferência do global no local. “As mudanças nos hábitos alimentares na Amazônia, e os alimentos tradicionais com baixo teor de gordura como farinha e peixes de água doce, consumidos pelos ribeirinhos, vêm sendo substituídos por itens alimentares de alto teor de gordura, como os frangos congelados” (PACHECO, 2015, p.2-3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou a forma como o processo de globalização se insere em Ponta de Pedras e de que forma o município se insere no contexto da mundialização econômica, por meio da produção de açaí. Assim, foi possível perceber que o processo de globalização na Amazônia Legal brasileira não beneficiou a maioria da população residente. Nota-se um crescimento econômico fragmentado, e a persistência de muitas disparidades sociais.

Para atingir os objetivos da pesquisa, foi necessário entender quem são os moradores urbanos e rurais pontapedrenses. Ao analisarmos os dados obtidos em campo percebemos uma população que possui uma identidade com o lugar onde mora e o desejo de ver melhorias, avanços, mas sem perder a natureza existente, e a relação com o rio que margeia a cidade e compõe uma paisagem cultural para os que ali habitam.

A tese demonstrou que, apesar da precariedade das condições de habitabilidade, mais de 60% da população acima de 40 anos relatou gostar de morar em Ponta de Pedras. Atribuem esse sentimento positivo às relações familiares e de amizade, ao ambiente privilegiado, da vegetação local, ao rio como atrativo principal de economia e lazer, bem como à tranquilidade local, elementos importantes para a qualidade de vida.

Em relação às condições de habitabilidade das áreas urbana e rural, como determinantes sociais para a saúde, essa pesquisa demonstrou que a moradia contribui para um ambiente de vulnerabilidade. A opção por moradias em madeira ocorre por sua maior viabilidade econômica e conforto térmico, em função das condições climáticas locais. Contudo, devido à dinâmica do rio e das cheias, as casas são elevadas em palafitas para evitar ao máximo o alagamento durante o período das chuvas. Há setores habitacionais bastante precários em especial na várzea. Carecem de uma infraestrutura adequada em especial uma frequência na coleta de lixo, acesso a água e iluminação.

Nessa dinâmica, das casas dos setores mais precários se misturam as águas dos igarapés ao esgoto lançado a céu aberto o que podemos constatar durante os relatos da pesquisa, o que ocasiona um ambiente de risco à saúde da população

que ali habita. Na área rural, onde não há sistema de coleta de esgoto, tampouco o serviço de abastecimento de água, a situação é pior: 97% das moradias são de madeira. As medidas isoladas, como as utilizadas pela população no tratamento de água, discutidas nesta pesquisa, não resolvem o problema da qualidade da água, e tampouco equacionam a situação sanitária local, devido a sua complexidade. Essa situação se repete em grande parte da região Norte.

Em relação à saúde os entrevistados relataram diversas reclamações e descontentamentos com os serviços prestados pelo poder público, queixaram-se desde a falta de seringa para coleta de material, até medicamentos de atenção primária. Também relataram que a falta de médicos especialistas é um problema no município há muitos anos, e quando precisam de um atendimento mais específico precisam se deslocar até Belém o que para a maioria não é viável, por falta de dinheiro. Sendo assim a pesquisa constatou por parte dos moradores que um dos principais serviços a ser melhorado é a saúde, seguida do abastecimento de água e iluminação pública.

Contudo os moradores da área central onde se concentram o comércio e o “trapiche de chegadas e partidas” (grifo nosso) dos moradores e visitantes beneficiam-se porque, além de obterem uma renda mais alta, tem acesso a melhorias urbanas, entre elas asfalto acesso aos grandes e médios comércios, lazer da praça e o fácil acesso a internet e telefonia.

Ponta de Pedras, conforme apresentado, é um dos maiores produtores de açaí do país. O açaí é um fruto existente na natureza e extraído pelo homem, que processado e depois comercializado, passa a ter um valor de troca e desempenhar função na economia local, regional e nacional. Entretanto poucas melhorias oriundas desta comercialização retornam ao município e à sua população, em particular aos pequenos produtores, mesmo com a projeção global de comercialização e consumo da fruta. SANTOS (2007) define os fixos na economia: o econômico, o social, o cultural e o religioso como pontos produtivos de serviços; e os fluxos relacionados às ações do homem na prática cotidiana como força dinâmica aos fixos.

Nesta lógica de comercialização global, SOUSA SANTOS (2010, p.66) o denomina de localismo globalizado, que pode incluir a eliminação do comércio de proximidade, a desflorestação e a destruição maciça dos recursos naturais.

Ao deixar de ser um bem de consumo e virar uma mercadoria, há uma mudança na vida social do grupo, que se impõe nesta dinâmica da rede produtiva, para se obter dinheiro líquido e comprar o que se precisa. Para (SANTOS, 1986).

Para poder comprar mercadorias com dinheiro, é necessário produzir aquilo que permite mais dinheiro e negligenciar o que é menos monetizável. O valor dos bens produzidos pelo grupo é agora fornecido não mais pelo seu papel tradicional na vida coletiva. De agora por diante, o valor de cada produto é dado pelo valor, estranho ao grupo, das mercadorias que é preciso comprar (SANTOS, 1986, p.165).

Esta citação de Santos nos remete às relações que se estabeleceram em Ponta de Pedras entre o comércio de açaí, a compra de equipamentos eletrônicos e uso de redes móveis; e o consumo, ainda pequeno, mas crescente, de alimentos ultraprocessados e industrializados, constituindo o que SOUZA SANTOS (2011) define como globalismos localizados.

Nossos lares são igualmente invadidos, para cada uma das atividades cotidianas que caracterizam nossa vida biológica e social, por bens de cuja origem às vezes não podemos mesmo desconfiar. Tudo o que nos circunda traz a marca dessa internacionalização devorante e mesmo o nosso corpo, pelo que o envolve, não escapa a essa mundialização.....Isso não poderia ser obtido se não houvessem ocorrido, paralelamente, diversos processos de internacionalização: do capital, da tecnologia, do mercado dos bens e do mercado de trabalho, da educação e das preferências e gostos, inclusive na alimentação (SANTOS, 1986, pg. 167 e 168).

Santos ao abordar os circuitos da economia (1970), faz uma análise sobre os reflexos do processo de modernização tecnológica nos países em desenvolvimento nas escalas nacionais e locais, destacando que há dois circuitos da economia, um que se beneficia das novas tecnologias e outro que se prende às situações de privação e pobreza. Na inserção de Ponta de Pedras na economia global, destacam-se disparidades sociais e econômicas provocadas pelo processo produtivo nem sempre justo, pelas relações de trabalho muitas vezes desigual e pelas condições precárias de moradia.

Há uma quantidade significativa de famílias que vive com menos de um salário mínimo, conforme descrito no capítulo IV, em especial na área rural, além de parte da população que não recebe renda alguma, e reside em locais sem condições de habitabilidade, sobrevivem apenas de programas do Governo Federal.

Trata-se, portanto, de uma universalização perversa, porque sob seu rótulo de generalização o que ela faz, sobretudo, é discriminar e aumentar a riqueza e o poder de alguns e, de outro lado, a pobreza e a fragilidade da imensa maioria (SANTOS, 1986, p.171). A diversa complexidade encontrada neste estudo refere-se a um município singular, de uma região que é peculiar em seu desenvolvimento, possui um modo de vida particular, expresso nas ações cotidianas do caboclo ribeirinho, ainda invisível às políticas públicas. É necessário, portanto, que o Estado exerça um papel de intermediário entre as forças externas e os espaços chamados a repercutir localmente essas forças externas.

O estado não é, entretanto, um intermediário passivo; ao acolher os feixes de influências externas ele os deforma, modificando sua importância, sua direção e, mesmo, sua natureza. Isto significa que as reorganizações de um subespaço sob a influência de forças externas dependem sempre do papel que o Estado exerce (SANTOS, 1986, p. 183).

Para Souza (2010), deve-se considerar a singularidade da Amazônia, como única em suas características, não existindo em nenhum outro lugar do mundo uma região semelhante, que se destaca pela sua dinâmica social, cultural e ambiental, especialmente, no que se refere à interação dos seus habitantes com os recursos naturais. Similarmente, sua inserção no processo de globalização é única e singular, como mostrou o presente estudo.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Zoneamento fisiográfico e ecológico do espaço total da Amazônia Brasileira. **Estud. av.**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100004>. Acesso em 12/junho/2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 112-136, June 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Feb. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292001000100008>.

AMAM – Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó. Disponível em: <<http://www.amam-marajo.org/>>. Acesso em 20.maio.2016.

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em <<http://www.anatel.gov.br/institucional/>>. Acesso em 20.mar.2017.

ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. Dec. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000500011&lng=en&nrm=iso>. access on 04 July 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702007000500011>.

ANDRADE, Soraya Souza de. **Pão tapioca, pães farinha d'água?** Gastronomia do açaí e identidade socioespacial e cultural na Grande Belém. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos da Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, Belém, 2014.

ANUÁRIO Estatístico do Pará 2017. **Vínculos Empregatícios Total no Emprego Formal, Pará e Municípios - 2011 a 2015**. Disponível em http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2017/tabelas/social/mercado_de_Trabalho/tab_5.3.1_vinculos_empregaticios_total_no_emprego_formal_para_e_municipios_2011_a_2015.htm . Acesso em 12 jul. 2017.

AQUINO, Evelyn Cristina Ferreira de. **A Amazônia e suas Representações: Dos discursos das Descobertas ao Imaginário Popular**. CONFERENCIA SUL-AMERICANA, 2; CONFERENCIA BRASILEIRA, 7, Belén, 2011. **Anais eletrônico...** ALAIC, 2011. Disponível em: http://www.unicentro.br/redemc/2011/conteudo/alaic_artigos/alaic_aquino.pdf. Acesso em 17 nov. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Resíduos Sólidos: Manual de Boas Práticas no Planejamento**. 2014. Disponível em <http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.cfm>. Acesso em 20.ago.2017.

AZEVEDO, James Ribeiro de.; **KATO**, Osvaldo Ryohei. Tipologia do sistema de manejo de açais nativos praticado pelos ribeirinhos em Belém, estado do Pará. 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro Agropecuário, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 2005. Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.
Disponível: <http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/1683>.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Janio (orgs.).

Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos

BANCO MUNDIAL. Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira - 1ª ed. Brasília: Banco Mundial, 2003. Disponível em :<

[http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-](http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1185895685298/010CausasDesmatamentoAmazoniaBrasileira.pdf)

[1185895685298/010CausasDesmatamentoAmazoniaBrasileira.pdf](http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895685298/010CausasDesmatamentoAmazoniaBrasileira.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7a. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. 315p.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; **O mundo globalizado**. 5ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

BARROS, R. T. V. et al. **Saneamento**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. (Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios – volume 2).

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução, Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BECKER, Berta Koiffman. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004.

BECKER, Berta Koiffman. Fronteira e urbanização repensadas. **R. bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3/4, p. 315-426, jul./dez. 1985.

BECKER, Berta Koiffman. Geopolítica da Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 29 jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>.

BECKER, Bertha. Dinâmica Urbana na Amazônia. In: DINIZ, C. C; LEMOS, M.B. (Org.). **Economia e Território**. Minas Gerais: UFMG, 2005b. p. 401-428.

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. 3ª.ed. São Paulo : Hucitec; Annablume, 2002.

BERLINGUER, Giovanni. Globalização e saúde global. **Estud. av.**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 21-38, Apr. 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141999000100003&lng=en&nrm=iso>. Access on 01 Feb. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000100003>.

BERNARDES, Carolina. Avaliação integrada de impacto à saúde decorrente de **ações de saneamento, em comunidades de unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia**. 2013. 178f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

BOURGUIGNON, François. **The Globalization of Inequality**. Italy: European University Institute, 2013. (Max Weber Lecture No. 2013/02). Disponível em: http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/26496/MWP_LS_2013_02.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

BOURGUIGNON, François. **The globalization of Inequality**. Princeton University Press, 2012.

BRANDÃO, Claudia Rafaela Farias; et al. O açaí no estado do Pará e seu potencial para o desenvolvimento sustentável da região. In: Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia, CONTECC, 2015, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CONFEA, 2015. Disponível em <http://www.confea.org.br/media/Agronomia_o_acai_no_estado_do_para_e_seu_potencial_para_o_developpement_sustentavel_da_regiao.pdf>. Acesso em 20 maio 2017.

BRASIL. Resolução CONAMA no.20, de 18 de junho de 1986. Estabelece a classificação das águas doces, salobras e salinas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 11.356, 30 jul. 1986.

BRASIL. Casa Civil. **Lei no 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. _____. **LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991** e do estado do Pará (**DECRETO Nº 4.676, DE 18/06/2001**). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 36, de 19 de janeiro de 1990. Aprova normas e o padrão de potabilidade da água para o consumo humano em todo o território nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa de Brasil**, Brasília, p. Seção 1, p. 1651-1654, 23 jan. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boas práticas no abastecimento de água: procedimentos para a minimização de riscos à saúde**. Brasília: Editora: Ministério da Saúde; 2006. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. FUNASA. **Impactos na saúde e no sistema único de saúde decorrentes de agravos relacionados a um saneamento ambiental inadequado**. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2010. 246 p.

Disponível

em<funasa.gov.br/internet/arquivos/biblioteca/estudospesquisas_coletaseletiva.pdf
funasa.gov.br.>

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Açaí, o sabor da Amazônia que se espalha pelo mundo**. 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/acai-o-sabor-da-amazonia-que-se-espalha-pelo-mundo>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Saúde ambiental: guia básico para construção de indicadores**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 124 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério das Cidades. Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Seção 1, p.3.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Projeto Radambrasil. Folha SA. 22**. Brasília: DNPM, 1974. v.5.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Presidência da República. **Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal**. Decreto 7.378, de 1º de dezembro de 2010. Disponível em <www.mma.gov.br/zeeamazonia>. Acesso em 5 de jun. de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E COMÉRCIO, Brasília. **RAIS - Relatório Anual de Dados de Informação Social**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/#2>. Acesso em: 02 dez. 2016.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do programa de polos agropecuários e agrominerais da Amazônia (Polamazônia). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, Seção 1, 25 set. 1974, p.11017. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=203996>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRITO, D. C. **A modernização da superfície: estado e desenvolvimento na Amazônia**. Belém: UFPA: NAEA, 2001.

BRONDIZIO, E. S. et al. Dinâmica na vegetação do Baixo Amazonas: Análise temporal do Uso da Terra integrando imagens Landsat TM, levantamentos florísticos, e etnográficos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 7., Curitiba, 10-14 maio, 1993. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 1993, v. 2, p. 38-46.

BRONDIZIO, E. S. The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: Forest Farmers in the Global Market. New York: New York Botanical Garden Press. Pp. 402. 2008.

BROWDER, John O. e GODFREY, Brian J. **Cidades na Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazonia Brasileira**. Manaus: EDUA, 2006.

BROWDER, John O. e GODFREY, Brian J. Frontier in the Brazilian Amazon: a theoretical framework for urban transition. *Urbanization. Yearbook of the conference of Latin Americanist Geographer*, n.16, p. 55-66, 1990

BROWDER, John O. e GODFREY, Brian J. **Rainforest cities**: urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon. New York: Columbia University press, c1997.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 set. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100014>.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte et al. Concepção integrada de Planos Diretores Municipais e Plano de Desenvolvimento Regional: o caso do baixo Tocantins/PA. In ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR, 11., 2005, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpur, 2005. Disponível em:<<http://www.xienanpur.ufba.br/141.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2017.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CARVALHO, C.E. et al, Indicadores de sustentabilidade fortalecendo a constituição de agroecossistemas sustentáveis em assentamentos rurais do semi-árido Sergipano. **Revista da Fapese**, v.5, n. 1, p. 79-86, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.fapese.org.br/revista_fapese/v5n1/artigo06.pdf. Acesso em: 08 ago. 2014.

CASTELLANOS, P. L. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais. In: BARATA, R. B. (Org.). **Condições de vida e situação de saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997. p. 31-75.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

CASTELLS, Manuel. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. (A era da informação economia, sociedade e cultura; v.3).

CASTRO, Edna. Dinâmicas sociais e territoriais das pequenas e médias cidades na Amazônia. In: CARDOSO, Ana Claudia Duarte (Org.). **O Rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In: _____. **Cidades na Floresta**. São Paulo: Anablumme, 2008a.

CHAGAS, Carlos; Cruz, Oswaldo; PEIXOTO, Afrânio. **Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas**. In: Sobre o saneamento da Amazônia. Manaus: P. Daou, 1972.

CNI. **Pesquisa Ibope**: retratos da sociedade brasileira: saúde pública – (janeiro de 2012) – Brasília: CNI, 2012. 67 p.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo olhares. **Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa)**, Rio de Janeiro, v. 5, p.141-168, 2011. Disponível em: Acesso em: 10 nov. 2017.

COHN, Amélia. Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil, 2004. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., Coimbra, 2004. **Anais...** Coimbra: CES, 2004. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/acohn.pdf>> Acesso em 10 maio 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Proposta de Preços Mínimos**. Brasília: Conab, 2015. v.1. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 22. Jun. 2017

CONFALONIERI, Ulisses E. C. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. **Estud. av.**, São Paulo , v. 19, n. 53, p. 221-236, Apr. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100014&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100014>.

COLOMBARI, Bruno Henrique Moreira; COSTA, Sandra Maria Fonseca da. ESTUDO DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS, ILHA DO MARAJÓ, PARÁ: REDES SOCIAIS ENTRE O URBANO/RURAL E PROPRIEDADE DA TERRA. **Anais** In XVI INIC, XII EPG E VI INIC JR. - Iniciação Científica e Pós-Graduação da UNIVAP. – 2012. Disponível em:< http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2012/anais/arquivos/0039_0869_02.pdf >. Acesso em: 20.08.2017.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; BRONDÍZIO, Eduardo; MONTAIA, G. As Cidades Pequenas do Estuário do Rio Amazonas: Crescimento Urbano e Rede Sociais da cidade de Ponta de Pedras, PA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 11., 2009, Brasília. 20 anos de reflexões sobre o urbano e a cidade. **Anais...** Brasília: UnB, 2009. v. 1. p. 1-20.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; BRONDIZIO, Eduardo. Dependência Inter-urbana entre as Cidades Amazônicas: Crescimento Urbano, Deficiências em Infra-estrutura e Redes Sociais. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 211-234, set./dez. 2009.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; BRONDIZIO, Eduardo. Cities along the floodplain of the Brazilian Amazon: characteristics and trends. In: PINEDO-VASQUEZ, M. et al. (Ed.). **Amazon Varzea**: The decade past and the decade ahead. New York: Springer, 2011.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da et al. Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas: Fluxo Econômico, Crescimento Urbano e as Novas Velhas Urbanidades da Pequena Cidade de Ponta de Pedras. **Redes**, Santa Cruz do Sul. (Impresso), v. 17, n. 2, p. 33-55, set./dez. 2012.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da. et al. A relação entre a economia do açaí e crescimento urbano em uma pequena cidade do estuário do rio Amazonas: uma reflexão. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 56 - 74, 2012.

COSTA, S. M. F. et al: A relação entre a economia do açaí e crescimento urbano em uma pequena cidade do estuário do rio Amazonas: uma reflexão. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, v.58, n. 1, p.10-25, 2017. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/43788/1/art%201.pdf>. Acesso em: 22. out. 2017.

DEÁK, Csaba. Globalização ou Crise Global? In: RAMOS, Sueli (Org.). **Globalização e Estrutura Urbana**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.

DELTAS. **Sustainable Deltas 2014**. Minnesota: University of Minnesota. Disponível em: <http://www.delta.umn.edu/>. Acesso em: 10 ago. 2014.

DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Janio (orgs.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI, 2012, 238 p.

DIAS, Sávio Barriga. Possibilidades e limites do turismo de base comunitária no município de Ponta de Pedras, Ilha do Marajó – Pará. In: I SEMINTUR JR. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 1., 2010, Caxias do Sul. **Anais eletrônico**. Caxias do Sul: UCS, 2010. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/possibilidades_limites.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

DOWBOR, Ladislau. Tendências da gestão social. **Saude soc.**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 3-16, Feb. 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901999000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12901999000100002>.

FERREIRA, Danielle Costa; LUZ, Sergio Luiz Bessa; BUSS, Daniel Forsin. Avaliação de cloradores simplificados por difusão para descontaminação de água de poços em assentamento rural na Amazônia, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 767-776, Mar. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000300767&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015213.23562015>.

FIGUEIREDO, Marília Z. A, CHIARI, Brasília M., GOULART, Bárbara N. G. de. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa qualiquantitativa. **Distúrb. Comun**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 129-136, abr. 2013.

Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/viewFile/14931/111139>>. Acesso em 20 dez. 2016.

FIOCRUZ. ENSP. **Histórico da Saúde Pública**. 2017. Disponível em <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/historico-da-saude/>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

FREITAS, Carlos Machado de; GIATTI, Leandro Luiz. Organização Pan-Americana da Saúde. **Sustentabilidade ambiental e de saúde na Amazônia Legal, Brasil: uma análise através de indicadores**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. 42 p: il. (Saúde Ambiental, 4).

FREITAS, Carlos Machado de; GIATTI, Leandro Luiz. Indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde na Amazônia Legal, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, June 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000600008&lng=en&nrm=iso>. accesson 01 July 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000600008>.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **Raízes do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Quantificação em geografia**. São Paulo, SP: DIFEL, 1998. 161P

GIATTI, Leandro Luiz. Fundamentos das relações entre saúde e ambiente. In: _____. **Fundamentos de Saúde Ambiental**. Manaus: Editora UFAM, 2009.

GIATTI, Leandro Luiz; CUTOLO, Silvana Audrá. Acesso à água para consumo humano e aspectos de saúde pública na Amazônia Legal. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 93-109, Apr. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000100007&lng=en&nrm=iso>. Access on 05 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000100007>.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5a. ed. São Paulo: Atlas 2009.

GORENDER, Jacob. Globalização e trabalho. In: SCHIFFER, Sueli. (org.). **Globalização e estrutura urbana**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc.... espaço, tempo e crítica**, Rio de Janeiro, n. 2, 2007, Disponível em: http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf. Acesso em: 04 Mar. 2015.

HUYNEN, Maud Mte; MARTENS, Pim; HILDERINK, Henk BM; The health impacts of globalisation: a conceptual framework. **Globalization and Health**, v.1, p.14, 2005. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1208931/>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998. 224p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Coordenação de Índices de Preços. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: análise da disponibilidade domiciliar e estado nutricional no Brasil**. Rio de Janeiro, 80p, 2004. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>. Acesso em: 20.jul.2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@contagem populacional 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=15&dados=0>. Acesso em 20.08.2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da população 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em 20 maio.2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Censitários da Região Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama das cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso em: 20 out. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 217 p. Disponível em: Acesso em: 02 de junho de 2015.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **PRODES. Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite**. 2017. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 20. jul. 2016.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Saneamento no Brasil**. 2014. Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/>. Acesso em 20 ago.2016.

JARDIM, Paulo César B. Veiga et al. Hipertensão arterial e alguns fatores de risco em uma capital brasileira. **Arq. Bras. Cardiol.**, v. 88, n.4, p.452-457, 2007.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estud. av.**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, Aug. 2002. Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004&lng=en&nrm=iso>. Access on 17 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>.

KOHLHEPP, Gerd. Regional Policies in Brazil: the Spatial Impact of State Activity in Amazonia. In: NAERSSSEN, Ton van; RUTTEN, Marcel e ZOOMERS, Annelies.

(Editores). **The Diversity of Development: Essays in Honour of Jan Kleinpenning**. Assen: Van Gorcum, 1997. p. 231-240.

KREJCIE, Robert V. e MORGAN, Daryle W. Determining Sample Size for Research Activities. **Educational and psychological measurement**, v. 30, p. 607-610, 1970. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/001316447003000308>>. Acesso em 20.12.2016.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Promoção de saúde, ou a negação da negação**. Rio de Janeiro: Editora Vieira & Lente, 2004.

LEITÃO, Karina Oliveira. **A dimensão territorial do programa de aceleração do crescimento**: um estudo a partir do PAC no estado do Pará e o lugar que o ele reserva à Amazônia do desenvolvimento do país. 2009. Tese (Doutorado) Faculdade de arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

LE MOS, A. L. F.; SILVA, J. A. Desmatamento na Amazônia Legal: Evolução, Causas, Monitoramento e Possibilidades de Mitigação Através do Fundo Amazônia. **Floresta e Ambiente**, Rio de Janeiro, p. 98-108, 2011. Disponível em: <<http://www.floram.org/files/v18n1/v18n1a11.pdf>> Acesso em: 20 maio 2016.

LEVIN, Jack. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. 2a. Ed. São Paulo: Editora Harbra, 1987.

LIMA, Viviana; COSTA, Sandra; ANDRETTA Mendes, Jessica; MILARÉ Montoia, Gustavo. (2012). O DESAFIO DA SAÚDE PÚBLICA EM PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO EM PONTA DE PEDRAS – ILHA DO MARAJÓ / PARÁ – BRASIL. **Revista Univap**. 18. 10.18066/revunivap.v18i31.32.

LIMA, Samuel do Carmo. Espaço, Saúde e Ambiente na Amazônia: ensaios de geografia da saúde. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. (Org.). **Saúde Ambiental e as transformações socioambientais na Amazônia**. São Paulo: Outras Expressões 2013. p.147-170.

LIMA, Susane Patrícia Melo de. Espaço, tempo e a industr(realidade) da floresta na Amazônia do capital natural. In: SCHÖR, Tatiana (org.). **Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira**. Manaus: Editora Valer, 2014.

LISBOA, Aldo; SIMONIAN, Ligia T. L. Gastronomia internacional e hábitos alimentares amazônicos: expansão e transformação. **Papers do NAEA**, Belém, v.273, p.1-17, 2010. Disponível em <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/399>>. Acesso em 20 ago. 2016.

LOURENÇO, C. F., HENKEL, J. A. S., MANESCHY, M. C. **A seguridade social para pescadores artesanais do Brasil**: estudo de caso no Pará. Belém: Coletivo Internacional de apoio aos trabalhadores da pesca, 2006.

MACHADO, J. A. C. et al. Metamorfoses do Modelo Zona Franca de Manaus: Desafios à pesquisa e ao planejamento do desenvolvimento regional. In: SCHERER, Elenise e OLIVEIRA, Jose Aldemir de. (Org.). **Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural**. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, v. 1, p. 39-59.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia**. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978.

MAIA, M. B. R. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de Seguridade Social**. 2009. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Manaus, 2009.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana BOURGUIGNON. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. 2012. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PE_SQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em: 09 ago. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atals, 2010.

MARTINS, Renata. **Bolsa Família**: confira o passo a passo para participar do programa. 2015. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/07/bolsa-fam%C3%ADia-confira-passo-a-passo-participar-programa>>.

MAYRING, Philipp. **Einführung in die qualitative**. 5. ed. Weinheim: Beltz, 2002.

MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **Guerra e paz na aldeia global**. Rio de Janeiro: Record, 1971.

MELLO, Valérie de Campos. **Globalização, regionalismo e ordem internacional**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 42, n. 1, p. 157-181, June 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Feb. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000100007>.

MENDES, Leila Said Assef, et al. A prática docente em uma escola ribeirinha na ilha do Marajó: um estudo preliminar em contexto naturalístico. **Educação**, Porto Alegre, v.31,n.1,p.80-87, jan/abr.2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo; Rio de Janeiro, Hucitec; ABRASCO, 1993.

MOREIRA, Bruno Henrique Colombari. **Ocupações irregulares em pequenas cidades da Amazônia / um estudo em Vila dos Cabanos, Barcarena, Pará, no período de 2005 a 2015**. São José dos Campos, SP, 2016. 100 f.; 1 disco laser Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento

MONTEIRO, Carlos Augusto; POPKIN, Barry. Documentário *“How Junk Food is Transforming Brazil”* (“Como a comida industrializada está transformando o Brasil”) produzido por **New York Y Times. International Times Documentaries**, Editores: COLLIER, Neil; DeKORNFELD, Ora. 2017 Disponível em <<https://www.nytimes.com/video/international-home/100000005148449/junk-food-upriver-tbd.html?playlistId=100000004704153>>. Acesso em: 20. set. 2017.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré. **Planejamento participativo em pequenas cidades da Amazônia: um estudo de caso no município de Ponta de Pedras - PA.** São José dos Campos, SP, 2010. 1 disco laser Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2010.

MORAIS, Rafaela dos Anjos Pinheiro Bogoevich et al. Surto de toxoplasmose aguda no Município de Ponta de Pedras, Arquipélago do Marajó, Estado do Pará, Brasil: características clínicas, laboratoriais e epidemiológicas. **Rev Pan-Amaz Saude**, Ananindeua, v. 7, n. esp, p. 143-152, dez. 2016. Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232016000500143&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 6 maio 2011. <http://dx.doi.org/10.5123/s2176-62232016000500016>.

MURRIETA, R.; SIQUEIRA, A. D. Food consumption and substance in three populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil. **Human Ecology**, Vol. 27, no. 3, p. 455 – 475, 1999.

NIGRO, Sacardo Daniele; PEREZ, Aguilar Fernanda. Saúde Global: um campo em construção. In: FORTES, Paulo Antônio de Carvalho. RIBEIRO, Helena (organizadores). **Saúde Global**. Barueri, SP: Manole, 2014.

NOBRE, C. A. Recent Progress in Modeling Biome-Climate Interactions in Amazônia. Conf. Cient. do LBA, 3., 2004, Manaus. **Anais...** Manaus: INPA, 2004. Cd-Rom. Resumo 19.2.

OECD – Organization for Co-Operation and Development. **OECD Environmental Indicators: Development, Measurement and Use: Reference Paper**. Paris: OECD, 2003.

OLIVEIRA, Aline Silva de; GARCIA, Ricardo Alexandrino; COSTA, Alfredo; Caracterização da Dinâmica Demográfica da Amazônia Legal e Projeção Populacional Municipal. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. Disponível em<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_2/abep2010_2548.pdf> Acesso em 03 jun.1014

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 2ª. Edição. Campinas: Papirus, 1989.

OLIVEIRA, Ivan Gomes de. **Análise de percepção ambiental de moradores de área de várzea em pequenas cidades da Amazônia: um estudo de caso**. Orientadora Profa. Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa. – São José dos Campos, SP, 2015.Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

OLIVEIRA, Jose Ademir de. A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais....** Coimbra: CES, 2004.Disponível em<<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/JoseAldemirdeOliveira.pdf>> . Acesso em: 20. jul. 2016.

OLIVEIRA, Jose Ademir de. A Cultura, as Cidades e os Rios na Amazônia. **Rev. Ciência e cultura**, São Paulo, v. 58, n.3, p. 27-29, jul./set. 2006a.

OLIVEIRA, José Ademir e SCHOR, Tatiana. Saúde na floresta, nos rios e nas cidades da Amazônia brasileira. In: OLIVEIRA, José Ademir (org.). **Espaço, saúde e ambiente na Amazônia**: ensaios de geografia da saúde. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 238p.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Tempo e espaço urbano na Amazônia no período da borracha. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 10, n. 218, 2006b. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-35.htm>. Acesso em: 17 Jan. 2017.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). **Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA. 2008.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Barbosa Carneiro; FARIA, Sueli Corrêa. Aplicação do modelo FPSEEA na construção de indicadores de saúde ambiental. In: PHILIPPI JR; Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. (Org.). **Indicadores de sustentabilidade e gestão ambiental**. 1 ed. Barueri, SP: Manole, 2012, v. 1, p. 19-21.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE **Número de adultos com diabetes quadruplicou desde 1980**, 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-04/oms-numero-de-adultos-com-diabetes-quadruplicou-desde-1980>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OPAS. **Relatório da OMS informa progressos sem precedentes contra doenças tropicais negligenciadas**. 2017. Disponível em: http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5401:relatorio-da-oms-informa-progressos-sem-precedentes-contra-doencas-tropicais-negligenciadas&Itemid=816>. Acesso em: 19. Jan. 2017.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Situação global de suprimento de água e saneamento**. 2000. Disponível em <http://www.who.int/inf-pr-2000/em/pr200-73.html>>. Acesso em: 03 abr. 2003.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - ONU Brasil**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 20. Junho.2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Quem Somos**, 2017. Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp> Acesso em: 20 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICA DE SAÚDE - OPAS. **Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2004. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/eng_impacto.pdf.> Acesso em: 20 ago. 2014.

PACHECO, Maria Emília. **A Amazônia e a comida de verdade**: Relatório da Segurança Alimentar do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Consea, 2015. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2015/a-amazonia-e-a-comida-de-verdade>>. Acesso em 20. jun. 2017.

PADILHA, Rafael Vale, REIS Thais, MARGALHO, Maria Suely do Vale, TEIXEIRA, Ivandi Silva. T. **AÇAÍ: PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO NORTE**. In XVI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica Júnior - Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2012/anais/arquivos/RE_0182_0081_02.pdf . Acesso em: 22. out. 2017.

PAGLIARUSSI, M. S. **A cadeia produtiva agroindustrial do açaí: estudo da cadeia e proposta de um modelo matemático**. 65f. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

PARÁ. SECRETARIA DE SAÚDE. **Resolução nº 38, de 13 de Março de 2015. A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará**. 2014. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/37/Res%2038%20-%20NASF%20Ponta%20de%20Pedras.pdf>>. Acesso em: 22. out. 2017.

PASKOFF, R. **Les littoraux**: impact des aménagements sur leur évolution. Paris: Masson, 1985. 185 p. (Col. Géographie).

PEREIRA, José Carlos Matos. A urbanização da Amazônia e o papel da Cidades Médias na Rede Urbana Regional. In: CARDOSO, Ana Claudia Duarte. **O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006.

PERZ, S. G. The Quality of Urban Environments in the Brazilian Amazon. **Social Indicators Research**, v. 49, n. 2, p. 181-212, 2000.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ. Grupo Executivo do Estado do Pará. 2007. Disponível em http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9408a880-6ec0-4be0-9cb7-feb01c4a6256&groupId=24915. Acesso em 20.abril.2016.

PNUD BRASIL. **Capacitações no Marajó promovem empoderamento de agricultores locais e boas práticas no manejo de açaizais**, 2016. Disponível Em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2016/10/11/capa-cita-es-no-maraj-promovem-empoderamento-de-agricultores-locais-e-boas-pr-ticas-no-manejo-de-a-aizais.html>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M_1991-2010>. Acesso em: 20 maio 2014.

PROGRAMA Saúde da Família. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 316-319, June 2000. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000300018&lng=en&nrm=iso>. Access on 04 Sept. 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102000000300018>.

PRÜSS-USTIN, A. et al. **Safer water, better health**: costs, benefits and sustainability of interventions to protect and promote health. Geneva: WHO, 2008, 53 p. Disponível em:

<http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43840/1/9789241596435_eng.pdf >.

RADIS. COMUNICAÇÃO E SAÚDE. Editora Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp). **RADIS**, n.149, fev. 2015. Disponível em

http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/radis_149_site.pdf. Acesso em: 22 dez. 2016.

RIBEIRO, Helena. **Saúde global**: olhares do presente. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016. 106 p. (Coleção Temas em Saúde).

ROGEZ, H. **Açaí: Preparo Composição e Melhoramento da Conservação**. 1 ed. Belém Pará: EDUFPA, 2000.

ROSEN, George. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo: UNESP, 1994.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n.1, p.115-132, 1999.

SANEAMENTO PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE. Disponível em

<<http://www.funasa.gov.br/internet/SanPromSau.asp>> Acesso em: 13 jun. 2012.

SANTANA, A. C., GOMES, J. M. **Cadeias Produtivas e oportunidades de negócios na Amazônia**. Belém: UNAMA; FCAP. 2005.

SANTANA, Paula. Ambientes e sujeitos sociais no mundo globalizado: a geografia da saúde e as demais áreas do conhecimento. In: OLIVEIRA, José Ademir; SOUZA, Geraldo Alves. **Geografia da saúde**: ambientes e sujeitos sociais no mundo globalizado. Manaus: EDUA, 2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Edusp, 2013.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2014, 176p.

SANTOS, Boaventura Souza. **A globalização e a Ciências Sociais**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SATHLER, Douglas; MONTE-MOR, Roberto L.; CARVALHO, José Alberto Magno de. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 11-39, Apr. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000100002>.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo, Unesp; Brasiliense, 1993.

SCHAFF, Adam. **The Triple Revolution**. 1964. Disponível em<<http://scarc.library.oregonstate.edu/coll/pauling/peace/papers/1964p.7-05-large.html>>. Acesso em: 20 dez 2016.

SCHEID, Cintia Maria. **O impacto da globalização na elaboração de políticas públicas urbanas: uma possibilidade de aproximar a cidade à cidadania**. 2011. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/cintia_maria_scheid.pdf. Acesso em: 19 ago. 2014.

SCHOR, Tatiana; SANTANA, Paula. (Orgs) **Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira**. In: SCHOR, Tatiana. **As corporações e o espaço urbano amazonense**. Manaus: Editora Valer; CNPq; Fapeam, 2015. 240 p. (coleção Geografias e Cidades, v. 2)

SEBRAE. **Boletim: produção nacional de açaí**, 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/64153228c3c444bcd587b6b501fa076/\\$File/5827.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/64153228c3c444bcd587b6b501fa076/$File/5827.pdf)>

SEPOF [Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças]. **Estatísticas Municipais**. Belém, PA: Governo do Pará; SEPOF, 2008.

SILVA, Alcir do Socorro Pacheco da; VINAGRE, Marco Valério de A; CARDOSO Andréia do Socorro Conduru de Sousa. Açaí: manejo e sustentabilidade – uma experiência no Município de Muaná/Marajó-PA. **Revista educação ambiental em ação**, v.15, n.57, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/index.php>>. Acesso em: 22. out. 2017.

SILVA, Daniel Martins. Os BRICS e cooperação em saúde: um panorama dos avanços e potencialidades. **Observatório Brasil e o Sul**. 24/02/2016. Disponível em: <<http://obs.org.br/integracao/854-os-brics-e-cooperacao-em-saude-um-panorama-dos-avancos-e-potencialidades>>. Acesso em 20. jan. 2017.

SILVA, H. P. A saúde humana e a Amazônia no século XXI: reflexões sobre os objetivos do milênio. **Novos Cadernos NAEA**, v. 9, n. 1, p. 77-94, jun. 2006. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/58>> . Acesso em 07.mai.2017.

SILVA, Minelle Enéas; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. A análise de indicadores de sustentabilidade na problemática de resíduos sólidos em Campina Grande–PB. **REUNA**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 91-110, 2012.

SILVA, Nilza Nunes da. **Amostragem Probabilística: Um Curso Introdutório**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, Noelma. As cidades pequenas na região da Amazônia legal: cidades sustentáveis? ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., Caxambu, 2007. **Anais...: Cidades: perspectivas e interlocuções nas ciências sociais**. Disponível em <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st05-6/2788-noelmasilva-as-cidades/file>>. Acesso em 11 jul. 2014.

SOARES JUNIOR, Adilson Viana; COSTA, João Batista Sena; HASUI, Yociteru. Evolução da margem atlântica equatorial do Brasil: três fases distensivas. **Geociênc.** (São Paulo), São Paulo, v. 27, n. 4, Oct. 2008. Available from <<http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/GEOSP/article/view/7071/6516>>. access on 30 June 2014.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas cidades: uma revisão do tema. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. 1ª edição. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SOUZA, M. L. O Desafio Metropolitano: **Um Estudo Sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STEINBRENNER, R. A. Centralidade ambiental x invisibilidade urbana (ou os novos “fantasmas” da Amazônia). In: ARAGÓN, L. E.; OLIVEIRA, J. A. **Amazônia no cenário sul americano**. Manaus: Editora da UFAM, 2009. p. 19-40.

SUFRAMA. **Planejamento Estratégico**, 2014. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm>. Acesso em: 1 dez. 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (Brasil) (SUDAM). **Amazônia modelo de integração**. Belém: Sudam, 2014.

SUPERTI, Eliane. A Fronteira Setentrional da Amazônia Brasileira no contexto das políticas de integração sul-americana. PRACS: **Revista de Humanidades**, Macapá, n. 4, p. 01-16, dez. 2011. Disponível em <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/369/n4Superti.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

TAVARES, G. dos S. HOMMA, A.K.O. Comercialização do açaí no estado do Pará: alguns comentários. **Revista Observatório de la Economía Latinoamericana**, Brasil, Sep. 2015. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/acai-para.html>>. 1 dez. 2016.

TAVARES, L. P. O. O Rural e Urbano no Limite das Pequenas Cidades Amazônicas: estudo sobre assentamento Cinturão Verde no Município de 61 Cametá/PA. In: TRINDADE JUNIOR, S-C. C. et al. (orgs.). **Pequenas e Médias Cidades na Amazônia**. 1ed. Belém: Fase, ICSA; UFPA, 2009, v. 1, p. 117-135.

TRINDADE JR, S. C. C. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA, Belém**, n. 321, p. 1-22, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Revista Mercator**, v. 14, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/issue/view/RMEsp>>. Acesso em 12 mar. 2016.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto Miranda. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 13-23.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TURINI, Elizabeth. **Açaí (fruto)**. 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_01_09_17_37_58_acai_dezembro.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

VIANA, Rosana Lima; FREITAS, Carlos Machado de; GIATTI, Leandro Luiz. Environmental health and development in legal amazon: socio-economic, environmental and sanitary indicators, challenges and perspectives. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.25, n.1, p.233-246, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n1/1984-0470-sausoc-25-01-00233.pdf>. Acesso em 20. jul. 2017.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba, PR: UFPR 2004. 287 p. (Série Pesquisa; n. 81).

VIEIRA, Falcão Milano Marcelo; VIEIRA, Falcão Eurípedes; KNOPP da Costa Glauco. **Espaço Global: território, cultura e identidade**. 2008. Disponível em <<file:///C:/Users/Mendes/Downloads/3438-8419-1-PB.pdf>> Acesso em: 22 dez. 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global surveillance, prevention and control of Chronic Respiratory Diseases: A comprehensive approach**. Geneva: World Health Organization, 2007. Disponível em: <http://www.who.int/gard/publications/GARD%20Book%202007.pdf>. Acesso em 12 maio 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Integrating neglected tropical diseases into global health and development**: fourth WHO report on neglected tropical diseases. Geneva: World Health Organization; 2017. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

WTO. World Tourism Organization. UNWTO NEWS. Magazine of the World **Tourism Organization**, v. 22, n.1, 2008. Disponível em: <<http://www.unwto.org/media/mag/en/mag.php?op=1>>. Acesso em: 15.11 2017.

YASSUKO TOMA, Marina. **Estatística**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014. <HTTP://WEBCACHE.GOOGLEUSERCONTENT.COM/SEARCH?Q=CACHE:8MFx7HANQXYJ:WWW.AEDMOODLE.UFPA.BR/PLUGINFILE.PHP%3FFILE%3D%252F133153%252FMOD_RESOU>

RCE%252FCONTENT%252F1%252FESTAT%25C3%25ADSTICA.DOC+&CD=18&HL=EN&CT=CLNK&GL=BR>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ANEXO 1: RESOLUÇÃO Nº 38, DE 13 DE MARÇO DE 2015

C I B-SUS/PA	COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ - COSEMS /PA	CIB-SUS/PA
--------------	---	------------

Resolução nº 38, de 13 de Março de 2015.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,

- **Considerando** a Portaria GM/MS nº 2.488, de 21/10/2011 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

- **Considerando** a Resolução CIB nº 186, de 19/10/2011, artigo 8º, Inciso XI, que define como competência da Comissão Intergestores Regional a aprovação de projetos de implantação/expansão das Estratégias Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família/Saúde Bucal, Centros de Atenção Psicossocial-CAPS e Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF.

- **Considerando** a Resolução CIR Marajó I n.º 06, de 15/05/2014, que aprova a implantação de um Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, no município de Ponta de Pedras.

Resolve:

Art. 1º - Homologar a habilitação do município de Ponta de Pedras, para receber o incentivo financeiro referente ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, conforme quantitativo e modalidade definida a seguir:

NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF					
CRS	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	MODALIDADE		
			TIPO I	TIPO II	TIPO III
7º	Ponta de Pedras	27.103	-	01	-

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 13 de Março de 2015.

Heloísa Maria Melo e Silva Guimarães.
Secretária de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/SUS/PA.

Charles César Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

ANEXO 2: PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A globalização e saúde da população de pequena cidade no Delta do Amazonas: Um estudo de caso sobre Ponta de Pedras e Ilha do Marajó, Pará

Pesquisador: Viviana Mendes Lima

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 49693015.7.0000.5421

Instituição Proponente: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.420.518

Apresentação do Projeto:

Projeto sobre as relações econômicas e culturais da globalização no ambiente ribeirinho do município de Ponta de Pedras na Ilha do Marajó. Visa estudar se a globalização teve influencia no crescimento urbano e na dinâmica espacial do município, e no perfil de consumo dos moradores, nos últimos vinte anos, considerando as transformações políticas e econômicas, bem como os determinantes sociais de qualidade de vida. O estudo utilizará dados multifontes (tais como dados censitários, DATASUS, IBGE, questionários aplicados à população residente e entrevistas com gestores públicos).

Objetivo da Pesquisa:

Geral: analisar os efeitos da globalização em Município no Delta do rio Amazonas no aspecto econômico, por meio do consumo e trabalho, e seu reatamento nos determinantes de saúde da população

Específicos:

- a) Verificar de que forma o município se insere no contexto da globalização econômica no Delta do rio Amazonas;
- b) Verificar se os processos de trabalho mudaram nos últimos 20 anos;

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715

Bairro: Cerqueira Cesar

CEP: 01.246-904

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3061-7779

Fax: (11)3061-7779

E-mail: coep@fsp.usp.br

**FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO**

Continuação do Parecer: 1.420.518

c) Analisar o perfil da morbidade e da mortalidade dos moradores e verificar se existe relação entre globalização e saúde.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos mínimos.

O município bem como a população e gestores públicos se beneficiaram de estudos científicos que estarão a disposição para consulta pública no objetivo de contribuir com informações

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante com métodos adequados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE adequados (representantes do poder público e população).

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_547805.pdf	03/02/2016 16:54:21		Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista.doc	03/02/2016 16:53:46	Viviana Mendes Lima	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_poderp.doc	03/02/2016 16:49:08	Viviana Mendes Lima	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEpop.doc	03/02/2016 16:46:09	Viviana Mendes Lima	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA.pdf	14/09/2015 10:53:28	Viviana Mendes Lima	Aceito
Folha de Rosto	Folha de Rosto Viviana Mendes 001.jpg	05/08/2015 15:34:35		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715

Bairro: Cerqueira Cesar

CEP: 01.246-904

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)3061-7779

Fax: (11)3061-7779

E-mail: coep@fsp.usp.br

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

Continuação do Parecer: 1.420.518

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 23 de Fevereiro de 2016

Assinado por:
Maria Regina Alves Cardoso
(Coordenador)

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715
Bairro: Cerqueira Cesar
UF: SP
Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779
Fax: (11)3061-7779
CEP: 01.246-904
E-mail: coep@fsp.usp.br

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) participante:

Você está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa intitulada. **“A globalização e saúde da população de pequena cidade no Delta do AMAZONAS: Um estudo de caso sobre Ponta de Pedras – Ilha do Marajó, Pará”**, “sob responsabilidade da pesquisadora Profa. Viviana Mendes Lima, do curso de Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública da USP. Os objetivos da pesquisa são: analisar os efeitos da Globalização nos Municípios no Delta do rio Amazonas no aspecto econômico, por meio do consumo e seu reatamento nos determinantes de saúde da população; verificar de que forma o município se insere no contexto da globalização econômica no Delta do rio Amazonas; analisar o perfil da morbidade e da mortalidade dos moradores e verificar se existe relação entre globalização e saúde e verificar se os processos de trabalho mudaram os últimos 20 anos. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da USP, proc. No. _____.

Sua participação é muito importante e voluntária. A pesquisa envolve o preenchimento de 1 (um) formulário e entrevista semi estruturada. Todos os dados coletados servirão exclusivamente para fins da pesquisa acadêmica, mantendo-se preservada a sua identidade. Todas as informações são confidenciais e serão mantidas em sigilo. Qualquer dúvida entrar em contato com CEP – Conselho de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública – USP.

TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, aceito livremente participar do estudo intitulado **“A globalização e saúde da população de pequena cidade no Delta do Amazonas: Um estudo de caso sobre Ponta de Pedras – Ilha do Marajó**, e estou de acordo em participar do estudo descrito acima, fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido. Os pesquisadores me garantiram disponibilizar qualquer esclarecimento adicional que eu venha solicitar durante o curso da pesquisa e aos pesquisadores e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a minha desistência implique em qualquer prejuízo à minha pessoa ou à minha família, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação. A minha participação neste estudo não me trará nenhum custo ou benefício econômico. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente estarei contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Declaro ter recebido todas as informações necessárias sobre a pesquisa e ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome da Participante _____

COMPROMISSO DO PESQUISADOR: Eu, Viviana Mendes Lima, discuti todas as questões relacionadas ao projeto de pesquisa com cada participante do estudo. É minha opinião que cada indivíduo entenda o estudo, benefícios e obrigações relacionadas a esta pesquisa. Comprometo-me ainda a fazer a divulgação dos dados obtidos na pesquisa independente dos resultados para a população de estudo.

Local e data: _____

Assinatura do participante ou representante legal _____

Assinatura do (a) pesquisador(a) _____

Para maiores informações, favor entrar em contato com: Profa. Viviana Mendes Lima: Fone: (12) 98138-2110; Profa. Helena Ribeiro Fone: (011) 3061-7894; Profa. Sandra Maria Fonseca da Costa: Fone: (012) 3947-1120. O horário de atendimento é de segunda a sexta das 08h00 às 17h00. Este termo é composto de duas vias de igual conteúdo, sendo uma para a pesquisadora e a outra para o (a) participante.

APÊNDICE 2: FORMULÁRIO DE QUESTÕES

Projeto “A globalização e saúde da população de pequena cidade no Delta do Amazonas: Um estudo de caso sobre Ponta de Pedras – Ilha do Marajó, Pará”
Projeto Financiado pela CAPES e pelo CNPq

Localização da RESIDÊNCIA

Data (dia, mês, ano)	_ _ _ _ _ _ _	
Entrevistador	_____	QUESTIONARIO: No. _____
Município	_____	
Comunidade	_____	Nome do chefe da família _____

1. Dados pessoais

1.1 Sexo	1. Feminino ()	2. Masculino ()
1.2 Idade:		
1.4 Qual sua profissão? Ocupação:		
1.3 Naturalidade		
1.4 Escolaridade:		
1.5 Renda Familiar:	() Menos de 1 salário mínimo	
	() 1 a 3 salários mínimos	
	() 4 a 6 salários mínimos	
	() 7 a 11 salários mínimos	
	() Mais de 11 salários mínimos	

2. Dados da Família

2.1 Há quanto tempo mora nesta casa?		
2.2 Quantos cômodos tem a casa? Exceto banheiro		
2.3 Quantas pessoas moram na casa	Adultos ()	Crianças ()

3. Bens de Consumo na moradia

3.1 Celular?	() Sim () Não Caso Sim, quantos?
3.2 Telefone fixo?	Sim () Não ()
3.3 Acesso a <i>Internet</i> ?	Discada () () Telefone
3.4 Caso tenha <i>Internet</i> quando precisa acessa onde?	() <i>Lan house</i> () Casa de amigo () Trabalho () Escola () Outro ()
3.5 Para o que vocês mais utilizam <i>Internet</i> ?	Estudo () Redes Sociais () Pesquisa de Compras () Cultura () Música () Notícias () Jogos () Outros () Explique
3.6 Computador?	Sim () Não ()
3.7 <i>Tablet</i> ?	Sim () Não ()
3.8 Televisão? Qual tipo/modelo?	Sim () Não () Modelo Quando adquiriu?

3.9 Antena parabólica? TV a cabo? Que tipos de programas assistem?	Sim () Não ()	
3.10 Geladeira?	Sim () Não ()	Quando adquiriu?
3.11 Máquina de lavar?	Sim () Não ()	Quando adquiriu?
3.12 Tanquinho?	Sim () Não ()	Quando adquiriu?
3.13 Fogão?	Sim () Não () A gás () A lenha ()	Quando adquiriu?

4. Econômico

4.1 A família recebe algum benefício do governo?		Sim () Não ()
4.2 Bolsa – Família	Sim () Não () R\$	
4.3 Seguro Defeso	Sim () Não () R\$	Período: mês/ano
4.4 Aposentadoria	Sim () Não () R\$	
4.5 Pensão	Sim () Não () R\$	
4.6 Outras fontes de renda?	() Sim () Não Se sim qual	
4.7 Tem relação com o açaí?	Produção Sim () Não ()	Sabe a Quantidade semana mês
	Vende Sim () Não ()	Sabe a Quantidade semana mês
	Compra Sim () Não ()	Sabe a Quantidade semana mês
	Meieiro Sim () Não ()	
	Armazena Sim () Não ()	
4.8 Houve alguma mudança na produção do açaí		
4.9 Se você vende o açaí, se sim vende para quem e onde?		
4.10 A produção do açaí é para exportação ou venda local?		
4.11 Tem algum problema de saúde em relação ao trabalho com açaí?	() Sim () Não Se sim qual	
4.12 Tem alguma doença ocupacional em relação ao trabalho com açaí?		
4.13 Você tem registro em carteira?		

5. Hábitos Alimentares

5.1. Quantas refeições são realizadas diariamente? _____	
5.2. Vocês mudaram o hábito alimentar nos últimos anos?	Quais foram às mudanças? Lanche? Pizza? Salgadinho? Bolachas?
Substituíram o peixe por lanche?	Sim () Não ()
Substituíram o açaí por outro alimento?	Sim () Não ()
Substituíram a tapioca por outro alimento?	Sim () Não ()
Quais alimentos que menos gosta?	
5.3. Quais são os alimentos preferidos?	

FREQÜÊNCIA DO HÁBITO ALIMENTAR

Frequência							
Leite	Raramente ()	1x/mês ()	2a3x/mês ()	1x/sem ()	2a3x/sem ()	4a6x/sem ()	Todo dia ()
Café							
iogurte/Danone							
Queijo/Presunto							
Carne de frango							
Carne de vaca							
Carne de porco							
Visceras Embutidos							
Peixe / Camarão							
Ovos							
Feijão							
Vegetais/salada							
Cereais/Grãos							
Refrigerantes							
Sucos naturais							
Frutas							
Refrescos industrializados							
Bebidas alcoólicas							
Açúcares e Doces							
Frituras/Gorduras							
Ketchup/Maionese Mostarda							
Salgado de pacote							
Enlatados / Conservas							
Lanches							
Macarrão							
Miojo							
Arroz							
Pão com manteiga							

6. Infraestrutura

6.1 Eletricidade na casa	rede () gerador () lâmpião () nenhuma ()
6.2 Água encanada na casa	Sim () Não () Se Não que tipo utiliza _____
6.3 Tipo construção da casa:	Madeira () Alvenaria () Mista (madeira; alvenaria) Mista (madeira e palmeiras) ()
6.4 Quando pega água de algum lugar, onde armazena? De onde pega água?	
6.5 Tem caixa d'água? Costuma lavar ou limpar?	
6.6 Qual água é utilizada para beber?	
6.7 Essa água é de boa qualidade?	Sim () Não ()
6.8 Você trata a água para consumir? Como faz este procedimento?	Sim () Não ()
6.9 Você tem filtro?	Sim () Não ()
6.10 A casa tem tanque?	Sim () Não ()
6.11 A casa tem pia ?	Sim () Não ()

6.12 O terreno da casa é cercado?	Sim () Não () Caso Sim () arame () muro
6.13 Quando chove muito, sua casa enche?	Sim () Sim () Caso Sim, quanto tempo fica inundada?_____ -
6.14 Você tem alguma criação de animais no terreno?	Qual ou Quais?_____ () consumo () comércio
6.15 O ambiente da casa é roçado ou varrido?	
6.16 Você tem alguma plantação de fruta?	Qual ? () consumo () comércio

7. Condições do Domicílios

7.1 Como é feita a limpeza da casa? Utiliza produtos ? Quais?	
7.2 Você tem banheiro?	
7.3 Você tem privada? Onde fica?	() dentro da casa () fora da casa

8. Esgoto

8.1 () Rede pública () Fossa Séptica () fossa seca () outro qual?

9. Destinação do Lixo

9.1 Tem coleta de lixo na sua rua?	
9.2 Você separa o lixo da sua casa para reciclagem?	() Sim () Não
9.3 Tem lixo a céu aberto () Observação do entrevistador.	Sim () Não () caso Sim qual?
9.4 Se não tem coleta, o que faz com o lixo? enterrado	() Enterra () Queimado () Outro

10. Saúde

10.1 Nas últimas duas semanas alguma pessoa da casa ficou doente? Quem? Foi ao médico? Sabe qual doença?	Sim () Não ()
10.2 Como vocês têm tratado a doença?	
10.3 Em sua opinião, porque as pessoas têm ficado doente?	
10.4 Quando estão doentes, onde procuram tratamento?	Hospital () UBS () Belém ()
10.5 O que poderia ser feito para que as pessoas não ficassem doentes em sua casa?	

11. Qualidade de Vida

11.1 Houve alguma mudança em particular na sua vida e família em função do trabalho?	Sim () Não () Caso sim qual?
11.2 O que é qualidade de vida para você?	_____

11.3 Você gosta do Bairro onde mora?	Sim () Não ()
11.4 O que falta no seu Bairro?	
11.5 Você gosta da casa onde mora?	Sim () Não ()
11.6. Se pudesse fazer uns ajustes na construção o que mudaria?	_____
11.7 Que tipo de serviço considera bom no seu Bairro?	
11.8 Que tipo de serviço falta?	
11.9 O que deve ser feito na sua comunidade para aumentar a qualidade de vida?	

12. Lazer

12.1 Você ou alguém de sua casa já foi ao cinema? Quantas vezes ao ano?	Sim () Não ()
12.2 Você ou alguém de sua casa gosta de tecnobrega? Costuma ir as festas?	Sim () Não () Tipo de festa:
12.3 Você ou alguém de sua casa vai a praia?	Sim () Não () Se não, porque
12.4 Que tipo de música vocês ouvem?	
12.5 O que fazem para se divertir?	

Fonte: Elaborado pela Autora (2015)

Adaptado de: Costa et al (2010), Bernardes (2013)

APÊNDICE 3: TRECHO DA ENTREVISTA DE CAMPO COM MORADORES DA COMUNIDADE FORTALEZA (ÁREA RURAL) EM PONTA DE PEDRAS.

Trecho da entrevista de campo com moradores da comunidade Fortaleza (área rural) em Ponta de Pedras.

Morador: Olha professora: compramos em média 6 litros/semana de combustível e armazenamos em galões, aí conseguimos ir até a cidade. Cada litro eu pago R\$ 3,90 lá em Ponta, Se eu comprar ali no vizinho da comunidade que trás e guarda em casa para revender, ele cobra de R\$ 4,80 a R\$ 5,00.

Pesquisadora: Mas não é perigoso armazenar este combustível, em casa?

Morador: Não tomamos cuidado, deixamos em um lugar fechado. Olha professora com 2 litros de gasolina é o suficiente para ir do igarapé até a cidade, isso uma vez por semana. Mas a gente sempre precisa ir mais de uma vez, né.

Pesquisadora: como vocês fazem para gelar os alimentos e as bebidas?

Moradores: Oia, a gente faz assim, quem tem freezer em casa na hora que abastecermos o gerador com combustível sempre à tarde ou começo da noite. Porque ligamos a TV, eu assisto normalmente notícia e depois ligo o rádio, mas a mulher e as crianças gostam de assistir, a tal da novela. Ligamos o freezer junto e botamos no último desta forma ele congela e dura até o dia seguinte, senão ficar abrindo muito. Desta maneira professora congelamos peixe, carne, galinha, e água para conservar.

Pesquisadora: mas e quem não tem freezer?

Morador: Oia professora quem não tem freezer ou coloca emprestado no vizinho quando a casa é próxima, normalmente é sempre família que mora junta da outra. Ou também pode comprar balde de gelo e guardar em isopor, para resfriar o açaí, água, galinha, carne. Oia o balde de gelo a gente acha por R\$ 4,00 a R\$ 5,00. É assim professora quando não temos muitas condições, temos que se virar.

APÊNDICE 4: PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA PESQUISA

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS O Projeto será Financiado pela CAPES e CNPq	
ITENS	PREVISÃO DE CUSTO (\$)
Material de Consumo (despesa com xerox, encadernações, etc).	R\$ 600,00
Material Permanente	
Material Bibliográfico (livros, apostilas, revistas etc).	R\$ 1.200,00
Serviços de Transportes (ônibus, barco etc).	R\$ 400,00
Despesa com Passagens Aéreas e Diárias	R\$ 2.500,00

APÊNDICE 5: ARTIGO APROVADO UMA CONTRIBUIÇÃO DA METODOLOGIA PEIR PARA O ESTUDO DE UMA PEQUENA CIDADE NA AMAZÔNIA: PONTA DE PEDRAS – PARÁ

Uma contribuição da metodologia Peir para o estudo de uma pequena cidade na Amazônia: Ponta de Pedras, Pará¹

A contribution from the DPSIR methodology to the study of a small town in the Amazon: Ponta de Pedras, Pará, Brazil

Viviana Mendes Lima

Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública.
Departamento Saúde Ambiental. São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: geomendes@usp.br

Sandra Maria Fonseca da Costa

Universidade do Vale do Paraíba. Planejamento Urbano e Regional. Laboratório de Estudo das Cidades. São José dos Campos, SP, Brasil.
E-mail: sandra@univap.br

Helena Ribeiro

Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública.
Departamento Saúde Ambiental. São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: lena@usp.br

Resumo

Este artigo objetivou analisar a contribuição da metodologia Peir para estudo de uma pequena cidade da Amazônia a partir da análise do modo de vida da população. Como procedimento metodológico procurou-se entender a relação entre aspectos de urbanização conectados à globalização e saúde da população dessa cidade. Foram obtidos dados em campo, os quais permitiram analisar a situação de saúde em dois setores urbanos. A metodologia Pressão-Estado-Impacto-Resposta (Peir), desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e adaptada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), servirá de suporte para a compreensão dos impactos na saúde da população a partir do acesso a infraestruturas disponíveis, entre elas o abastecimento de água. O local de estudo é cidade de Ponta de Pedras, situada na Ilha do Marajó, estado do Pará, Brasil. Como resultado nota-se a necessidade de intervenções imediatas por parte do poder público para minimizar os impactos das condições de vulnerabilidade sobre as populações.

Palavras-chave: Cidades Pequenas; Saúde; Ambiente; Peir.

Correspondência

Viviana Mendes Lima
Laboratório de Estudos das Cidades. Rua Shishima Hifumi, 2911. São José dos Campos, SP, Brasil. CEP 12244-000.

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Viviana Mendes Lima

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1711383409586419>
Última atualização do currículo em 24/07/2018

Doutora em Saúde Global e Sustentabilidade pela USP - Faculdade de Saúde Pública (2017). Pesquisadora Participante - Laboratório de Estudos das Cidades, Formada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade do Vale do Paraíba (Univap 2004-2007), Mestra em Planejamento Urbano e Regional (2010). Participou do Projeto Rondon Operação Grão-Pará em janeiro de 2008. Também possui formação Técnica em Enfermagem pela Escola Fundação Johnson de São José dos Campos, SP. Dentro do período de 1999 a 2002 exerceu a função home care em Lausanne, Suíça. Ainda neste período ministrou aulas particulares de língua portuguesa e foi aluna do Curso de Francês do Polesud (Lausanne/Suíça). No período de agosto 2005 a dezembro de 2006 exerceu a função de Técnica em Enfermagem na APAC- Associação de Proteção e Assistência aos Condenados no Presídio Feminino de São José dos Campos, SP. Em 2007 ministrou aulas para o Ensino Fundamental e Médio em Escola Estadual no município de Jacareí, SP. Em janeiro de 2008, participou como membro capacitadora do Projeto Rondon na Operação Grão-Pará, no Município de Madeiro, Piauí. Coordenadora do INIC -TÉCNICO - Encontro de Iniciação Científica ,Pós-Graduação, INIC Jr e INID anual da UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba. Foi Tutora de Educação a Distância - (EAD) do Curso de Gestão Ambiental - UNOPAR. Professora Convidada do Curso de EAD - Especialização em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública - USP. Sou voluntária na Instituição - Centro Dandara de Promotoras Legais Populares que trabalhar com mulheres em situação de violência. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Viviana Mendes Lima
Nome em citações bibliográficas	MENDES LIMA V.;MENDES.V.L.;LIMA.V.M.;LIMA, VIVIANA MENDES

Endereço

Endereço Profissional	Universidade do Vale do Paraíba, Universidade do Vale do Paraíba - Campus Urbanova. Av: Shishima Hifumi, 2911 Urbanova 12244-000 - São José dos Campos, SP - Brasil Telefone: (12) 39471120 URL da Homepage: http://www.univap.br/
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2017	Doutorado em SAÚDE GLOBAL E SUSTENTABILIDADE. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, FSP, Brasil. Título: Globalização e Saúde na Amazônia: um estudo de uma pequena cidade - Ponta de Pedra Ilha do Marajó, Pará, Ano de obtenção: 2017. Orientador: 😊 Helena Ribeiro. Coorientador: Sandra Maria Fonseca da Costa. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Palavras-chave: Globalização; Pequenas Cidades; Saúde; Amazônia. Grande área: Ciências da Saúde Grande Área: Ciências Humanas / Área: Geografia / Subárea: Geografia da Saúde.
2008 - 2010	Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (Conceito CAPES 3). Universidade do Vale do Paraíba, UNIVAP, Brasil. Título: Doenças Respiratórias em São José dos Campos/SP: Análise e Fatores Condicionantes?, Ano de Obtenção: 2010. Orientador: 😊 Mário Valério Filho. Coorientador: Sandra Maria Fonseca da Costa. Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil. Palavras-chave: sócioeconômico; saúde pública; Qualidade de Vida; Meio Ambiente. Grande área: Ciências Humanas Grande Área: Ciências Humanas / Área: Geografia / Subárea: Geografia Humana / Especialidade: Geografia da População. Grande Área: Ciências Humanas / Área: Geografia / Subárea: Geografia Humana /

Helena Ribeiro

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8725809744497200>
Última atualização do currículo em 20/07/2018

bachelor's at Geography from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1972), master's at Geography from University of California Berkeley (1981) and doctorate at Physical Geography from Universidade de São Paulo (1988). Has experience in Geosciences, focusing on Geographical Climatology, acting on the following subjects: environmental health, urban health, medical geography, air pollution, climate changes and environmental education. Professor of the Environmental Health Department of the School of Public Health of the University of São Paulo. Former professor of Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Former Environmental advisor to the Mayor of São Paulo Former Member of the Executive Committee of ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Helena Ribeiro
Nome em citações bibliográficas	RIBEIRO, H.;Ribeiro, Helena

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Saúde Ambiental. Av. Dr. Arnaldo, 715 Cerqueira César 01246904 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30667712 Ramal: 218 Fax: (11) 30667732 URL da Homepage: www.fsp.usp.br
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

1984 - 1988	Doutorado em Geografia (Geografia Física) (Conceito CAPES 5). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Poluição do ar e doenças respiratórias em criança da Grande São Paulo: um estudo de geografia médica, Ano de obtenção: 1988. Orientador: José Roberto Tarifa. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
1977 - 1981	Mestrado em Geografia. University of California Berkeley, UCB, Estados Unidos. Título: Sequent land use and environmental issues in a subtropical milieu: the case of São Simão, in the State of São paulo, Brazil, Ano de Obtenção: 1981. Orientador: Hilgard O'Reilly Sternberg. Palavras-chave: agricultura sustentável; Cobertura Vegetal; Degradação Ambiental. Grande área: Ciências Humanas
1969 - 1972	Graduação em Geografia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Pós-doutorado e Livre-docência

1996	Livre-docência. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Ilha de calor na cidade de São Paulo: sua dinâmica e efeitos na saúde da população, Ano de obtenção: 1996. Palavras-chave: poluição térmica saúde são paulo calor. Grande área: Ciências Humanas
1994 - 1994	Pós-Doutorado. Académie Internationale de l'Environnement, AIE, Suíça. Bolsista do(a): Agencia de cooperação Suíça, ACS, Suíça.

Sandra Maria Fonseca da Costa

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4480639361832564>
Última atualização do currículo em 30/07/2018

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1989), doutorado em Informação Espacial pela USP (1996), com estágio sandwich na University of New South Wales (1995). Fez seu estágio pós-doutoral na Indiana University no período 2007-2008. Atualmente, é professor adjunto da Universidade do Vale do Paraíba. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano, planejamento urbano, geotecnologias, degradação ambiental e crescimento urbano. Há mais de 10 anos, tem trabalhado com o estudo de pequenas cidades do Delta do rio Amazonas. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Sandra Maria Fonseca da Costa
Nome em citações bibliográficas	COSTA, S. M. F.; Costa, Sandra; Da Costa, S.; COSTA, SANDRA MARIA FONSECA DA; Costa, Sandra M.; DA COSTA, SANDRA

Endereço

Endereço Profissional	Universidade do Vale do Paraíba, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. Av. Shishima Hifumi, 2911 URBANOVA 12244-540 - São José dos Campos, SP - Brasil Telefone: (12) 39471127 Fax: (12) 39471149 URL da Homepage: www.univap.br
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

1992 - 1996	Doutorado em Engenharia de Transportes (Conceito CAPES 4). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. com período sanduíche em University of New South Wales (Orientador: Bruce Forster). Título: Metodologia alternativa para o estudo do espaço metropolitano, integrando as tecnologias de SIG e sensoriamento remoto - aplicação à área metropolitana de Belo Horizonte, Ano de obtenção: 1996. Orientador: 🇧🇷 Jorge Pimentel Cintra. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: Metropolitan Areas, Modelling, Gis e Remote Sensing; Gis e Metropolitan Areas; Sensoriamento Remoto e Planejamento Urbano. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Exatas e da Terra / Área: Geociências. Setores de atividade: Desenvolvimento Urbano; Informática.
1986 - 1989	Mestrado em Sensoriamento Remoto (Conceito CAPES 7). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, Brasil. Título: Avaliação de técnicas de processamento digital de imagens TM-LANDSAT aplicadas à delimitação de áreas urbanas, Ano de Obtenção: 1989. Orientador: Celina Foresti. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Grande área: Ciências Exatas e da Terra Setores de atividade: Desenvolvimento Urbano.
1981 - 1985	Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.